

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

VIVIANE FERREIRA CONTI

**“Republicano no Império, Monarquista na República”:
a trajetória intelectual de Afonso Celso (1892-1938)**

FRANCA

2023

VIVIANE FERREIRA CONTI

**“Republicano no Império, Monarquista na República”:
a trajetória intelectual de Afonso Celso (1892-1938)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Universidade Estadual Paulista (UNESP) para a obtenção do título de Mestra em História.

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), processo nº 88887.511550/2020-00.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Karina Anhezini de Araújo

FRANCA

2023

C762"	<p>Conti, Viviane Ferreira</p> <p>"Republicano no Império, Monarquista na República" : a trajetória intelectual de Afonso Celso (1892-1938) / Viviane Ferreira Conti. -- Franca, 2023</p> <p>113 p.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca</p> <p>Orientadora: Karina Anhezini de Araújo</p> <p>1. Afonso Celso. 2. IHGB. 3. Historiografia Brasileira. I. Título.</p>
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Agradecimentos

Em 13 de março de 2020, uma sexta-feira, iniciava oficialmente o meu percurso na pós-graduação com a primeira aula à tarde. À noite, esperando o retorno para casa, os noticiários anunciavam as primeiras medidas de isolamento devido à pandemia da Covid-19. Aquelas duas semanas anunciadas de isolamento, que se tornariam mais de dois anos, transformaram o isolamento comum de uma pós-graduanda em processo de escrita, em um isolamento ainda mais restrito, modificando completamente a experiência do Mestrado. Os agradecimentos tecidos aqui serão para aqueles e aquelas que tornaram possível a escrita deste trabalho, direta e indiretamente, durante um período tão turbulento.

A primeira da lista, como não poderia deixar de ser, é Karina Anhezini, minha orientadora. Desde 2016, meu primeiro ano de graduação, quando eu sequer imaginava me enveredar pela trajetória acadêmica, Karina representava para mim um exemplo profissional na docência. A partir de 2017, quando das primeiras reuniões de orientação, fossem elas individuais ou em grupo, a aproximação me fazia enxergar novas possibilidades graças ao seu tratamento dispensado a mim e ao meu trabalho que caminhava ainda em pequenos e lentos passos. Com o ingresso no Mestrado e a situação de exceção da pandemia, sua gentileza, paciência e humanidade auxiliaram grandiosamente no meu desenvolvimento como pesquisadora. Agradeço imensamente os seus ensinamentos como professora, historiadora e a relação amistosa desenvolvida até aqui.

Agradeço às professoras Lúcia Guimarães e Virgínia Camilotti por fazerem parte da banca titular de qualificação e de defesa. Lúcia esteve presente neste trabalho desde as primeiras formulações a partir das leituras de suas produções sobre Afonso Celso. Virgínia, desde a minha entrevista de seleção para o Mestrado, demonstrou interesse no meu projeto, me instigando mais a desenvolvê-lo. Suas leituras e apontamentos foram fundamentais para o fechamento deste texto e produções futuras.

A aula citada no início destes agradecimentos se tratava de uma disciplina ministrada pela professora Daiane Vaiz Machado, a quem deixo muitos agradecimentos por ser uma leitora da minha pesquisa desde quando ainda mal se tratava de um projeto. Suas críticas, apontamentos e sugestões foram de grande importância para o desenvolvimento deste trabalho.

Em um exercício de memória, consigo me lembrar de todos os professores que compuseram a minha trajetória educacional, desde os primeiros anos escolares. Contudo, ao iniciar a graduação, me recordei dos meus professores de História e do quanto eles marcaram

a minha vida escolar. Por isso, deixo aqui o meu agradecimento especial à professora Antônia e ao professor Diego Leon. Suas aulas e seus tratamentos dispensados aos discentes me inspiraram a seguir este caminho que hoje trilhar na História e na docência!

Aos colegas do grupo de pesquisa MEMENTO, deixo o meu agradecimento por todas as reuniões virtuais desse período. Deixaram como contribuição muitas questões e reflexões teóricas, mas também amenizaram os maus humores do isolamento pandêmico. Agradeço especialmente também as leituras e apontamentos feitos sobre os dois primeiros capítulos desta dissertação pelos seguintes membros do grupo: Daiane, Luís Manhani, Gabriel Amorim, Meg Dias, Aline Menoncello e Leandro Antonio.

Compartilhei essa jornada da Pós-Graduação com vários colegas. Não citarei todos aqui para não correr o risco de deixar alguém de fora. Contudo, preciso destacar e agradecer principalmente a alguns que por mais ou menos tempo contribuíram para o texto e para a minha manutenção nesta jornada: Leticia Vieira, Carlos Manoel, Leandro Antonio e Carolina Teodoro.

Leticia e eu, residentes na mesma cidade, nos encontramos apenas em Franca, na faculdade. Quando se mudou para lá, me acolheu tantas vezes em sua casa durante a graduação e me acolheu tantas vezes no início desta jornada do Mestrado que nada me resta a não ser agradecer a força, a companhia e a amizade doadas a mim!

Carlos foi meu professor no último ano da graduação. Contudo, após um tempo do meu ingresso na pós graduação é que se deram os nossos primeiros contatos. O compartilhamento das experiências e as lições trocadas foram essenciais para a minha continuidade no Mestrado. Obrigada por me lembrar que esta era uma fase de formação e assim me ajudar a respeitar as etapas do meu processo.

Leandro, como sempre brinco, é meu pupilo. Lembro dos nossos primeiros contatos nas reuniões do MEMENTO e o quanto nos aproximamos devido à proximidade dos interesses de pesquisa. Quando iniciamos estes contatos, Leandro ainda era um graduando. Hoje, tenho a felicidade de vê-lo como colega de Mestrado. As trocas tanto sobre os temas da pesquisa quanto sobre o cotidiano me trouxeram a sua amizade, que tenho muita felicidade em ter e agradeço muito!

Carol, como não consigo me referir a ela, mas sim “Cachos”, foi minha colega de graduação durante quatro anos em turnos distintos. Mesmo nos conhecendo, nunca trocamos mais que duas palavras entre 2016 e 2019. Em 13 de março de 2020, recebi uma mensagem com um convite para almoçar antes da aula. Aceitei e desenvolvemos uma conversa digna de uma amizade de décadas. De lá para cá, essa amizade se desenvolveu virtualmente, e se

constituiu em uma das maiores forças do meu cotidiano nesses anos. Compartilhamos tantas dificuldades, tristezas, ansiedades, inseguranças... Mas também encontramos uma na outra os alívios, as risadas, a empatia e o acolhimento. Não consigo encontrar palavras que expressem suficientemente a minha gratidão à você, querida!

Outra pessoa muito importante nessa caminhada e que decidiu junto comigo ingressar no mestrado foi o João Jorge, amor da minha vida. Na mesma data iniciamos a nossa jornada na pós-graduação, ele em Uberlândia (MG) e eu Franca. Programas, temas e linhas diferentes, mas que produziram tantos diálogos noites adentro, e que compõem tantas linhas deste trabalho. Mesmo com a fama de ser muito falante, João sempre se colocou e pedia para ser ouvinte das minhas ideias. O convívio de dois professores e mestrandos não é nada fácil, principalmente pela carga emocional e mental envolvida. João sempre foi meu companheiro em tantos sentidos, esteve presente em todos os momentos de apreensão me dando suporte, fazendo o possível para que tudo se tornasse mais leve. Te agradeço por tudo! Pelas leituras, sugestões, apontamentos, elogios, correções e todas as suas contribuições para o texto. Agradeço ainda mais pelo companheirismo, o carinho, o cuidado e o amor dispensado por mim em todos esses anos!

Antes de qualquer pessoa, o meu primeiro incentivo à leitura, à escrita e aos estudos veio da minha mãe, Maricildes (ou Dona Mari para os íntimos). Mesmo sem entender algumas escolhas e sem conhecer exatamente os processos da minha trajetória na pós-graduação, o incentivo sempre esteve presente. Os exemplos ao longo da vida e o incentivo foram primordiais para que este trabalho fosse realizado. Muito obrigada, mãe!

Diante de todas as angústias existenciais, principalmente diante do isolamento e do meu desenvolvimento profissional, contei com o suporte da Ana Luiza. O acolhimento e também as broncas me mantiveram firmes no meu propósito. Obrigada também pelo interesse e pelas sugestões para o desenvolvimento da escrita!

Finalmente, concluindo a longa e necessária lista de agradecimentos, quero deixar o meu agradecimento a todos os meus alunos e alunas que, mesmo sem saber, possuem contribuições importantes para este trabalho e para a minha formação enquanto historiadora. O cotidiano em sala de aula, embora muito diferente da atividade acadêmica, me trouxe muitas reflexões sobre os temas da pesquisa e também sobre como desenvolver a escrita dela. Embora muitos tentem desvencilhar uma atividade da outra e coloquem-nas em disputa, por mais desafiador que tenha sido e que ainda seja, para mim, a docência e a pesquisa foram atividades complementares em todo esse período.

Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida durante uma boa parte do período da pesquisa.

Resumo

Compreender a trajetória intelectual de Afonso Celso (1860-1938) é o objetivo central desta dissertação. Para isso, com auxílio da História da Historiografia e da História Intelectual, foram analisadas a sua produção historiográfica e as questões envolvidas nela, como as temáticas abordadas, as ideias e concepções marcantes, além das problemáticas envolvidas diretamente na sua forma de escrever história e as funções institucionais ocupadas por ele. A trajetória de Afonso Celso como escritor foi iniciada quando ele era ainda um jovem poeta, contudo, a publicação de *Vultos e Factos* e sua entrada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1892, representou a transição dele para o ofício do historiador. A partir disso, a sua atuação enquanto intelectual foi marcada por uma polivalência, ocupando diversas funções em diferentes instituições. Aqui, privilegiamos a sua atuação no IHGB, associação que presidiu de 1912 até 1938, quando faleceu, e que representou o principal lugar de produção historiográfica no período.

Palavras-chave: Afonso Celso; IHGB; Historiografia brasileira.

Abstract

Understanding the intellectual contributions of Afonso Celso (1860-1938) is the central objective of this dissertation. For this, with the help of the History of Historiography and Intellectual History, his historiographic production and the issues involved in it were analyzed, such as the themes addressed, the ideas and outstanding concepts, in addition to the problems directly involved in his way of writing history and the institutional functions occupied by him. Afonso Celso's trajectory as a writer began when he was still a young poet, however, the publication of *Vultos e Factos* and his entry into the Brazilian Historical and Geographical Institute in 1892, represented his transition to the historian's craft. From this, his performance as an intellectual was marked by versatility, occupying different functions in different institutions. Here, we privilege his work at the IHGB, an association that he presided over from 1912 until 1938, when he died, and which represented the main place of historiographical production in the period.

Key-words: Afonso Celso; IHGB; brazilian historiography.

SUMÁRIO

Introdução.....	1
Capítulo 1: “Republicano no Império, Monarquista na República”.....	8
1.1. Afonso Celso Júnior: um jovem republicano.....	8
1.2. A proclamação da República: desilusão e exílio.....	17
1.3. A propaganda anti-republicana e sua nostalgia imperial.....	31
Capítulo 2: De Sócio Efetivo a Orador do IHGB: as transições intelectuais e o ufanismo de Afonso Celso.....	40
2.1. “Vultos e Fatos” e a entrada no IHGB (1892).....	41
2.2. O ufanista na virada do século.....	60
2.3. Da tinta à fala - uma transição.....	66
Capítulo 3: Novo lugar, novos projetos: o ressurgimento do IHGB na República e a Trindade do Silogeu.....	75
3.1. O Congresso de História Nacional: a sexta tese oficial, por Afonso Celso.....	81
3.2. Direito de Goiás no litígio contra Mato Grosso (1920).....	90
3.3. Centenário de Pedro II (1925).....	96
3.4. Um balanço sobre Afonso Celso dentro do Instituto: as comemorações póstumas...103	
Considerações finais.....	107
Referências.....	109
Fontes.....	109
Bibliografia.....	110

Introdução

Este trabalho é um entremeio. Ele foi iniciado muito antes da sua escrita e com certeza não se encerra aqui. O texto precisava ter um início, um meio e um fim, mas o seu processo foi bem mais complexo que isso.

O meu primeiro interesse de pesquisa foi sobre a construção dos heróis nacionais. Esse interesse veio de uma aula, ainda no Ensino Médio, que tratava sobre a figura de Tiradentes e a construção de sua imagem como símbolo republicano. Fiquei encantada com as possibilidades de História que iam muito além daquela vista em sala de aula até então. Ao ingressar na graduação, ainda sem muito conhecimento sobre o que faria com aquele interesse, fui percebendo aos poucos que ele já havia sido largamente pesquisado e publicado, portanto, precisaria alterar um pouco as minhas expectativas. Felizmente, a primeira leitura nesse sentido já me abriu um novo horizonte. A primeira menção a Afonso Celso veio durante a leitura de *Os vultos da nação: fábrica de heróis e a formação dos brasileiros*¹. O capítulo “*Porque me ufano do meu país*”: de Tiradentes a bandeirantes me chamou atenção instantaneamente pelo título, já que havia algo familiar ao meu interesse, ao mesmo tempo que apresentava uma grande novidade para mim. O primeiro interesse foi então pelo livro *Porque me ufano de meu país* e depois pelo autor.

Assim que iniciei a leitura do livro, dentro de uma sala de estudos da faculdade, tive a certeza de que havia um novo interesse de pesquisa. Eram muitas informações que ainda não me apresentavam uma questão. Perto das conclusões, o autor começou a escrever sobre os perigos que ameaçavam o futuro do Brasil. Li isso em fins de 2017, quando o cenário político nacional caminhava para um rumo perigoso. Com o aprofundamento das leituras, os posicionamentos políticos de Afonso Celso me chamaram atenção, afinal, alguém descrito como “republicano no Império, monarquista na República” poderia ser descrito como alguém com princípios extremamente coerentes ou alguém extremamente contraditório.

A partir daí, me dediquei a tentar entender essa descrição. Com as imaturidades, eu me recusava a aceitá-lo como um monarquista durante a República, acreditava que havia um reducionismo ao descrevê-lo assim. No processo da pesquisa, entendi que não se tratava disso. Não havia reducionismo e o meu trabalho não deveria ser uma defesa sobre esse autor. Ao dar início à pesquisa no mestrado, procurei não defendê-lo, nem atacá-lo - muito embora, por diversas vezes, suas opiniões me trouxeram sentimentos negativos, principalmente por

¹ ENDERS, Armelle. **Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

reconhecê-las em muitos discursos do presente. O trabalho aqui apresentado é uma tentativa de demonstrar e analisar as produções e contribuições de Afonso Celso em fins do século XIX e início do século XX.

Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior nasceu em 31 de março de 1860 na cidade de Ouro Preto (então capital da província de Minas Gerais), filho de D. Francisca de Paula Martins de Toledo e de Afonso Celso de Assis Figueiredo, futuro Visconde de Ouro Preto. Foi bacharel e doutor em Direito, contudo, atuou também como parlamentar, jurista, literato, professor, diretor, reitor e historiador.

Após se formar na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em 1881 concorreu ao Parlamento por indicação de seu pai e venceu. Afonso Celso assumiu o cargo em 1882 como um novato republicano entre velhos monarquistas – grupo em que o Visconde de Ouro Preto estava inserido. Desse modo, ao iniciar sua trajetória política como um republicano confesso, iniciaram-se também os embates contra seus pares opositores. Em 1889, com a Proclamação da República, o Imperador e o Visconde de Ouro Preto foram exilados e Afonso Celso partiu para ao exílio junto de seu pai e acompanhado por sua filha Maria Eugênia, acometida por uma doença para a qual buscavam a cura na Europa. Nesse período do exílio, Afonso Celso aproximou-se de D. Pedro II, relação essa que resultou em várias obras do autor e reafirmou o mote “republicano no Império, monarquista na República” largamente utilizado para caracterizá-lo.

Ao retornar do exílio, Afonso Celso foi aceito como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 2 de dezembro de 1892. Foi eleito como orador de 1906 e permaneceu na função até 1912, quando iniciou sua presidência após o falecimento do Barão do Rio Branco. Dessa forma, presidiu o Instituto de 1912 a 1938 – cargo considerado perpétuo a partir de 1915. Em 1897, inseriu-se também no rol de membros fundadores da ABL (Academia Brasileira de Letras). Com essas participações em instituições culturais, Afonso Celso partilhou dos debates e dos pensamentos dos membros destes locais em vários assuntos, principalmente, a política².

O título de Conde papal foi concedido pela Santa Sé, durante o pontificado do Papa Leão XIII, além da condecoração “Pro Ecclesia et Pontifice” em 1901. Essas concessões são representações marcantes do catolicismo de Afonso Celso e de sua proximidade da Igreja

² RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. **A dança das cadeiras**: Literatura e Política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913). Campinas: UNICAMP, CECULT, 2001.

Católica, que pode ser conferida ainda em outros momentos de sua vida, registrados em algumas de suas obras, seja como fatos, seja enquanto concepção de história.

Em toda sua trajetória, a obra que lhe rendeu mais fama foi a publicação de *Porque me ufano de meu país*, escrita em comemoração ao quarto centenário da chegada dos portugueses ao Brasil. Novas edições, traduções para diferentes línguas e a utilização como material didático durante a Era Vargas são algumas das marcas positivas de sua recepção. A obra rendeu-lhe também o título de criador do termo “ufanismo”. Embora a expressão já fosse utilizada anteriormente, o livro foi elogiado por sistematizá-la, contribuindo para fomentar a identidade nacional na virada do século XIX para o século XX. Essa contribuição o levou a ser conhecido também como “chefe venerável do patriotismo brasileiro”³.

Alguns estudos tematizaram o cenário de mudança do regime imperial para o republicano, destacando a pluralidade de ideologias envolvidas nessa passagem, com uma visão não-republicana da Proclamação da República, como é o caso de Afonso Celso, assim como, destacaram o papel do IHGB e, mais especificamente, as posições do autor em questão. Cabe aqui apresentar alguns daqueles que estiveram mais diretamente vinculados às problematizações desta dissertação.

Ângela Alonso analisa a geração de 1870 (ano de criação do Partido Republicano) na crise do Brasil Império e a movimentação política desses descontentes para a mudança de regime⁴. Para retratar esse contexto, Alonso faz uma análise cronológica sobre esse processo, inicia caracterizando a sociedade imperial para explicar a crise nos valores e instituições que levaram à contestação da Ordem e a criação de novas teorias (muito pautadas no Positivismo) para a Reforma, salientando o processo de mobilização, as formas político-culturais de contestação e a coalizão dentro do partido republicano – fragmentação causada pela ideia de “reformismo”.

Lucia Maria Paschoal Guimarães em sua obra *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*⁵ traçou os percalços do Instituto com a Proclamação da República até o financiamento do IHGB por Getúlio Vargas. Entre estes dois marcos da história institucional, Guimarães salienta a importância da “Trindade do Silogeu” – composta por Afonso Celso, Max Fleiüss e Ramiz Galvão – para a manutenção do Instituto entre os dois mecenas.

³ MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1978, v. VI, p. 191.

⁴ ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

⁵ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

Também em seu artigo *Por uma história ultramontana: Afonso Celso*⁶, Guimarães aborda as razões pelas quais este autor fora ignorado por tanto tempo na historiografia, expondo as ausências ou breves menções feitas ao autor e sua obra ao longo do século XX, sendo recuperado somente em fins do século por Ângela de Castro Gomes e Lúcia Lippi Oliveira⁷, a primeira destacando Afonso Celso como um dos autores com maior destaque nas publicações de revistas culturais do governo do Estado Novo (1937-1945) e a segunda articulando a construção da identidade nacional com a definição heroica nos livros.

O estudo de um intelectual requer a compreensão de suas obras, suas atuações e de suas redes de sociabilidade, entre tantos outros aspectos. Nesse sentido, o presente trabalho pretende contribuir para o conhecimento acerca de um intelectual específico: Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior (1860-1938).

Muito citado por razões políticas envolvendo a passagem da monarquia para a República no Brasil, pela sistematização do ufanismo em sua obra *Porque me ufano de meu país*, e/ou pela longa presidência do IHGB, a trajetória de Afonso Celso ainda é pouco estudada. Esta pesquisa, por si só, não conseguiria abarcar um estudo de toda a sua trajetória, mas pretende sistematizar algumas ideias para contribuir com essa produção, envolvendo suas questões políticas e contribuições historiográficas⁸, tomando como pano de fundo um lugar social: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

No primeiro capítulo da dissertação é analisado, primeiramente, a formação do jovem Afonso Celso “Júnior” (assim conhecido na juventude, dada a fama de seu pai, o futuro Visconde de Ouro Preto, importante político do Império), um bacharel em Direito, em contato direto com as ideias republicanas que invadiram os bancos acadêmicos após 1870. Militante republicano, mas defensor de uma transição pacífica de regimes políticos, sempre foi reconhecido como conservador, por não ser afeito a revoluções⁹, contudo, ao ingressar no

⁶ _____ . Por uma história ultramontana: Afonso Celso. Rio de Janeiro: **Intellèctus**, v. 2, n. 1, 2003.

⁷ GOMES, Ângela Maria de Castro. **História e historiadores**. A política cultural do Estado Novo, Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “Heróis e crenças construindo um país”. **Jornal do Brasil** – Caderno Ideias. Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1999, p. 7.

⁸ É adotada na dissertação a seguinte definição de trajetória intelectual: “Construir, ou reconstruir, uma trajetória é uma empreitada desafiadora. Pensar uma trajetória consiste em, necessariamente, analisar o contexto social e cultural em que o intelectual está imerso; e, por meio disso, considerar seus registros, ações políticas e contribuições. [...] ao edificar uma trajetória, devemos ir além de um relato de fatos ocorridos em um proposto período, mas sim trabalhar nas peculiaridades dos acontecimentos, de modo a indicar relações entre o agente, grupos aos quais pertence, sociedade, e as condições que permitiram sua organização, divulgação (ou não) e impacto em determinado período.”. In: OLIVEIRA, Natália Cristina de; NETTO, David Antonio de Castro; VIEIRA, Andreza da Silva. “Trajetória intelectual: contribuições na perspectiva bourdieusiana”. **Intelligere**, Revista de História Intelectual, nº 11, pp. 94-110. 2021. Disponível em: <http://revistas.usp.br/revistaintelligere>. Acesso em 09 abr. 2023. p. 95.

⁹ AGUIAR, Alexandra do Nascimento. Afonso Celso Junior: um jovem republicano conservador. **Intellèctus**, ano XVI, n.2, 2017, p. 169-189.

Parlamento como um jovem deputado, as divergências políticas com as “pratas da casa” tornaram-se cada vez mais evidentes.

Mesmo anunciando a vinda da República - e sendo refutado por seus colegas deputados -, ela trouxe uma surpresa para Afonso Celso, ou melhor, uma decepção. Com a deposição da monarquia pelos militares em 15 de novembro de 1889, suas idealizações de como deveria ser a implantação do republicanismo no Brasil foram esfaceladas. Além disso, seu pai foi considerado pelos novos membros do governo como inimigo da pátria e exilado na Europa. Em solidariedade filial, acompanhou-o para lá e iniciou uma relação com Pedro II, muito frutífera para a sua produção historiográfica.

Em retorno ao Brasil, a virada de posicionamento foi exposta em livros e jornais publicados por Afonso Celso. O antes militante republicano, iniciou sua jornada como detratador da república e pró-restauração monárquica, elevando as ações de Pedro II em comparação com o novo regime que andava ainda aos tropeços, com uma ditadura militar instalada. Para isso, foram destacadas as obras *Guerrilhas* (1894) e *O Imperador no Exílio* (1893), a primeira sendo um compilado de textos publicados no *Commercio de S. Paulo* por Afonso Celso, atacando o regime republicano e utilizando do recurso da nostalgia para reunir leitores em prol da restauração da monarquia.

O segundo capítulo da dissertação tem como objetivo analisar a entrada de Afonso Celso no IHGB e seus primeiros anos como sócio efetivo e depois como orador. A obra *Vultos e Fatos* (1892) apontou no capítulo sobre Pedro II (transformado, posteriormente, na obra *O Imperador no Exílio* - publicada no ano seguinte) as conversas tidas com o imperador deposto no exílio e os motivos para acreditar que, no Brasil, a forma monárquica era superior à forma republicana de governo. É justamente essa a obra que serve como prova literária para seu ingresso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), lugar criado sob a proteção do Imperador e que se mantinha em tensão nos primeiros anos da República.

Com toda a produção voltada para a figura do Imperador e à monarquia, ou seja, monarquista declarado, Afonso Celso e seu pai sofreram uma tentativa de homicídio durante a Guerra de Canudos, por acreditar-se que os monarquistas do Rio de Janeiro financiaram o grupo de Antônio Conselheiro. Esse episódio rendeu um novo exílio no Velho Mundo e resultou em uma diminuição da presença das críticas ao governo nas obras de Afonso Celso. Entre estas polêmicas políticas, sua participação no IHGB era baixa, em comparação ao que seria no futuro.

Após retornar novamente ao Brasil, publicou *Porque me ufano de meu país* (1900) em comemoração ao quarto centenário da chegada dos portugueses aqui. A obra não apresenta

muita originalidade no conteúdo, mas teve boa recepção nacional e internacional, além de alavancar o nome de Afonso Celso. Ainda que faça pequena menção ao governo republicano, suas críticas são mais brandas em comparação às obras anteriores. Nesse sentido, sua aproximação à história e, conseqüentemente ao IHGB, substitui aos poucos a ocupação de Celso, antes marcada pela rivalidade com a república.

A partir da virada do século, o nome do Conde Afonso Celso se torna mais presente na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB). Em 1901, o texto *D. Pedro II* é publicado no tomo LXIV. Em 1908, escreve um prefácio sobre Machado de Assis. Antes, em 1906, foi eleito como orador do Instituto, colocando em prática muitos dos preceitos descritos por ele quando relatou sua experiência parlamentar¹⁰. A partir daí, se acercou das atividades desenvolvidas ali com maior efetividade e, posteriormente, se aproximou também do presidente e da presidência do IHGB.

A aproximação de Afonso Celso com a presidência do IHGB se deu em virtude dos inúmeros compromissos ministeriais do presidente à época, José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, que os impossibilitavam de comparecer regularmente às sessões do Instituto, oportunidades em que Afonso Celso passou a presidir as reuniões. Além disso, antes de 1912 começou a formação da chamada “Trindade do Silogeu”, termo cunhado por Lúcia Guimarães¹¹, para definir a parceria entre Afonso Celso, Max Fleiuss e Ramiz Galvão dentro do Instituto. É esse o ponto de partida tomado pelo terceiro capítulo para analisar como o trio assumiu a responsabilidade da mesa diretora após a morte do Barão do Rio Branco e quais foram as mudanças promovidas pela nova gestão.

Seguindo nessa linha, foram analisados alguns projetos idealizados e realizados no início da presidência de Afonso Celso (como os congressos de História, por exemplo) que “reergueram” o IHGB, ou seja, trouxeram novamente o reconhecimento enquanto local de produção historiográfica, como fora no Império, mas sob o regime republicano. Além disso, a análise de seu texto *O poder pessoal do Imperador* no Congresso de História Nacional (1914), sendo a sexta tese oficial da seção de História Parlamentar, apresenta a produção de um texto com propósito científico para um congresso promovido pelo IHGB. Nesse caminho, analisamos ainda o texto *Direito de Goiás no litígio contra Mato Grosso* publicado em 1920 na Revista do IHGB, também um texto com um gênero textual diferente dos analisados anteriormente, que colocou-o em uma função de árbitro.

¹⁰CELSONO, Afonso. **Oito anos de Parlamento**. São Paulo: Comp. Melhoramentos, 1898 [1901].

¹¹ GUIMARÃES, *op. cit.*

As comemorações do centenário de Pedro II dentro do IHGB em 1925 são uma pauta importante na trajetória de Afonso Celso. Tendo sua produção historiográfica marcada pela biografia do monarca, não poderíamos deixar de analisar os textos publicados pelo presidente do IHGB nesta edição comemorativa da Revista daquele ano.

Ao fim do terceiro capítulo será encontrado um balanço sobre o legado de Afonso Celso, a partir das palavras de sua filha Maria Eugênia Celso na comemoração do centenário natalício de seu pai, em 1960, no IHGB.

Capítulo 1: “Republicano no Império, Monarquista na República”

1.1. Afonso Celso Júnior: um jovem republicano

No Brasil, embora possa se identificar vestígios de movimentos que reclamaram a adoção de um governo republicano desde pelo menos 1789 com a chamada Inconfidência Mineira, é apenas a partir de 1870 que se dá a organização de um Partido Republicano. Com a Independência, diferente de todos os seus vizinhos, permaneceu uma monarquia ao invés de tornar-se uma república. Muitos argumentaram que foi positivo o retardamento do governo republicano aqui no Brasil, tendo em vista os problemas enfrentados pelas jovens repúblicas da América na primeira metade do século XIX. Ainda que não caiba entrar nesse mérito, é de extrema relevância que se considere esses eventos a fim de evidenciar como tais experiências possivelmente geraram expectativas de um Brasil Republicano nos signatários do Manifesto de 1870¹².

Para introduzir a temática do republicanismo, sem se deixar afastar da questão da temporalidade, é profícuo que se debruce na definição do conceito em Reinhart Koselleck:

O “republicanismo” foi, portanto, um conceito de movimento, que no espaço da ação política permitiu realizar aquilo que o “progresso” prometeu cumprir na história como um todo. O antigo conceito de “república”, que chamava atenção para uma situação, se transformava em *telos*, em objetivo, ao mesmo tempo que - com o auxílio do sufixo “-ismo” - se temporalizava em um conceito de movimento. Servia para antecipar teoricamente o movimento histórico e influencia-lo praticamente. A diferença temporal entre todas as formas de governo até então conhecidas e a futura constituição, por todos esperada e desejada, foi posta sob um conceito que influiu diretamente no acontecer político.¹³

As ideias de República, no geral, foram recebidas então como um rumo ao progresso. Em um país que se emancipara de mais de três séculos de colonização, a demanda de promover o progresso se fazia urgente para alguns grupos. A cada geração, a necessidade de mudança foi latente e novas ideias foram sendo colocadas em jogo. Nessa conjuntura, um jovem de 21 anos de idade, Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior (1860-1938) foi eleito como deputado pelo estado de Minas Gerais em 1881¹⁴ e assumiu o cargo no ano seguinte. Em seu discurso de posse, em 28 de fevereiro de 1882, se declarou republicano:

¹² Sobre a organização do Partido Republicano em torno do Manifesto de 1870 e da crise do Brasil Império, Cf. ALONSO, Angela. **Ideias em movimento:** a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

¹³ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. p. 325.

¹⁴ Foi eleito por 4 magistraturas seguidas como deputado pelo estado de Minas Gerais.

Representante da nova geração, eu sou, tenho sido sempre e me prezo de ser republicano. Adopto o manifesto de 3 de dezembro de 1870, que declara não ser intenção de seus signatarios convulsionar a sociedade, mas esclarecê-la, cumprindo-lhes, longe de conspirar, apenas discutir, provocando, não dissensões nem discordias, porém simplesmente a reconstrução moral e pedindo uma constituinte com amplas faculdades para instalar um novo regimen, promovendo reformas complexas que abranjam todo o mecanismo social.¹⁵

Um jovem republicano no meio de velhos monarquistas causava rugas dentro do Parlamento, principalmente porque, segundo ele, já avisava a iminência da República e que isto deveria ser organizado constitucionalmente, para se prevenirem de um golpe e que a instauração da nova forma de governo fosse feita de modo seguro, o que sempre fora recebido e respondido com objeções. Ainda que sempre tenha se declarado no Senado como republicano e tenha defendido uma tese de doutoramento¹⁶ intitulada O Direito da Revolução¹⁷, Afonso Celso não se colocava muito afeito a mudanças bruscas, se via mais como um reformista, o que o levou a ser conhecido como um conservador¹⁸.

¹⁵ CELSO, Afonso. **Guerrilhas**. Rio de Janeiro: Typographia Moraes, 1895. p. 299-300.

¹⁶ Afonso Celso se tornou bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo (atual Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, também conhecida por Faculdade de Direito do Largo de São Francisco) em 1880, e apresentou em 1881 a referida tese. A defesa de uma tese conferia o título de doutor a partir da Lei de 11 de agosto de 1827, onde se lê: “Art. 9º. - Os que freqüentarem os cinco annos de qualquer dos Cursos, com approvação, conseguirão o grão de Bachareis formados. Haverá tambem o grão de Doutor, que será conferido áquelles que se habilitarem com os requisitos que se especificarem nos Estatutos, que devem formar-se, e só os que o obtiverem, poderão ser escolhidos para Lentes.”. No capítulo XIII do projeto da lei, intitulado “do grão de doutor” coloca-se: “1º Se algum estudantes jurista quizer tomar o grão de Doutor, depois de feita a competente formatura, e tendo merecido a approvação nemide discrepante, circumstancia esta essencial, defenderá publicamente varias theses escolhidas entre as materias, que aprendeu no Curso Juridico, as quaes serão primeiro apresentadas em Congregação; e deverão ser approvadas por todos os Professores. O Director e os Lentes em geral assistirão a este acto, e argumentarão em qualquer das theses que escolherem. Depois disto assentando a Faculdade, pelo juizo que fizer do acto, que o estudante merece a graduação de Doutor, lhe será conferida sem mais outro exame, pelo Lente que se reputar o primeiro, lavrando-se disto o competente termo em livro separado, e se passará a respectiva carta. 2º As cartas, tanto dos Doutores como dos Bachareis formados, serão passadas em nome do Director, e pro elle assignadas, e levarão um sello proprio, que lhe será posto por ordem do Professor, que houver dado o grão.”. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM.-11-08-1827.htm. Acesso em: 10 nov. 2021. Assim, o título de “doutor” poderia ser obtido a partir do estudo de um ano após a conquista do grau de bacharel, sobre algum tema abordado no curso de Direito.

¹⁷ A tese de Afonso Celso é citada recorrentemente em sua biografia, mas sem aprofundamento do conteúdo. Há uma menção na página da Academia Brasileira de Letras sobre ela, no perfil do acadêmico Hermes Lima: “Naquela época, o candidato ao magistério superior deveria apresentar uma tese sobre tema fixado pela Congregação e outra de livre escolha. Na primeira versastes os “Princípios Constitucionais da União”, e, na segunda, o “Direito da Revolução”, tema que, em 1881, também havia sido escolhido por Afonso Celso Júnior para a sua tese de doutoramento, em São Paulo, e nela o futuro Conde do Papa, ao referir-se às teorias sociais inovadoras de Augusto Comte, chama a este “o Cristo do século XIX”. Disponível em: <https://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm%3Fsid%3D129/discurso-de-recepcao>. Acesso em: 10 nov. 2021.

¹⁸ AGUIAR, *op. cit.*

Sobre sua legislatura Afonso Celso escreveu em 1898 *Oito anos de Parlamento: reminiscências e notas*¹⁹. O livro possui uma narrativa de memória. Celso não se baseia em outros livros para desenvolver sua história e cita, às vezes, algum documento do Parlamento ou artigo de jornal. O próprio título denota o objetivo de contar sobre sua própria experiência enquanto parlamentar, dando espaço para opiniões ora profissionais, ora pessoais, com base em um dos *ethos* do historiador oitocentista, a sinceridade²⁰.

Nos últimos capítulos, Celso apresenta seu ressentimento com a República, algo que havia ficado mais distante enquanto descrevia a composição do Parlamento. Assim, a narrativa presente em tantas outras obras suas acerca da Proclamação e seus desdobramentos se faz presente ao final deste livro também.

A obra é composta de textos em anexo, datados de 1928, oriundos da sexta tese oficial do Congresso Nacional de História de 1914²¹, promovido pelo IHGB e neles, a escrita se apresenta mais formal, com o uso de algumas referências e uma linguagem que se pretendia imparcial. Segundo Lúcia Guimarães “as teses oficiais foram confiadas à chamada ‘prata da casa’”, e as teses que versaram sobre o período imperial tem como conteúdo:

Gabinetes, Partidos, programas de governo, personalidades e debates parlamentares constituíam os principais aspectos privilegiados. A relação repetia, inclusive, diversos assuntos já contemplados no segmento dedicado à *História constitucional e administrativa*, como a Constituinte de 1823 e o Ato Adicional. Um caso típico daquela visão oitocentista de história [...].²²

De volta ao Império, as memórias de Afonso Celso sobre sua trajetória de deputado traçam um balanço geral sobre os ministérios e seus componentes e as atuações do Poder Moderador dentro do Parlamento. É evidente em algumas passagens o momento de produção da escrita, não o momento da ocorrência dos fatos expostos. Mesmo abordando o período em que foi republicano, o sentimento de “arrependimento” está presente nas entrelinhas, principalmente nos últimos capítulos. Essa memória mobilizada no livro já está alterada em relação à experiência original, e isso é evidente em alguns trechos da própria narrativa de

¹⁹ Não foi encontrada a data de publicação da edição aqui utilizada. Contudo, pelos textos em anexo, pode-se afirmar que é posterior a 1928.

²⁰ Sobre a sinceridade na escrita da história, ver: ASSIS, Arthur Alfaix. Alexandre Herculano entre a imparcialidade e a parcialidade. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 13, n. 32, p. 289–329, 2020; TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 2, n. 2, p. 12–28, 2009.

²¹ O Congresso Nacional de História do IHGB será melhor tratado no terceiro capítulo da dissertação. O evento foi citado aqui apenas a título de comparação da escrita.

²² GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. **Tempo** [online]. 2005, v. 9, n. 18, pp. 147-170.

Afonso Celso. Contudo, o autor assume, no capítulo introdutório do livro, a falta ou a impossibilidade de imparcialidade em sua escrita, além de apresentar uma declaração de produção de uma fonte histórica para investigação futura:

No meu tempo, declarou-se extinta a escravidão no Brasil, e o Exército e a Armada, em nome da nação, constituíram o Governo Provisorio republicano. Nestas condições, creio que não serão destituídas de interesse algumas notas sobre as pessoas com quem privei e os acontecimentos em que intervim. Não passam de rápidas e desprezenciosas impressões. Publico-as na esperança de que talvez forneçam ao investigador futuro traços utilizáveis para a physionomia da época.²³

A apresentação de seus anos no Parlamento se inicia por sua candidatura e eleição. Seu pai, o Visconde de Ouro Preto, era àquela data Senador do Império. Ele, um self made man - pelas palavras do próprio filho -, facilitou o acesso de seu filho à política, ainda que não tenha dado “a menor assistência oficial”²⁴. Para Afonso Celso, ser descendente de Ouro Preto tinha vantagens e desvantagens no acesso à política. Ele afirma que esse laço facilitou sua eleição, dada a carreira do pai. Porém,

contra o descendente de um homem notável militavam: primeiro, a pesada responsabilidade da tradição que cumpria zelar e desenvolver; depois, as atitudes de antemão fixadas para com indivíduos e acontecimentos; em terceiro lugar, os odios, as prevenções, as invejas, a má vontade que, não raro, assaltavam o estreante, simplesmente porque era filho do seu pai.²⁵

Desse modo, Celso se elege “apontado como um dos *filhotes*, característicos da corrupção monarchica”²⁶, mas também com a responsabilidade de dar continuidade aos atributos políticos do pai. O peso da responsabilidade e da inexperiência são apontados em suas memórias como grandes dificuldades no exercício do cargo, além de sua posição enquanto republicano.

Ainda sobre a eleição, faz uma análise de seus eleitores e de seu adversário. Sobre os primeiros, descreve-os como homens que obedeciam mais aos chefes locais “com quem lidavam e de quem recebiam favores imediatos, do que às influências do centro”, eram muitos deles desprovidos de consciência política. Além disso, Afonso Celso também os caracterizava como hospitaleiros e curiosos, pois viajou pelo norte de Minas Gerais,

²³ CELSO, Afonso. **Oito anos de Parlamento: reminiscências e notas**. São Paulo: Comp. Melhoramentos, Nova edição aumentada, s/d [1901]. p. 12.

²⁴ *Ibidem*, p. 15.

²⁵ *Ibidem*, p. 14.

²⁶ *Ibidem*, p. 13.

acompanhado do Coronel Gentil José de Castro, a fim de promover sua candidatura²⁷. Entretanto, no que tange à mobilização da campanha eleitoral, apresenta uma maior participação popular que, segundo ele, se trata de uma disputa como um jogo, no qual o importante é vencer o adversário. Nesse sentido, destaca a presença feminina nesse processo: “Até as senhoras trabalham e se apaixonam pela partida”²⁸ e insere uma nota de rodapé acerca do assunto:

Prova de que as senhoras se empenhavam nos pleitos eleitoraes está na mensagem congratulatoria com que, em 1886, quando, opposicionista ao governo, venci por poucos votos de maioria, me honraram aquellas cujos nomes ahi vão e às quaes respondi nos termos seguintes, publicados pela imprensa da epoca [...].²⁹

Não será aqui listado as senhoras citadas, mas o próprio autor destaca que os agradecimentos enviados por elas são “um dos mais preciosos documentos da minha carreira publica”³⁰. É interessante analisar essa proximidade e validação da participação feminina à época, além de um discurso que tinha como centro a defesa de ideias de liberdade e progresso para garantia da felicidade pátria e, conseqüentemente, das famílias. Nesse sentido, destacamos aqui a conclusão do agradecimento: “Concedeu-me o céu ha trez meses a ventura de uma filhinha, na qual concentro hoje em dia todas as minhas esperanças e illusões. Feliz serei eu, Minhas Senhoras, se para a alma de minha filha, houver Deus tomado por modelo as virtudes das vossas.”³¹. A filha a qual se referia era Maria Eugênia Celso, reconhecida sucessora do pai nas publicações de jornais e poemas, largamente citada e apoiada publicamente por ele³². Mesmo com 2 irmãos e uma irmã, a primogênita foi a encarregada, desde os primeiros meses de vida, para essa sucessão, como é apontado no trecho destacado.

Ainda sobre o eleitorado, caracteriza-os sempre como bons cidadãos que, mesmo diante o jogo político, não se prestavam a maus comportamentos:

Jamais, no 20º districto, medrou a fraude, - que inutilizava os esforços licitos, - ou a violencia material. Nada de morticinios ou pugilatos, no dia do escrutinio. Vencida a eleição, entregavam-se os triumphadores a vivas

²⁷ *Ibidem*, p. 18.

²⁸ *Ibidem*, p. 20.

²⁹ *Ibidem*, p. 20.

³⁰ *Ibidem*, p. 20.

³¹ *Ibidem*, p. 21.

³² Sobre a trajetória de Maria Eugênia Celso, ver: AZEVEDO, Carla Bispo. **Maria Eugenia Celso**. Entre o impresso feminino, a casa e o espaço público. (1920-1941). 2015. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação. Rio de Janeiro. 2015.

demonstrações de regosijo, sem, contudo, desrespeitarem os derrotados - parceiros quaes, não raro, os ligavam vinculos de parentesco e afinidade. Sogro e genro, cunhados, irmãos militavam em facções antagonicas, mantendo intimidade entre si.³³

Em seguida, trata sobre seu adversário nas quatro eleições para deputado do 20º distrito de Minas Gerais que disputou (e foi eleito), o coronel Manoel Fulgencio Alves Pereira, “um mineiro ás direitas”. Celso afirma “Continuamos adversarios, porque elle prestou adhesão á Republica, no que lhe assistiu pleno direito, pois nenhum vinculo especial lhe prendia á sorte da Monarchia”³⁴, e mesmo assim apresenta uma descrição de Manoel Fulgencio como alguém próximo e a quem admirava, ainda que sempre tivessem concorrido na política.

No quinto capítulo, intitulado “Primeiras impressões”, Afonso Celso apresenta seu espanto pela forma como o Parlamento era composto. O jovem recém-formado na Faculdade de Direito teve um choque ao conhecer a Câmara:

Eu vinha da Academia, a mente povoada de chimeras e illusões. Suppunha o parlamento um preclaro congresso, sempre occupado de elevados assumptos, o pensamento fixo no bem da Patria, aclimado no ambiente da superioridade. [...] Ouvia-se nos corredores a mais livre linguagem, contavam-se anedotas improprias, e, sobretudo, falava-se horriavelmente mal da vida alheia, mais da dos amigos que da dos adversarios. Observei defeitos identicos aos notados nas reuniões de estudantes: intrigas, pequenas rivalidades, invejas, levandades, sem o entusiasmo e o desinteresse caracteristicos dos rapazes, mas revestidas, em compensação, de calculo e astucia. Amarga decepção! Será esta a grande politica da minha terra?! - indagava eu, de mim para mim.³⁵

É proficuo lembrar aqui quais eram as ideias de Afonso Celso quando foi eleito como deputado. Jovem, recém-formado em São Paulo no curso de Direito, republicano... Estes fatores mostram claramente que haveria uma expectativa frustrada, já que a Câmara era povoada de políticos tradicionais e fiéis à monarquia. Esse espanto inicial se juntava ao coro de mudanças que ecoava na mente do novo deputado, que descreve vários traços desagradáveis no comportamento dos políticos e que, segundo ele, não combinavam com sua expectativa sobre a política nacional. Mas, como dito anteriormente, o homem por trás da pena não era mais o moço da tribuna, então mesmo apontando todos os defeitos que

³³ *Op. cit.*, p. 22.

³⁴ *Ibidem*, p. 27.

³⁵ *Ibidem*, p. 28-29.

compunham o Parlamento, concluiu dizendo ter sido “absorvido” pelo local com o passar do tempo.

Grande parte das linhas que tece sobre suas memórias no Parlamento são para caracterizar a sua composição, listando seus ministros, presidentes da Câmara, presidentes do Conselho de Ministérios, oradores e deputados. Por ter feito parte do último grupo, se detém na apresentação de seus colegas, chegando a construir um capítulo intitulado “Traços psicologicos de alguns deputados” e listando principalmente os maus feitos dos mesmos. Mesmo declarando ter sido absorvido, ainda apresenta em sua escrita um julgamento pessoal e certa insatisfação sobre os membros da política naquele momento.

A grande pauta discutida pelo Parlamento nos quase oito anos de participação de Afonso Celso foi a abolição da escravidão, na qual afirma ter se mobilizado ativamente, sendo, em algumas ocasiões, o único abolicionista da Câmara:

Dissolvida, pelo gabinete Cotegipe, a Camara de 1885, na de 1886 e na de 1887, fui, em começo, o unico abolicionista declarado. Vieram no fim deste ultimo anno Aristides Spinola, Cesar Zama e Elpidio de Mesquita. Se não pude, por deficiencia intellectual e não de vontade, trabalhar com brilhantismo, não fiquei inactivo. Sempre que se me deparou ensejo, advoguei a causa dos captivos.³⁶

Em meio a descrições sobre as composições dos gabinetes e das Câmaras, Celso cita alguns projetos e leis concernentes ao processo da abolição. Mesmo realçando intensamente o papel do Parlamento, afirma que “Na imprensa, dirigida sobretudo por José do Patrocínio, ganhava terreno todos os dias a propaganda a favor da emancipação”³⁷ e que “Dantas transporta das ruas para o parlamento o movimento abolicionista”³⁸, ou seja, é uma declaração de que a pauta já estava sendo mobilizada pelos populares antes da movimentação dos deputados e senadores do Império³⁹. Além disso, como dito na citação anterior, havia grande resistência de grande parte dos políticos, ainda muito ligados à elite escravista, sobre a

³⁶ *Ibidem*, p. 129.

³⁷ *Ibidem*, p. 128.

³⁸ *Ibidem*, p. 127.

³⁹ Pelo menos desde 1888, com as comemorações do centenário da assinatura da Lei Áurea e da abolição da escravidão no Brasil, discute-se os agentes envolvidos no processo. A própria mudança de Isabel para Zumbi como figura heroica trouxe várias discussões acerca do abolicionismo. A escolha do 13 de maio como data simbólica implicava no reconhecimento do papel de senadores e da princesa regente na extinção da escravidão; por outro lado, a escolha do 20 de novembro (morte de Zumbi) representa o papel de negros escravizados em sua luta cotidiana contra a escravização séculos antes das discussões dentro do Senado. Joaquim Nabuco defendia que: "o movimento começou na Câmara em 1879, e não, como se tem dito, na Gazeta da Tarde, de Ferreira de Meneses, que é de 1880, nem na Gazeta de Notícias, onde então José do Patrocínio, escrevendo a 'Semana Política', não fazia senão nos apoiar" (NABUCO apud ALONSO, 2014, p. 116), mas ainda que não se coloque como adversário de Nabuco, Celso aponta a origem da circulação de ideias abolicionistas fora do Parlamento.

abolição dos escravizados. Segundo Ricardo Pirola, “mais do que uma instituição que tomou a frente do processo abolicionista conduzindo a marcha de desmantelamento do escravismo, o Parlamento agiu como freio das propostas consideradas radicais para completar a transação à liberdade”⁴⁰.

Ainda nesse assunto, Afonso Celso apresenta algumas iniciativas dele no Parlamento acerca de assuntos como castigos físicos e penas de açoites para os cativos - ainda permitidas por lei naquele momento. Dentre requerimentos, discursos e projetos, destaca o projeto de 4 de maio de 1887:

no dia immediato ao da installação da assembléa, apresentei novo projecto declarando livres da data da promulgação da lei todos os escravos do Imperio, obrigados os libertos á prestação intransferivel de serviços pelo prazo de dois anos aos ex-senhores. Continha o projecto outras providencias abolicionistas e mereceu caloroso elogio em editorial da <<Gazeta da Tarde>>, então redigida por José do Patrocínio.⁴¹

O citado editorial de José do Patrocínio⁴² intitulado “O Grande Projecto” e publicado no dia seguinte à sua apresentação no parlamento, foi inserido como nota de rodapé neste livro, e tece comentários elogiosos ao deputado e à sua ação:

O sr. deputado Affonso Celso Junior surprehendeu hontem a maioria da Camara dos Deputados com um projecto de lei, em que se decreta a redempção do futuro pela dissolução lenta, mas completa de uma grande iniquidade do presente. S. ex. marcou o prazo de dois annos para a extinção total da escravidão no Brasil. [...] O projecto do sr. Affonso Celso tem na historia do paiz a sua melhor defesa, depois do talento de seu autor. [...] O sr. Affonso Celso bem mereceu da patria; honremos o seu nome.⁴³

Além dessa validação de suas ações abolicionistas no Parlamento através das letras de José do Patrocínio⁴⁴, Afonso Celso descreve os dias que antecederam a assinatura da Lei

⁴⁰ PIROLA, Ricardo F. O castigo senhorial e a abolição da pena de açoites no Brasil: Justiça, imprensa e política no século XIX. *Revista História* (São Paulo), n.176, 2017. p. 32.

⁴¹ *Op. cit.*, p. 130.

⁴² José do Patrocínio (José Carlos do Patrocínio), jornalista, orador, poeta e romancista, nasceu em Campos, RJ, em 9 de outubro de 1853, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 29 de janeiro de 1905. Compareceu às sessões preparatórias da instalação da Academia Brasileira de Letras e fundou a cadeira no 21, que tem como patrono Joaquim Serra. Foi proprietário da *Gazeta da Tarde* e grande promotor do abolicionismo, tendo sido fundador da Confederação Abolicionista e redator de seu manifesto, assinado também por André Rebouças e Aristides Lobo. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/jose-do-patrocinio/biografia>. Acesso em: 16 nov. 2021.

⁴³ PATROCÍNIO apud CELSO, *op. cit.*, p. 130-132.

⁴⁴ Importante destacar também as desavenças entre Patrocínio e Celso. Em 1884, os dois travaram um confronto físico por motivos políticos, que foi exposto na *Gazeta da Tarde* por José do Patrocínio, sob o título de “A Emboscada”, em 4 de junho de 1884. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=226688&pagfis=2963>. Acesso em: 09 mai. 2022.

Áurea e como se deram as sessões da Câmara naquelas ocasiões. Reconheceu também outras iniciativas e trabalhos de outros políticos, principalmente do deputado Rodrigo A. da Silva - redator da proposta sobre a extinção da escravidão, e algumas menções à Princesa Isabel.

Mesmo apontando iniciativas de outras pessoas, Afonso Celso reafirma insistentemente o seu papel no processo, ainda que fosse um político inexperiente:

Como provam os Annaes, não deixei passar uma ocasião, o menos pretexto, sem chamar a atenção dos poderes publicos e do povo para as victimas da odiosa instituição, dias havendo em que formulei mais de um requerimento, o que, alliado á minha attitude perante o ministerio Dantas, me valeu o diploma de socio honorario da Confederação Abolicionista, assignado pelos mais notaveis campões populares da nobre causa.⁴⁵

Celso apenas cita uma interpelação feita, na data de 4 de setembro de 1886 (publicado nos Anais em 15 de setembro), ao então Presidente do Conselho de Ministros, o barão de Cotegipe, sobre os direitos que seriam garantidos aos escravizados após sua abolição. Ricardo Pirola apresenta, em seu artigo, as questões feitas pelo deputado naquela sessão:

A primeira questão buscava saber “qual era a opinião do governo sobre a verdadeira condição dos escravizados existentes no Império, desde que, pelo artigo 3º, parágrafo 10º, da lei n. 2.370 de 28 de setembro de 1885, foi fixado dia certo para entrarem no gozo de sua liberdade”. Já a segunda questão perguntava objetivamente se os cativos “permaneciam rigorosamente escravos ou tornaram-se *statuliber*?”. A terceira questionava se “subsistia em pleno vigor o artigo 60 do Código Criminal (pena de açoites) e a lei de 10 de junho de 1835, depois da nova situação para eles criada pela referida lei de 28 de setembro”. O quarto questionamento remetia aos projetos do governo para “acautelar a sorte dos ingênuos”. Por fim, a quinta questão indagava a respeito do “alcance da circunstância da naturalidade do escravizado, a qual deveria ser consignada na nova matrícula”. Além de apresentar as cinco interpelações diretamente ao barão de Cotegipe, Afonso Celso Júnior fez longo discurso defendendo a interpretação de que os escravizados, de fato, usufruíam a condição de *statuliber* desde a lei de 1885, não devendo, portanto, serem açoitados, nem julgados pela severa lei de 10 de junho de 1835. Afonso Celso Júnior não chegou a citar o manifesto de Pitanga, mas explicitava o argumento que relacionava a condição de *statuliber* e a conquista de direitos constitucionais.⁴⁶

Sobre *statu-liberi*⁴⁷:

O *statuliber* é juridicamente aquele cuja liberdade está estatuída ou destinada a ser-lhe conferida em certo tempo, ou mediante certa condição (...) assim, caracteristicamente distinto do escravo, o *statuliber* adquire liberdade

⁴⁵ *Op. cit.*, p. 133.

⁴⁶ PIROLA, *op. cit.*, p. 27.

⁴⁷ Afonso Celso fala de “*statu-liberi*”, já no manifesto de Pitanga, citado por Ricardo Pirola, fala em “*statuliber*”.

irrevogável, a qual não perde por ato jurídico de natureza alguma, nem por prescrição (...) e, quaisquer que sejam as disposições acessórias consignadas na lei, no intuito de garantir seus serviços durante um certo tempo, perderam, com essa inovação essencial em seu estado civil, esse caráter de ignomínia que os equiparava às coisas, sendo conseguintemente restituídos ao regime normal das leis humanas.⁴⁸

De volta à interpelação feita por Afonso Celso ao presidente do Conselho de Ministros:

As respostas do barão de Cotegipe demonstravam a clara intenção do governo de restringir ao máximo as interpretações que fizessem avançar o desmonte do escravismo naquele final do século XIX. Isto é, a lei de 10 de junho de 1835 e os açoites continuavam de pé. Assim como os africanos continuavam escravizados, devendo ser, portanto, matriculados pelos seus senhores. Também não existiam *statuliber*, todos em cativeiro eram ainda escravos.⁴⁹

Ainda que não conste na história como um grande agente da abolição, Afonso Celso descreve seus trabalhos em prol da extinção da escravização como destaque em sua jornada no Parlamento durante o Império. A sua causa abolicionista foi cumprida pela ação de outros políticos do Segundo Reinado, tendo a Princesa Isabel o prestígio de ser a mais importante peça da abolição, segundo Afonso Celso⁵⁰.

Outra causa pela qual advogou desde sua eleição foi a da República. Sempre que ocupava a tribuna a fim de falar sobre a nova forma de governo era interpelado pelos políticos mais tradicionais que alegavam ainda viverem sob o Império. De todo modo, a República veio, a contragosto dos monarquistas e do jovem republicano objeto desta dissertação.

1.2. A proclamação da República: desilusão e exílio

“A Republica como a abolição, teve causas geraes e profundas, longos antecedentes”⁵¹. Desse modo, Afonso Celso nos apresenta uma versão sobre o evento, a de que a proclamação não veio “do nada”, mas já era construída pelos militares e percebida por alguns membros do Parlamento. Assim, a sua desilusão não se deu no fato: “Não me surpreendeu a proclamação da Republica. O modo como se effectuou é que constituiu uma

⁴⁸ PIROLA, *op. cit.*, p. 25.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 28.

⁵⁰ As narrativas de Afonso Celso sobre a Princesa Isabel serão melhor aprofundadas no terceiro capítulo da dissertação.

⁵¹ *Op. cit.*, p. 146.

indigna cilada, um erro, um crime, fonte de tamanhas desgraças, só remediáveis com a restauração”⁵².

Em 1870, as primeiras associações republicanas entraram em cena. Após a abolição em 1888, muitos passaram a advogar pela mudança no regime. Toda a modernização (ainda que conservadora) do Segundo Reinado possibilitou uma escalada às novas ideias, o que deu fim ao próprio regime. Destacamos aqui o relato no Parlamento de Afonso Celso sobre a iminência da República e algumas reações recebidas:

Assim me enunciei: “Não acha o governo que os factos são reveladores de uma nova orientação política, do advento das mais recentes camadas sociaes, cujo triumpho será inevitável e ao qual convem ir preparando terreno para não produzir abalo, vindo suave e naturalmente?” E assignalei ser francamente republicana a mocidade que surgia das academias, dos seminarios, do Exercito e da Armada. O partido republicano, continuei, é hoje um partido militante em São Paulo, no Rio Grande do Sul, em Minas Geraes e no Rio de Janeiro. “Há 10 annos ninguem falava em Republica. Hoje raro é o dia em que na tribuna e na imprensa não se clame por ella, e o governo ouve os brados sem os poder reprimir. Respondei-me em consciencia se não vem perto talvez a victoria do sentimento republicano que tem calado fundamente na alma nacional.”

O sr. Alves de Araujo interrompeu: Apezar de tudo, o paiz é monarchico. “Como pode o nobre deputado affirmar-o?” - redargui. “O povo é quando muito indifferente, á forma de governo. Lavra descontentamento surdo em todo o Imperio. Ninguém está satisfeito. O partido conservador arroga-se o papel de liberal, de sorte que em breve veremos em pratica o *steeple-chase* de reformas, de que se arreceiava o rei Leopoldo. è significativo o aspecto da Camara. Acolhe a noticia e a prova de que as instituições perigam, com benevolencia risonha. O nobre ministro do Imperio exhibe a maior tranquillidade.”

- O sr. Andrade Figueira: É que ninguém acredita nessas prophecias de mau agouro.

“Nas de Thiers, annunciando os desastres da guerra de 1870, finalizei, tambem ninguem acreditava. O que está patente é que a monarchia não dispões nesta casa de defensores entusiasticos e ardentes que se irrem e se inflammem, ao ouvir que todos os elementos conspiram contra sua permanencia.”⁵³

Em sessão do dia 26 de junho de 1888, após mais interpelações acerca do movimento republicano, o deputado João Alfredo disse, segundo Celso:

Mas voltemos ao movimento republicano de que tanto se fala. Senhores, essa Republica é um desabafo de desgostosos, é a explosão de espiritos impacientes e aterrados que veem na mudança de forma de governo um remedio a males, cujas proporções exageram. Mas se a revolução vier, invencivel e triumphante, pergunto ao nobre deputado: o que ha de fazer o

⁵² *Ibidem*, p. 147.

⁵³ *Ibidem*, p. 150-151.

governo? Que providencias ha de tomar? Não consentir na manifestação da livre opinião? Não é possível; o governo não o faria, e o nobre deputado não o consentiria. Impedir a organização de clubs e sociedades dentro dos limites da lei? Também o nobre deputado não fal-o-ia e não ha de querer que o governo o faça. Levantar já o Exercito, chamar as reservas ás armas, para combater uma Republica em embryão? É melhor dizer que cresça, e depois ver-se-á com quem teremos de cruzar as nossas armas, ou de ajustar as nossas contas.⁵⁴

Segundo o relato de Celso, em pouco tempo esse movimento cresceu, bem como depôs o regime, dissolveu o Parlamento e deixou os políticos que negavam sua importância a ver navios: os navios que levavam a família real e o Visconde de Ouro Preto para serem exilados na Europa. Em solidariedade, acompanhou o pai e se tornou um opositor do governo republicano brasileiro: “Comecei a ser monarchista com todos os seus perigos, no momento em que muitos começaram a ser republicanos, com todas as suas vantagens, a 15 de novembro de 1889”, afirmou Celso. Na Europa, aproximou-se de Pedro II. Um arrependimento que descreve é o de sempre ter se oposto ao imperador, quando ainda não o conhecia, além de não ter se aproximado antes dele, pois havia tido oportunidade de fazê-lo dado o seu cargo e a proximidade de seu pai de Pedro II⁵⁵ e de Isabel⁵⁶.

Em *O Imperador no Exílio*, Celso compila alguns textos publicados por ele, sendo o principal deles o capítulo “D. Pedro II” presente na obra *Vultos e Fatos*. O relato do exílio se inicia com a própria viagem do Rio de Janeiro, passando por Cabo Verde até à Europa. Sobre o trajeto, comenta da paisagem e da população local do arquipélago, além dos momentos em que sua embarcação encontrava a da família real e os tripulantes de ambos se cumprimentavam com acenos de lenços e chapéus: “Durante alguns segundos trocamos assim affectuosos signaes.”⁵⁷

Estes afetuosos sinais se deram, pois o desembarque na ilha de São Vicente, em Cabo Verde, não era possível devido a medidas sanitárias. A parada se dava apenas para abastecimento do navio e seguiam viagem. Segundo Celso: “A administração de S. Vicente ignorava talvez ainda os graves successos do Brazil. Recebera D. Pedro com todas as honras devidas á sua qualidade de soberano.”⁵⁸ . Mesmo com tal honraria e hospitalidade ao (ex)

⁵⁴ ALFREDO apud CELSO, *op. cit.*, p. 156.

⁵⁵ Esse arrependimento e todo o tempo que passou ao lado de D. Pedro II na Europa foi descrito no livro *O Imperador no Exílio*, dedicado à Isabel e publicado pela primeira vez provavelmente em 1894.

⁵⁶ O título de Visconde foi dado a Afonso Celso de Assis Figueiredo (1836-1912) pela Princesa Isabel.

⁵⁷ CELSO, Afonso. **O Imperador no Exílio**. Nova edição aumentada (2o milheiro). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves (Paulo de Azevedo & Cia), s/d. p. 11.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 8-9.

Imperador do Brasil, Celso reclama de não poder ter contato com Pedro II devido aos protocolos da ilha:

Grande contrariedade nos estava reservada: não nos era licito descer á povoação e nem siquer comunicar com o Alagôas [embarcação que levava a família real]. Por incomprehensível applicação do regulamento sanitario indigena, quarentena absoluta tinha sido imposta ao paquete allemão. Receber combustivel e prosseguir - eis simplesmente o que lhe cumpria. Em vão, Meu Pai parlatou com o official de saude, que de um bote dictava as prescripções. A muito custo conseguiu d'elle ser portador de uma carta, préviamente desinfectada para o monarcha. Imagine-se a nossa impaciencia e desgosto.⁵⁹

Afonso Celso talvez desconhecesse - ou ignorasse completamente - as epidemias ocorridas nas ilhas de Cabo Verde ao longo do século, principalmente a epidemia de cólera em 1856 que dizimou parte da população da ilha de São Vicente⁶⁰ - local que aportaram. Sua devoção ao Imperador deposto naquele momento atravessou qualquer cuidado sanitário em terras estrangeiras.

O roteiro da viagem seria: Do Rio de Janeiro à São Vicente e de lá para Hamburgo na Alemanha. Porém, “molestias e ausencia de vestuarios adequados para arrostar naquela cidade o inverno, que se annunciava rigorosissimo”, obrigou-os a mudar a rota e desembarcarem em Tenerife, nas Ilhas Canárias. Ali, esperaram oito dias algum navio que os levasse a Lisboa. Durante a espera ocorreu o primeiro encontro entre Pedro II e Teresa Cristina com o Visconde de Ouro Preto e seu filho. Neste encontro, o primeiro contato próximo que tiveram após saírem do Rio de Janeiro, Celso descreveu as reações e os humores da família imperial. Segundo ele:

Sua Magestade referiu-se á revolução, revelando isenção e serenidade admiraveis. Parecia perfeitamente resignado com a perda do throno. Preferentemente orientava a conversação para os estudos e visitas que

⁵⁹ *Ibidem*, p. 9.

⁶⁰ A epidemia de cólera-morbus foi levada à Cabo Verde a partir de navios oriundos de outros portos, portanto, a grande movimentação e circulação de pessoas precisava ser barrada a partir de protocolos sanitários como o descrito por Afonso Celso. Sobre a epidemia de cólera-morbus em Cabo Verde no século XIX, Cf. ÉVORA, José Silva. As Epidemias na História de Cabo Verde A epidemia de cólera-mórbus na Ilha de São Vicente (Agosto de 1856). 10 ago. 2020. Disponível em: <https://expressodasilhas.cv/opinioao/2020/08/10/as-epidemias-na-historia-de-cabo-verde-a-epidemia-de-colera-morbus-na-ilha-de-sao-vicente-agosto-de-1856/70814>. Acesso em: 07 jan. 2022.; ÉVORA, José Silva. As Epidemias na História de Cabo Verde “A morte vinha do mar,” ... De São Vicente, a cólera-mórbus chegou no sudoeste da Ilha de Santo Antão (Setembro de 1856). 19 ago. 2020. Disponível em: <https://expressodasilhas.cv/opinioao/2020/08/19/as-epidemias-na-historia-de-cabo-verde-a-morte-vingha-do-mar-d-e-sao-vicente-a-colera-morbus-chegou-no-sudoeste-da-ilha-de-santo-antao-setembro-de-1856/70907>. Acesso em: 07 jan. 2022.

tencionava realizar em Portugal. Nem a mais leve palavra amarga, nenhuma queixa ou recriminação.⁶¹

Enquanto Pedro demonstrava estar resignado, Teresa Cristina não compartilhava deste sentimento, demonstrando-se extremamente magoada com a sequência de fatos, e que, segundo Celso, ela assim disse em tom angustioso, que dava vontade de chorar:

- Mas que mal fizemos nós áquella gente para nos tratarem assim!.. Não imaginam quanto foi cruel o meu embarque alta noite e na Ilha Grande... O mar estava muito forte... Eu tenho medo do mar bravo... Não conseguia dar um passo... As pernas se me recusavam a andar... A escada do vapor não pude subil-a. Creio que me carregaram, soffrendo dôres agudas. Não sei realmente que crime pratiquei contra aquelle povo que amo tanto. E depois, de modo tão inesperado! Ignorava que nos odiassem... Sou tão amiga do Brazil! Não o esquecerei nunca... Tenho tido immensas saudades de tudo, de todos. Eu quizera acabar meus dias no Brazil...⁶²

Tais impressões se deram antes da notícia do banimento da família imperial do território brasileiro. Somente haviam sido exilados, mas o banimento viria depois. Quem deu a notícia a Afonso Celso foi André Rebouças⁶³:

André Rebouças relatou-me, a palavra embargada pela comoção, que constava, por telegramma recebido horas antes, haverem sido para sempre banidos do territorio brasileiro o Imperador, toda a familia imperial e Meu Pai, sendo deportado, ao mesmo tempo, o conselheiro, Silveira Martins. “Ha ainda um banido”, accrescentou Rebouças. “Não se sabe se você, se seu tio Carlos Affonso. O telegramma é confuso. Corramos a redação do Jornal da Noite, onde tenho amigos. Informar-nos-hemos ali exactamente do que ha.”
Vimos no escriptorio referido, em copia authentica, o despacho da Agencia Havas. O outro proscripto era meu tio. O governo provisorio não me considerara digno da mesma honra, ou rendera talvez justiça a meus sentimentos, comprehendendo que o exilio de Meu Pai importava o meu.

⁶¹ *Ibidem*, p. 14.

⁶² *Ibidem*, p. 15.

⁶³ André Pinto Rebouças nasceu na cidade de Cachoeira, região do Recôncavo Baiano, no dia 3 de janeiro de 1838, no contexto da Sabinada, revolução baiana contra o governo regencial. Engenheiro Civil, lutou na Guerra do Paraguai e projetou a estrada de ferro que liga Curitiba ao Porto de Paranaguá, no Paraná. Como Abolicionista, colaborou com a fundação da Sociedade Brasileira contra a Escravidão, nas companhias de Joaquim Nabuco e José do Patrocínio. Como monarquista, se exilou na Europa após a Proclamação da República, em 1889. Por dois anos, exilou-se em Lisboa, trabalhando como correspondente do *The Times*, de Londres. Depois disso, transferiu-se para Cannes, na França, até a morte de Dom Pedro II. Em 1892, com sérios problemas financeiros, aceitou um emprego em Luanda, Angola, e lá ficou durante 15 meses. Já a partir de meados de 1893, foi para Funchal, Ilha da Madeira, período em que permaneceu ainda mais abatido e depressivo. Em 9 de maio de 1898, aos 60 anos, suicidou-se, tendo o corpo encontrado e resgatado na parte de baixo de um penhasco, nas proximidades do hotel em que então residia. Disponível em: <http://www.letas.ufmg.br/literafro/ensaistas/1421-andre-reboucas>. Acesso em: 10 jan. 2022.

E lá fui anunciar-lhe que já não tínhamos patria.⁶⁴

O pai, Afonso Celso de Assis Figueiredo construiu uma carreira política marcada por controvérsias e contendas. Foi Ministro da Marinha entre 1866 e 1868, ou seja, enquanto o Brasil estava em conflito com o Paraguai. Foi Ministro da Fazenda em três ocasiões: entre fevereiro de 1879 e março de 1880; de 7 de junho a 20 de julho de 1889; e de 28 de julho a 15 de novembro de 1889. Logo no primeiro mandato, sob o Gabinete Paranaguá, a criação de um imposto sobre as passagens dos bondes no Rio de Janeiro gerou grande insatisfação popular, dando início à Revolta do Vintém,

No final de 1879 a notícia da criação de um imposto sobre as passagens dos bondes do Rio de Janeiro, cobrado diretamente dos usuários, se transformou no pivô de um grande debate nacional. Poupano tanto as outras províncias do Império quanto as empresas de transporte e, por outro lado, onerando os trabalhadores pobres, o novo tributo acirrou os ânimos da cidade, preparando-a para a Revolta do Vintém, ocorrida em janeiro de 1880. Em 21 horas de confronto, trilhos foram arrancados, bondes destruídos, três manifestantes mortos, muitos feridos e outros tantos presos, transformando as ruas da Corte em verdadeiras praças de guerra. Fruto de um conjunto de insatisfações populares, o “Motim do Vintém” segue no centro de um grande debate historiográfico sobre a heterogeneidade dos seus manifestantes e de suas pautas de reivindicação.⁶⁵

O saldo de mortos e feridos, além de todos os prejuízos materiais, levaram à substituição de Afonso Celso Assis Figueiredo no Ministério da Fazenda por José Antônio Saraiva.

As outras ocasiões em que ocupou o Ministério da Fazenda são concomitantes ao período em que esteve à frente do cargo de Presidente do Conselho de Ministros, a partir de 7 de junho de 1889 até 15 de novembro daquele ano. Consciente dos riscos que o regime monárquico corria ao formar seu Gabinete, Afonso Celso de Assis Figueiredo, àquela época já Visconde de Ouro Preto⁶⁶ (e doravante assim referido), lançou um programa de reformas a fim de refrear as críticas, principalmente, republicanas. Segundo Emília Viotti da Costa,

Ao ouvir as sugestões do presidente do Conselho, Pedro Luiz Soares de Souza, deputado pelo Rio de Janeiro, não pôde refrear uma exclamação que expressa certamente o espírito da maioria dos presentes: “É o começo da

⁶⁴ *Op. cit.*, p. 18-19.

⁶⁵ RAMOS, Ana Flávia Cernic. Barricadas em rodapés de jornais: revolta popular e cidadania política na Gazeta de Notícias (1880). **Revista História (São Paulo)**, n.179, a11118, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rh/a/TrjOC8xXmS4tcXjTzSOfNWq/?lang=pt#>. Acesso em: 10 jan. 2022. p. 4.

⁶⁶ Recebeu o título nobiliárquico da Princesa Isabel em 13 de junho de 1888.

República”, ao que lhe respondeu Ouro Preto: “Não, é a inutilização da República”.

Ouro Preto partia da idéia da necessidade de fazer algumas reformas esperadas ansiosamente por importantes setores da nação, pois, se não fossem feitas dentro dos quadros do regime vigente, acabariam por se efetivar por meio de um movimento republicano. A melhor maneira de anulá-lo seria satisfazer suas reivindicações. Não ousava, entretanto, propor a federação.⁶⁷

A tentativa do Visconde de Ouro Preto era de amenizar as manifestações que ansiavam pela mudança de regime, propondo medidas de maior autonomia às províncias (ainda que sem o Federalismo, propriamente republicano), por exemplo. Contudo, “As medidas que a uns pareceriam insuficientes, a outros assustariam por demasiado radicais. A Câmara recuou diante das medidas sugeridas.”⁶⁸ . A impopularidade de Ouro Preto se daria ainda pelas medidas desfavoráveis em relação ao Exército. A Questão Militar sempre é apontada como uma das causas da crise do Império, e a rivalidade entre o Presidente do Conselho de Ministros e o Exército⁶⁹ constituiu uma das principais razões para o movimento de 15 de novembro de 1889. Para os militares, instaurar a República não era exatamente a prioridade, mas sim o desmonte do Ministério Ouro Preto. Por isso, o Visconde de Ouro Preto foi preso e, posteriormente, exilado e banido. Desse modo, ficam evidente as causas do banimento do Visconde: sua carreira contava com momentos importantes, mas um tanto impopulares.

Voltando ao filho de Ouro Preto, o personagem principal deste trabalho, não teve seu banimento decretado, pois sempre se colocou como republicano - assim como vários outros membros do Parlamento. O auto-exílio se deu em solidariedade ao pai e lá permaneceu com ele por quase dois anos⁷⁰.

Menos de dois meses depois da Proclamação da República e da ida da família imperial para a Europa, a ex-Imperatriz, Teresa Cristina, faleceu no Porto. Na narrativa tecida por Afonso Celso em *O Imperador no Exílio* podemos elencar este momento como o ponto de partida para o estreitamento dos laços entre nosso personagem e o ex-soberano. Assim que

⁶⁷ COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 6a ed. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999. p. 488.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 488.

⁶⁹ Um indício desta rivalidade é a obra *Advento da Ditadura Militar no Brasil*, contendo a versão do Visconde de Ouro Preto sobre os acontecimentos que se sucederam com a Proclamação da República. Cf: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/539478/001117596.pdf?sequence=7&isAllowed=y>.

⁷⁰ Lúcia Maria Paschoal Guimarães problematiza as motivações sobre o exílio de Afonso Celso. Além da solidariedade ao pai, Celso buscava na Europa a cura para uma paralisia que acometeu sua filha Maria Eugênia ainda muito pequena. A busca tinha como foco o Dr. Charcot (1825-1893), famoso neurologista francês, mas a cura da filha foi atribuída a um milagre na gruta do santuário de Nossa Senhora de Lourdes. Cf: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Por uma história ultramontana: Afonso Celso. **Intellêctus**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 2003.

soube da notícia, Celso e seu pai quiseram partir imediatamente para prestar suas condolências, mas tiveram de esperar o trem que só partiria horas depois.

Quando chegaram ao hotel onde estavam hospedados Pedro II e Teresa Cristina, várias pessoas estavam lá para prestar as devidas homenagens. E mesmo com toda a multidão:

O Imperador, recolhido a seu aposento, só recebia os intimos. Meu Pai, a principio, não o queria mais incomodar, esperando hora mais propria (eram menos de oito da manhan quando entramos no Grande Hotel) para lhe fallar. Sua Magestade, porém, mal soube da nossa presença ordenou que nos dessem ingresso.⁷¹

Ali, nos aposentos descrito como modesto e simples, apinhado de livros destacados pelo próprio hóspede como seu consolo, os visitantes ouviram longamente sobre curiosidades da cidade do Porto e literatura, apresentando uma edição da Divina Comédia de Dante Alighieri. Após algum tempo, apresentou-se o seguinte diálogo:

Após uma pausa, perguntou a Meu Pai:
 - E não pensa em regressar ao Brazil?!
 - Estou banido, Senhor.
 - É exacto... estamos... Nem me lembrava, - concluiu com tristissimo sorriso.⁷²

Pedro parecia alheio ao motivo principal da visita e não comentava sobre a morte de sua esposa. Quando estavam prontos para ir embora, finalmente indicou-lhes onde se encontrava a câmara mortuária e o convite para a missa de corpo presente. Ao saírem, Celso descreve uma situação em que teve de voltar para buscar o chapéu que havia caído e viu por uma fresta o Imperador em lágrimas que caíam sobre o livro que antes estivera lendo, que despertou no visitante sentimentos: “Não pude me conter. Rompi também em choro convulsivo. Sua Magestade descobriu a face, envolveu-me n’um indizível olhar, a um tempo de desconforto e de reconhecimento fazendo com a mão, molhada de pranto, sentido gesto de adeus.”⁷³

A partir daí se segue uma descrição sobre a missa de corpo presente citada por Pedro II. Toda essa descrição das passagens narradas por Afonso Celso tem como intuito mostrar de que modo a aproximação entre ele e o seu eterno ídolo se deu, uma vez que muitos de seus escritos posteriores foram dedicados a este, mesmo que não houvesse admiração, nem aproximação alguma antes dos eventos de 15 de novembro de 1889.

⁷¹ *Op. cit.*, p. 21-22.

⁷² *Ibidem*, p. 23.

⁷³ *Ibidem*, p. 24.

Após o falecimento da ex-Imperatriz, a aproximação entre Pedro e Afonso cresce:

Procurei-o desde então frequentemente, já com Meu Pai e a família, já só. E sentia-me tomado de intenso affecto e illimitada veneração por elle, á proporção que o ia conhecendo melhor.
Na intimidade, desvendava-se-me um D. Pedro chão, carinhoso, franco, infinitamente mais admiravel que o D. Pedro official.⁷⁴

Há poucas referências à sua família no exílio. Celso cita mais frequentemente a companhia de seu pai e somente em um momento a esposa. De todo modo, se tornava cada vez mais próximo de Pedro II e seus elogios ao antigo monarca e as críticas à república brasileira se tornavam mais fortes:

Depois de larga conversa sobre variados assumptos, invadiam-me conjunctamente sentimentos de ufania e de magua por ser brasileiro.
Desvanecia-me a honra de haver nascido no meio social que produzira individualidade tão nobre e tão pura.
Indignava-me ao pensar que meus compatriotas, homens da minha geração, tantos por elle particularmente protegidos, o tinham enxotado como um reprobado, sem levantar-se a favor d'elle o minimo protesto ou resistencia, substituindo o seu paternal governo, de concordia e de moralidade, pelo despotismo brutal das casernas, chrisnado sacrilegamente com o nome de republica.⁷⁵

A partir daí, Celso narra o exílio depois de algum tempo já residindo na Europa. Passados dez meses, Celso e o pai se estabeleceram em Paris e Pedro II em Cannes. A distância entre as cidades não permitia que se encontrassem com a mesma frequência de antes, porém, isso não impedia que continuassem a ter notícias de seu antigo soberano. Além disso, o exílio já se tornara um hábito passado aqueles meses, principalmente porque estavam mais tranquilos e seguros em comparação aos residentes do Brasil: “Dez mezes, cheios de noticias más do Brazil, de saudades, de esperanças, de desillusões, das mil impaciencias e contrariedades do desterro, mas passados, comtudo, rapidamente no turbilhão parisiense ou absorvidos por viagens e estudos.”⁷⁶

Logo, Pedro II foi à Paris para uma série de conferências e sessões científicas e literárias, fazendo muito esforço físico e intelectual para sua já avançada idade, o que preocupava seu médico, o Conde de Motta Maia, que repassou ao Visconde de Ouro Preto sua preocupação:

⁷⁴ *Ibidem*, p. 28.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 31.

⁷⁶ *Ibidem*, p. 32.

Reparou que o Imperador está hoje com os olhos vermelhos e a face abatida? Passou a noite inteira a compulsar alfarrabios e a tomar notas. Não repousou vinte minutos. E lá nos vamos d'aqui a pouco percorrer não sei que bibliotheca. Já me cancei de lhe repetir que isto não é vida para a idade d'elle. Com certeza adoecerá outra vez. Veja se o Sr. o convence de que não deve trabalhar tanto e sem necessidade.⁷⁷

A estadia em Paris, apesar dos riscos à sua saúde devido à intensa maratona intelectual que praticava, era, segundo a descrição de Celso, um deleite a Pedro II. Todos o adoravam, faziam incontáveis convites a ele, os quais aceitava. Afonso Celso chegou à acompanhá-lo a uma conferência de um “pachá” sobre literaturas orientais, que Pedro II já conhecia, porém descrevia-o com “Muito bôa vontade, excellentes intenções e mais nada”, mas que aceitou o convite para não ofendê-lo. Mesmo no centro das atividades intelectuais de Paris, Pedro II não deixava de se interessar pelas produções brasileiras, as quais não tinha contato desde que fora banido, chegando a pedi-las a Celso:

Terá o Sr. por acaso publicações recentes do Brazil!? Confesso-me atrazado sobre o que lá se tem escripto ultimamente. Sinto-o devéras, porque gostava de acompanhar o movimento intellectual de nossa sociedade. E não raros estudos de merito real appareciam, - acredite. Se possui alguma coisa, empreste-m'a. Paris não basta para occupar-me. Se eu houvesse ficado desimpedido mais moço, lucraria bastante neste vasto nucleo de sciencia e de arte. Porém agora?! Livros brasileiros me distrahiriam summamente. Mas ninguem se lembra de m'os mandar e aqui, infelizmente, não é fácil obtel-os.⁷⁸

Estando ainda o Brasil sob o governo dos marechais, não se sabiam sobre as produções recentes daqui. Ainda que as houvesse, não teriam chegado à Paris, menos ainda às mãos dos banidos e exilados. É narrada ainda uma outra ocasião em que Pedro II pede por notícias e escritos brasileiros. Afonso Celso e sua esposa tinham planejado uma viagem pelo sul da Itália e antes disso passaram por Cannes, a fim de visitar Pedro II. Nessa visita, foram bem acolhidos e orientados sobre o roteiro de sua viagem. Mudando de assunto, Pedro perguntou sobre novidades do Brasil e Celso lhe disse o que soube em Paris antes de viajar. Reproduzo aqui na íntegra o diálogo entre eles, iniciado por Pedro II:

- Pois é singular. Eu não tive uma só carta ou uma unica folha. É singular que ninguem mais se lembre de mim para me dirigir duas linhas. Esqueceram-me mais depressa do que eu esperava.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 33.

⁷⁸ *Ibidem*, p. 33-34.

- Não, meu Senhor, protestei. O nome de Vossa Magestade jámais será olvidado no Brazil. Crescem cada dia o respeito e o amôr publicos por Vossa Magestade.
- Mas então isso se dá de modo assás platonico e demasiado abstracto. Porque não me escrevem?! Ha pessoas cujas letras me dariam tanto prazer!...
- Talvez, Meu Senhor, porque corre, e com fundamento, posso affirmar-o, que o governo dictatorial viôla o sigillo da correspondencia. Receiam naturalmente comprometter-se, incorrer em punições...
- Qual! interrompeu o Imperador. Ha assumptos que não compromettem a ninguem. Nem acredito que o governo levasse a mal que meus amigos indagassem, por exemplo, da minha saúde e me enviassem noticias da propria. Não; é singular, é muito singular...⁷⁹

Em 13 de maio de 1891, o Visconde de Ouro Preto se preparava para regressar ao Brasil. Seu filho não fala sobre a revogação de seu banimento⁸⁰, apenas detalha os preparativos da viagem. Dentre eles, estava uma visita de despedida a Pedro II. Lá, conversaram, como sempre, sobre leituras, e requisitou ao Visconde referências de leitura sobre economia política. Além disso, Pedro II disse que havia, naquele mesmo dia, enviado uma carta ao Visconde, que não a tinha recebido. Nesta carta, havia um pedido àquele antes proscrito que retornaria à sua pátria: “Enviei-lhe apontamentos para contestar, se julgar conveniente, opiniões e dizeres que me attribue uma gazeta do Rio de Janeiro em entrevista com um reporter americano. Adulteraram-me ali o pensamento.”⁸¹. Além do pedido, mostrou-se alegre e saudoso com o retorno do Visconde ao Brasil: “Quanto o invejo! Nada d’isto aqui, afinal de contas, vale o nosso Brazil.”⁸². Perguntou se Afonso Celso também retornaria, e este respondendo que ainda não, Pedro dissera: “Ainda bem! Então tornaremos a vêr.”⁸³.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 44-45.

⁸⁰ O decreto no 1037 de 19 de novembro de 1890 revogou o decreto no 78 de 21 de dezembro de 1889, que baniu os cidadãos Affonso Celso de Assis Figueiredo e Carlos Affonso de Assis Figueiredo e desterrou o cidadão Gaspar Silveira Martins, assim justificado: “Considerando que o banimento dos cidadãos Affonso Celso de Assis Figueiredo e Carlos Affonso de Assis Figueiredo e o desterro do cidadão Gaspar Silveira Martins foram medidas de precaução que as circunstancias impunham á providencia do Governo Provisorio, empenhado, pela consciencia do seu dever e da responsabilidade contrahida perante a nação, em afastar quaesquer causas que, durante a obra da consolidação das nascentes instituições republicanas, pudessem perturbar a ordem e a paz internas, que sahiram inalteradas dos gloriosos acontecimentos de 15 de novembro do anno passado; Considerando que a constituição dos Estados Unidos do Brazil, decretada ad referendum do Congresso Nacional, acha-se presentemente sob a sua apreciação, e tudo induz á crença de que, eleito sem violencias nem perturbações da ordem publica, o Congresso corresponderá pelo seu patriotismo e luzes á expectativa da Nação; Considerando que, dissipados assim todos os receios que determinaram aquelles actos de excepção, não devem cidadãos brasileiros continuar a soffrer em sua liberdade um constrangimento que motivos politicos exigiam e justificavam, mas não teem hoje razão de ser;”. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1037-19-novembro-1890-517079-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 jan. 2022.

⁸¹ *Op. cit.*, p. 50.

⁸² *Ibidem*, p. 50.

⁸³ *Ibidem*, p. 50.

Ainda que o título do livro seja “O Imperador no Exílio”, em alguns momentos se destaca o quanto a narrativa é também sobre o exílio de Celso, não se limitando a Pedro II - ainda que este seja predominante. Afonso Celso, ao voltar para Paris, encontrou dois novos “vizinhos”, que também foram exilados: o venezuelano Gusman Blanco e Isabel II da Espanha. Contudo, não há um encontro entre eles, apenas observações às residências e às recepções que estes deram em seus domicílios e a curiosidade popular que observava tudo da calçada. Pela forma como narra, Afonso Celso não era um participante de tais recepções, apenas um espectador.

De volta ao “Imperador”, uma nova despedida: Afonso Celso também retornaria ao Brasil, um mês após seu pai. Segundo ele:

Vinte mezes de exilio incutem saudades da terra natal nos corações mais avessos a esse sentimento. Quanto mais em mim e nos meus, para quem a lembrança do Brazil estivera sempre arraigada na mente.

Não é ficção poética a nostalgia. Existe, morbida e cruel. Conheci-lhe os cruciantes efeitos, para os quaes só ha lenitivo e remedio no prompto regresso á patria.⁸⁴

Acompanhado da família, foi despedir-se de Pedro II em Versailles, que demonstrou, assim como na partida do Visconde de Ouro Preto, felicidade e inveja pelo retorno do visitante. Após horas conversando, Pedro II fez uma consideração sobre seu espírito no exílio:

Sob o ponto de vista individual, disse, ao se tratar da revolução, - lucrei immensamente. Sou hoje mais livre. Vivo como entendo, satisfazendo as minhas vontades à lei das minhas inclinações, sem despertar criticas nem incorrer em pesadas responsabilidades. Leio, estudo, passeio, movo-me desembaraçadamente. Não me vejo forçado a sacrificar a devoção á obrigação. Gozo, demais, do repouso de que já ia precisando. Creio que não me negam, quando menos, o título de empregado publico consciencioso.

Desempenhava escrupulosamente as funções que me incumbiam. E aquillo era trabalhoso bastante! Aqui, queixo-me de nada fazer. Vivo n’uma ociosidade absoluta, exercendo genuino poder pessoal, pois realiso quando me apraz. Já veem que particularmente ganhei com a mudança.⁸⁵

Apesar de tantos beneficios particulares expostos, a conversa assim se seguiu:

- Mas o patriotico espirito de Vossa Magestade, retorquiou um dos circumstantes, não se confrange com as desgraças que se desencadeiaram sobre o nosso paiz? Não desejaria voltar para restaurar ali o regimen da justiça e da liberdade?!

⁸⁴ *Ibidem*, p. 54-55.

⁸⁵ *Ibidem*, p. 56.

- Certamente. Succedem ali factos que me fazem soffrer muito. Por exemplo, a noticia de que pretendem ceder aos argentinios parte do nosso territorio de Missões. Isso nunca. Nós é que podemos adoptar a divisa de Julio Favre: - nem um palmo do nosso territorio, nem uma pedra das nossas fortalezas. Contamos a nosso favor o direito e a força. Como transigir n'essas condições?... Foi meu empenho sagrado conservar o Brazil unido e integro. Reside n'essa homogeneidade indivisivel a nossa grandeza. Não sei como a gente que governa não o comprehende. Presumia-os animados de melhores intuitos, mais preparados para a tremenda tarefa que se impuzeram.⁸⁶

Sobre a restauração de seu governo:

Quanto a voltar, continuou mais calmo. se me chamarem estou prompto. Seguirei no mesmo instante e contentissimo, visto ser util ainda á nossa terra. Mas se me chamarem espontaneamente, notem. Puzeram-me para fóra... Tornarei se se convencerem de que me cumpre tornar. Conspirar, jámais. Não se coaduna com a minha indole, o meu character, os meus precedentes. Seria a negação da minha vida inteira. Nem autoriso ninguem a conspirar em meu nome ou no dos meus. Ao povo brasileiro assiste pleno direito de se governar como julgar mais acertado. Se desejar de novo minha experiencia e minha dedicacão por elle á testa da sua administração, que os diga claramente e sem constrangimento. Obedecerei sem vacillar, á custa embora de arduos sacrificios. Do contrario, não e não.⁸⁷

Relembrando os acontecimentos ocorridos no dia 15 de novembro de 1889 que lhe tocavam:

A historia me fará justiça, eis a minha fé consoladora. Attribuiram-me phrases que não proferi, actos que não pratiquei. Aceitei os acontecimentos sereno e resignado. Uma cousa unica me incommodou deveras: o aparato da força desenrolada em torno ao paço da cidade; soldados a pé e a cavallo, guardando todas as portas, apontando para mim e para a minha familia armas ameaçadoras, como se fossemos réos e capazes de nos evadir. Pois não bastava para segurança d'elles a minha palavra?... Havia um official de cavallaria que da praça observava todos os meus movimentos, acompanhando-me como uma sombra se eu passava de uma sala para outra. Senti impetos de sahir á rua para lhe dizer: - O senhor não me conhece, certamente. Não sou homem que fuja ou me occulte. Excusa de molestar-se por minha causa. Fique tranquillo que me encontrará sempre no lugar que me compete.⁸⁸

Após estes desabafos expostos na conversa, não tão longamente antes abordado nos escritos de Afonso Celso, ele declara: “Nunca Sua Magestade se nos revelara com tão levantada magestade, nunca o Imperador fôra mais Imperador!”⁸⁹. Aqui, Pedro II novamente

⁸⁶ *Ibidem*, p. 56-57.

⁸⁷ *Ibidem*, p. 57-58.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 58-59.

⁸⁹ *Ibidem*, p. 59.

se mostra resignado com os acontecimentos que o levaram a ser deposto, criticando somente a violência com a qual os militares trataram a família real. Nem mesmo se mostra favorável a uma campanha restauradora de seu governo ou de seus descendentes - algo que, como veremos no próximo item deste capítulo, o próprio Afonso Celso “desobedeceu”.

Seguindo no mesmo encontro, o próximo tópico foi a figura de Benjamin Constant⁹⁰, falecido alguns meses antes. Mesmo com as divergências políticas, Pedro II era elogioso à carreira construída por Constant durante o Império, afirmando o respeito que todos tinham por ele.

Outro interlocutor, não nomeado, disse que denominavam o general Deodoro da Fonseca como “George Washington sul-americano”. A partir disso, Afonso Celso protestou, alegando que na América do Sul, somente Pedro II se compararia ao citado founding father dos Estados Unidos da América: “Pois a história collocará as duas figuras no mesmo pedestal, reconhecendo maiores virtudes talvez na brasileira, para orgulho nosso.”⁹¹. Pedro II recusava tal elogio, pois, segundo ele “Washington é uma das mais completas e elevadas creaturas vindas ao mundo”⁹². Mas Celso insistiu na comparação, colocando ainda Pedro II mais alto que Washington:

- A Washington, Senhor, faltou a apothéose do infortunio. Sempre um feliz. Os seus predicados jámais foram submettidos á contra-prova dos revezes pessoases. Viveu á luz de benigna sorte. Nunca perdeu filhos queridos. Educados por mãe extremosissima, mulher superior que o viu ascender á chefatura da sua nação e morreu em avançada idade, elle extinguiu-se nos braços de dedicada esposa e esta lhe sobreviveu.

Extraordinarios, na verdade, os seus serviços, porém mais extraordinario ainda o reconhecimento para com elle dos seus concidadãos. Rico, adorado dos contemporaneos, Washington não tragou o fêl das ingratidões e das injustiças. Não se viu expellido do sólo natal pela soldadesca, como um bandido, após cincoenta annos de honesto governo. Não presenciou, sobretudo, o esphacelamento de sua obra. Fechou os olhos n’uma patria prospera e digna...

O Imperador, ouvia pensativo, abanando de leve a cabeça.

No fim, murmurou apenas com melancolia:

- Na verdade, eu não conheci minha mãe... tinha menos de um anno quando ella expirou!⁹³

⁹⁰ Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1837-1891) foi professor, educador, positivista, engenheiro, matemático, ministro de Estado, militar e reconhecido como Fundador da República brasileira. Disponível em: <https://museucasabenjaminconstant.museus.gov.br/benjamin-constant/>. Acesso: 31 jan.2022.

⁹¹ *Op. cit.*, p. 61.

⁹² *Ibidem*, p. 61.

⁹³ *Ibidem*, p. 62.

Toda a narrativa apresentada em *O Imperador no Exílio* contribuiu para uma humanização de Pedro II, principalmente após a sua deposição. Ainda que antes fosse republicano e sempre tivesse advogado pela causa no Parlamento, Afonso Celso se transformou em um defensor ferrenho da monarquia e, principalmente, do último monarca do Brasil. Ao despedir-se, além dos votos de boa viagem, pediu: “Não deixe de me escrever. Mande-me, si puder, as novidades litterarias que aparecerem por lá.”⁹⁴. Assim, finaliza a narrativa de suas memórias com um balanço sobre essa relação desenvolvida no exílio:

Trouxe d’esta longa entrevista, na qual Sua Magestade se mostrou sob novos luminosos aspectos, suaves e indeleveis impressões.
Amargurava-as, porém, doloroso presentimento: - de que nunca mais me seria dado a vêr sobre este planeta aquella incomparavel creatura, - grande e bella entre as maiores e mais belas da humanidade.

Outubro, 1891.

1.3. A propaganda anti-republicana e sua nostalgia imperial

Durante o auto-exílio, a produção intelectual de Afonso Celso aparentemente passou por um hiato, uma vez que sua próxima obra publicada só ocorreu após seu retorno ao Brasil. Posto isso, embora não seja suficiente para classificar este período como uma lacuna - uma vez que Celso mantinha comunicação com diferentes contatos, produzindo um relevante volume de cartas -, a tarefa de identificar suas impressões sobre os acontecimentos recentes no Brasil a partir de seus escritos se torna mais difícil.

De volta ao país natal, Afonso Celso se juntou ao coro de decepcionados com a república "que não era" em uma forte militância anti-republicana e pró-monarquista. Essa confissão pública na crença de oposição à República apareceu de forma mais ostensiva em seu livro *Guerrilhas* (1895). Os artigos de sua autoria publicados no *Commercio de São Paulo*, transformados em capítulos neste livro, se direcionaram para assuntos como: D. Pedro II e a monarquia, a proclamação da República, os governos militares, o governo de Prudente de Moraes, economia e opiniões pessoais de Afonso Celso sobre política, personalidades, religião e literatura.

Segundo Amanda Muzzi Gomes,

⁹⁴ *Ibidem*, p. 63.

durante o segundo semestre de 1895, Afonso Celso e Eduardo Prado publicaram no jornal *Commercio de S. Paulo*, de propriedade de César Ribeiro, vários artigos de cunho doutrinário conclamando a aglutinação não apenas dos monarquistas, mas dos descontentes em geral, inclusive os adesistas desiludidos. Da parte do governo não houve iniciativa para o controle dessa arregimentação e tampouco o estabelecimento de algum tipo de censura às publicações.⁹⁵

O referido jornal, de propriedade de Cezar Ribeiro, esteve em atividade de janeiro de 1893 até dezembro de 1909⁹⁶ e tinha como subtítulo “folha imparcial”; uma tarefa difícil, levando em consideração o contexto de lutas políticas em torno do golpe militar que deu origem à República e a presença de intelectuais nos dois campos opostos. Em outras palavras,

A diversidade dos pontos de vista devido à velocidade crescente das transformações que tornavam a história do presente um campo de batalhas, as incertezas quanto à capacidade do escritor em manter a imparcialidade, e os leitores ou público como tribunal decisivo. Seja no presente ou na posteridade, o leitor é peça central no juízo das diferentes versões da história que agora parecem ser inevitáveis.⁹⁷

Tais contribuições ocorreram na seção Opiniões, que contava com a participação de Afonso Celso a partir de 1895 e de outros nomes com posicionamentos políticos divergentes dele. Na edição de 25 de novembro de 1894, é possível encontrar o seguinte trecho anunciando a nova seção:

Para tornar a nossa folha uma tribuna franca de onde se podem sustentar todas as opiniões e exprimir todos os pensamentos, com grande vantagem para o público, tivemos a idéa de pedir a alguns dos homens salientes da política e da litteratura a sua colaboração sob forma de um artigo semanal. Folgamos em declarar que fomos bem succedidos, e que a nossa idéa teve o mais lisonjeiro acolhimento por parte daquelles aos quaes nos dirigimos até aqui. Vamos, pois, inaugurar, sob o título genérico de Opiniões, uma nova phase do jornalismo paulista que, esperamos, será lida com o máximo interesse.⁹⁸

⁹⁵ GOMES, Amanda Muzzi. Monarquistas restauradores e jacobinos: ativismo político. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro) [online]. 2008, v. 21, n. 42, pp. 284-302. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21862008000200009>. p. 286

⁹⁶ Segundo o Repositório da UNESP, o jornal esteve em atividade até 1907, porém, na Hemeroteca da Biblioteca Nacional estão digitalizadas as edições até 31 de dezembro de 1909. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=227900&pasta=ano%20189&pesq=&pagfis=2066>; <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/1417>.

⁹⁷ ARAUJO, Valdei Lopes de. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. *Varia Historia*. v. 31 n. 56 Belo Horizonte May/Aug. 2015. p. 372.

⁹⁸ COMMERCIO DE S. PAULO. São Paulo: Cezar Ribeiro, 1894, n. 514, p. 1.

Na sequência, são citados como colaboradores Serzedello Corrêa, Alcindo Guanabara, Herculano de Freitas e Afonso Celso Jr. Os três primeiros tiveram cargos políticos e administrativos durante a República, um forte indício que provavelmente não se opunham ao regime. Em contrapartida, Afonso Celso Jr., um opositor da República que passara a se declarar entusiasta da monarquia. Assim, o próprio jornal deixava transparecer sua concepção da suposta imparcialidade: a mera inclusão de intelectuais com opiniões distintas em um espaço de livre escrita. Entretanto, se, em uma análise superficial, a intenção nos parece ingênua, deve se levar em consideração que "ao defenderem suas posições políticas, muitas vezes de modo pragmático e contraditório, esses homens de letras revelavam também suas concepções de vida intelectual, de autoria e da relação com o tipo de Estado em construção"⁹⁹. Ou seja, a presença de tais autores nesse periódico deve ser analisada a partir do conteúdo da escrita e também das formas de sociabilidade envolvidas, afinal:

[...] ao lado da luta partidária havia também o debate sobre o papel da imprensa na vida política. De modo geral, a historiografia tem valorizado a luta dos grupos partidários ou facções deixando de lado o conteúdo daquilo que estava em debate. Não quero dizer com isso que devemos fazer uma leitura ingênua e não-mediada desse conteúdo, mas entendê-lo criticamente, recuperando suas condições de possibilidade discursiva e extra-discursiva.¹⁰⁰

Voltando ao livro *Guerrilhas*, os artigos que o compõem não estão devidamente datados, portanto, não é possível rastrear o modo como foram organizados, se de forma cronológica ou a partir de alguma outra categorização. De todo modo, o autor expõe sua intenção com a publicação do livro em sua introdução:

De artigos avulsos, publicados no *Commercio de S. Paulo*, compõe-se o presente opúsculo. [...] Traçados por adversário declarado da ordem de coisas instituída pela sedição militar de 15 de novembro de 1889, são como pequenas e indisciplinadas escaramuças que intentam picar os flancos do inimigo, cõscias de lhe não poderem causar dano apreciável. Quadra-lhes, por isso, o nome de *Guerrilhas*.¹⁰¹

Parte da defesa do passado imperial consistia nas críticas ferrenhas ao regime republicano, que é declaradamente o intento do livro. Contudo, por se opôr ao golpe perpetrado pelos militares e, conseqüentemente, ao governo de Deodoro da Fonseca, Afonso Celso, em exílio até 1891, pouco viveu no país neste período. Portanto, suas críticas à

⁹⁹ ARAUJO, 2015, p. 385.

¹⁰⁰ *Ibidem*, p. 386.

¹⁰¹ CELSO, Afonso. **Guerrilhas**. Rio de Janeiro: Typographia Moraes, 1895. p. 7-8.

República, além da forma como se deu a proclamação, se dirigiam principalmente ao marechal Floriano Peixoto e as tiranias praticadas por ele. Vários dos artigos que publicou no *Commercio de S. Paulo* cobram do marechal o reconhecimento e mínimas reparações sobre os assassinatos decorrentes dos conflitos instaurados em seu governo. Além disso, por serem datados de 1895, os artigos não só criticavam a posição de Floriano Peixoto, como cobravam do presidente civil em exercício, Prudente de Moraes, ações que consertassem as catástrofes da “sanha florianista”.

Para reforçar seus argumentos contra a República, apresentou dados sobre a Economia do país, denominando a situação de “a bancarrota” e “o abismo financeiro”. Sem a pretensão de analisar tais dados aqui, apenas destaco a falta de referências diretas ou indiretas da origem desses números. Adiante, Afonso Celso escreveu uma previsão em que a situação financeira do país só pioraria, num esforço de projeção das possíveis futuras dívidas: juros de empréstimos, indenizações a bancos e empresas, repasse de impostos para os estados de São Paulo e Minas Gerais, e uma de outra natureza: “A dívida, que chamaremos sagrada, da compensação a que hão jus as viúvas e filhos dos que foram trucidados, sem fôrma nem figura de processo, por ordem do governo ou seus representantes, em Pernambuco, Santa Catharina e Paraná.”¹⁰²

Além desse breve balanço sobre as finanças, arriscou ainda alguns palpites sobre saídas para as dívidas. Se colocando contra a criação de novos impostos, e com a falta de outros recursos, afirmou que a única saída possível era economizar, listando ainda algumas formas de fazê-lo. A análise do autor sumariamente descrita acima é bastante simplista, uma vez que, em suas posições sobre as Finanças do país, não utilizou como justificativa teorias econômicas. A despeito disso, é importante ressaltar que, ainda que tenha atuado como professor universitário na cátedra de Economia Política na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais¹⁰³, a sua formação era em Direito e seu exercício se concentrava nas funções de poeta e historiador. Assim, parece justo inferir que o autor destas análises, ainda que não fosse um especialista, possivelmente tinha (ou deveria ter) um entendimento acima da média acerca dos assuntos financeiros.

Acerca das opiniões pessoais de Afonso Celso, desde o início é explicitado seu intento de realizar uma crítica ao regime republicano e como essa variação em seu posicionamento

¹⁰² *Ibidem*, p. 105.

¹⁰³ Foi diretor da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais e defendeu a reforma universitária que propunha a fusão desta com a Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro – ambas criadas em 1891 –, instituída em Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro (1920) e depois em Faculdade Nacional de Direito (1937).

político se deu a partir dos eventos de 15 de novembro de 1889, mas são nos últimos capítulos que o autor aborda direta e explicitamente essa questão. O mote “republicano no Império, monarquista na República” é recorrentemente usado por contemporâneos de Celso, e ele assim se declarou abertamente:

Fui republicano durante a monarchia e comecei a ser monarchista ao inaugurar-se a Republica. Succedeu a outros o inverso. Quando esses entraram a adherir, eu desadheri. Data de 19 de novembro de 1889 a declaração que fiz, nas folhas do Rio, de opposição radical ao novo regimen. Passou despercebida, no meio das geraes aclamações, em razão da insignificancia do signatario. Mas desvaneço-me de que foi o primeiro protesto contra a sedição militar victoriosa. Desde então, mantive-me fiel a essa attitude, que cada vez mais se me afigura patriótica e hombridosa.¹⁰⁴

Essa “oposição radical ao novo regime” e a declaração de sua virada de posicionamento demonstram a desilusão de Afonso Celso com o regime imposto, nada similar ao que havia idealizado. A sua experiência com o período imperial retorna como expectativa.

No horizonte, há dois caminhos: a tragédia da República e a esperança de uma restauração monárquica. Aqui, Koselleck nos auxilia a entender a mobilização que experiência e expectativa possibilitam:

Experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político.¹⁰⁵

Desse modo, as expectativas de Afonso Celso (a queda da República e a volta da monarquia) se tornaram sua principal motivação. Aproveitou sua atuação em vários espaços para fazer propaganda da causa imperial, se aliando a organizações com ideias em comum¹⁰⁶.

Porém, esse futuro almejado baseado no passado nunca veio, mesmo conservando-se monarquista até o fim de seus dias, pois

Passado e futuro jamais chegam a coincidir, assim como uma expectativa jamais pode ser deduzida totalmente da experiência. Uma experiência, uma vez feita, está completa na medida em que suas causas são passadas, ao

¹⁰⁴ CELSO, *op. cit.*, p.287-288.

¹⁰⁵ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. p. 308.

¹⁰⁶ Um exemplo de filiação é a Ação Imperial Patrianovista Brasileira. Idealizada por Arlindo Veiga dos Santos, teve como objetivo instaurar uma nova monarquia no Brasil. Os componentes ideológicos desse grupo eram definidos basicamente por três características: eram monarquistas, católicos e conservadores. Cf. MALATIAN, Teresa Maria. **Os cruzados do Império**. São Paulo: Contexto, 1990.

passo que a experiência futura, antecipada como expectativa, se decompõe em uma infinidade de momentos temporais.¹⁰⁷

A militância pela restauração e a construção de certa forma heroica do Imperador foi feita por homens de letras, como Afonso Celso, mas foi continuada ainda pelo resto do século XX. Segundo Ricardo Salles:

A nostalgia do Império teve nome e endereço, foi obra de historiadores, políticos, intelectuais que, até pelo menos 1930, utilizaram uma certa valorização nostálgica do Império como uma espécie de reserva moral que, direta ou indiretamente, acabava por reforçar a ordem republicana excludente. A produção dessa nostalgia foi além dos primeiros tempos da República. Ela se estendeu pelo menos até a década de 1920 e ainda repercutia fortemente nos anos de 1950. Ainda em 1990, a nostalgia, também requentada e trabalhada por questões políticas da ordem do dia, estava presente.¹⁰⁸

Essa nostalgia retornou a partir dos anos 1990, através do plebiscito de 21 de abril de 1993 que definiria, com a redemocratização do país, qual seria a forma e o sistema de governo do Brasil. Ainda que a república presidencialista tenha sido escolhida pela maioria, o fato de inserir o regime monárquico como opção depois de 100 anos de sua derrubada e ter sido o voto de uma parcela da sociedade brasileira foi surpreendente. Por isso,

Interessa-nos a razão pela qual “... a imagem de nosso país que vive como projeção e aspiração na consciência coletiva dos brasileiros não pôde, até hoje, desligar-se muito do Brasil imperial...”. Em grande parte é o próprio alcance limitado do que poderíamos chamar a obra republicana o grande responsável pela sobrevivência do espectro monárquico entre nós. Com efeito, a República, pelo menos até 1930, mostrou-se incapaz de elevar o país a patamares de progresso material, social e político que ela mesma havia acenado como seus compromissos.¹⁰⁹

Envolvido por essa nostalgia, em *Guerrilhas*, o primeiro ponto trazido por Afonso Celso é a transladação dos despojos mortais do Imperador Pedro II e da Imperatriz Teresa Cristina de volta ao Brasil, no artigo intitulado *Reivindicação necessária*. Apelando para o sentimento do leitor, Celso conta sobre conversas que tivera com Pedro II no exílio e como era grande a vontade do Imperador ser enterrado em solo brasileiro. Como forma de esconder suas intenções, afirmou “não vai neste appello o menor intuito ou manejo político”¹¹⁰, mas,

¹⁰⁷ KOSELLECK, *op. cit.* p. 310.

¹⁰⁸ SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial: Escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado**. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Ponteio, 2013. p. 12.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 23.

¹¹⁰ CELSO, *op. cit.*, p. 18.

na sequência, passa a utilizar desse apelo sentimental à figura do ex-governante em vários artigos presentes nesse livro e em outras publicações, como no supracitado *O Imperador no Exílio* (livro com algumas pretensões biográficas). Esse subterfúgio tão característico da escrita de Afonso Celso ganha profundidade ao se levar em consideração que:

[...] sob a chave de uma retórica da nacionalidade, as biografias dos brasileiros ilustres se fundavam na correlação entre as suas trajetórias singulares e o tempo histórico da nação, mediante o elogio das suas virtudes morais como modelo para o presente e a fixação da memória das suas ações exemplares para a posteridade.¹¹¹

Assim, apresentar de forma biográfica a figura ilustre de Pedro II no exílio tinha importantes implicações políticas, principalmente as relacionadas às vivências do Segundo Reinado e à desastrosa experiência contemporânea da República recente sob uma ditadura militar. Ainda segundo Oliveira: “[...] muitos letrados brasileiros oitocentistas não dispensaram a prática concomitante da biografia e da escrita histórica, tendo por horizonte a tessitura dos elos possíveis entre o presente, o passado e o futuro.”¹¹² Afonso Celso, aproveitando-se de tais implicações, utilizou desse artifício biográfico para comover seus leitores a partir de suas percepções das temporalidades implicitamente envolvidas.

Em sua descrição sobre o convívio com o imperador deposto no exílio, apresentou de início um homem conformado, que finalmente poderia desfrutar de uma vida mais calma e com vasto tempo para dedicar-se às artes e às letras. Com o passar da narrativa, o pesar do antigo monarca e de sua família (a imperatriz Teresa Cristina, sua filha Isabel e seu genro, o Conde D’Eu) com os eventos originados pelo 15 de novembro vão tomando conta da obra. Celso chegou mesmo a relatar o momento em que soube e fora informar o banimento da família imperial do Brasil.

Nos últimos artigos de *Guerrilhas*, auge de sua militância, propôs a organização dos monarquistas em torno de um partido e afirmou que achava não somente possível, mas infalível a restauração, apresentando as seguintes razões:

- 1º. A maioria dos brasileiros tornar-se-á, se já não se tornou, monarchista.[...]
- 2º. Todos os paizes monarchicos que se convertem em republica volvem, após um período mais ou menos longo, á monarchia. [...]
- 3º. O Brazil já ensaiou o systema republicano, nas mais propicias condições, e viu-se obrigado a repudial-o. [...]

¹¹¹ OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 280.

¹¹² *Ibidem*, p. 285.

4º. A forma republicana, se aturar, produzirá inevitavelmente a bancarrota, o desaparecimento da unidade nacional e a constante violação da soberania territorial pelas potencias mais fortes.¹¹³

A primeira afirmação é apresentada com base na opinião de outros homens de letras em jornais do período. Mesmo sendo confirmada, representava mais uma vontade, um desejo, do que uma realidade, que “a maioria” estivesse nesse processo.

No artigo anterior, intitulado *Depois de 15 de novembro*, em que fala sobre as razões de sua virada de posicionamento, Afonso Celso já criticava a República enquanto forma de governo, ou seja, como ideia antes mesmo de realizada. No segundo motivo listado acima, usou da experiência de países como Inglaterra, França e Espanha para aprofundar sua negação sobre o republicanismo. Para trazer a discussão para a história do Brasil, lembrou o que foi o período regencial (1831-1840) para alegar um fracasso de uma “experiência republicana”. Já a última razão, os perigos que o novo regime traria para o país, são os mesmos que futuramente apareceriam em *Porque me ufano de meu país*.

Boa parte de sua produção historiográfica foi voltada à memória do Imperador Pedro II. Porém, com sua morte em 1891, seria impossível que a restauração monárquica no Brasil fosse feita com ele de volta ao trono. Sobre isso, apontou: “Mas restaurar a quem?! - inquirir-se-á. Restaurar a monarquia; a questão de pessoa figura depois.”¹¹⁴. É absurda a ideia de querer instaurar um regime sem antes haver um projeto, ainda mais sem alguém que o represente - vide a desastrosa experiência da “república que não foi”¹¹⁵. Chegou a cogitar que a restauração fosse feita em prol de Isabel, mas relembra também sua impopularidade por ter assinado a Lei Áurea, que segundo ele é “obra suficiente para preencher uma missão e immortalizar um reinado”¹¹⁶. Sem respostas concretas, deixou a questão em aberto.

Por ter sido um republicano conservador durante o Império, fica evidente que o modo como a República foi instaurada e como se desenvolveu nos primeiros governos não era de acordo com as idealizações que o jovem Afonso Celso havia feito. A República era o seu horizonte de expectativas, sua formação em Direito e sua atuação no Senado sendo tão jovem, incutiram nele a vontade de ver transformações, ainda que lentas e constitucionalmente construídas. Com a brusca ruptura do golpe militar em 1889, seu horizonte foi fechado, e suas esperanças residiam somente no conforto do passado imperial. Sem um projeto devidamente construído de restauração do regime monárquico, restou exaltar aquilo que, segundo sua

¹¹³ CELSO, 1895, p. 331-343.

¹¹⁴ *Ibidem*, p. 340.

¹¹⁵ CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

¹¹⁶ CELSO, 1895, p. 341.

percepção, foi construído pelo Império: o Brasil. Buscou nas belezas naturais, na abundância, na composição do povo e no passado glorioso sua esperança de ver o país um dia como uma grande potência, ainda que os governos lhe desagradassem. Para ele, “desanimar no Brazil equivale a uma injustiça, a uma ingratidão; é um crime. Cumpre que a esperança se torne entre nós, não uma virtude, mas estricta obrigação civica.”¹¹⁷.

O horizonte de expectativas de Afonso Celso se encontra mais numa restauração do passado, ou seja, de seu espaço de experiência, do que de um futuro em progresso. Desse modo, parece mais correto dizer de seu “horizonte de esperanças”, já que muitas de suas ideias de futuro não tinham bases sólidas no contexto em que estavam sendo por ele difundidas, podem ser caracterizadas mais como desejos do que expectativas de fato.

¹¹⁷ CELSO, 1900, p. 198.

Capítulo 2: De Sócio Efetivo a Orador do IHGB: as transições intelectuais e o ufanismo de Afonso Celso

Antes de suas *Guerrilhas* contra a República nos jornais, Afonso Celso foi admitido como sócio efetivo no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1892, com a prova literária *Vultos e Fatos*. A agremiação, àquela data, era presidida por Olegário Herculano de Aquino e Castro (1828-1906)¹¹⁸, atuante na defesa pela permanência das atividades do local, em meio às incertezas causadas pela ditadura florianista no início do período republicano.

Naquele momento, o IHGB se encontrava em uma posição difícil em relação à nova forma de governo, pois desde sua fundação o Instituto esteve “debaixo da imediata proteção de Sua Magestade Imperial”¹¹⁹, o que contrariava a expectativa da criação de uma história republicana. Assim, o Instituto sofreu com o corte de subsídios públicos, o que impactou diretamente em sua produção acadêmica até o ponto de ser quase fechado oficialmente¹²⁰, logo após a Proclamação da República. Em 1892, segundo as atas, a situação havia se tornado mais confortável, pois o risco de cerrar as portas e as atividades não foi citado, mas percebe-se uma constante preocupação com o seguimento da produção histórica e geográfica (no que tange à aquisição de novos objetos e até mesmo para a impressão da Revista Trimensal)¹²¹.

Passado o baque do IHGB (em risco de fechar as portas) e o de Afonso Celso (com o

¹¹⁸ Olegário Herculano de Aquino e Castro nasceu no dia 30 de março de 1828 na capital da Província de São Paulo. Tornou-se acadêmico da Faculdade de Direito da mesma cidade e graduou-se em 23 de outubro de 1848. Um ano depois recebeu o título de doutor. Exerceu a magistratura em São Paulo, Goiás e Minas Gerais. Desde 1854, era juiz de Direito. Após esse primeiro momento da sua carreira foi nomeado Desembargador da Relação da Corte, em 1873; presidente da Relação de São Paulo, em 1875; e procurador da Coroa, Soberania e Fazenda Nacional da Corte, em 1883. Após três anos a carreira de Olegário Herculano deu um verdadeiro salto: foi nomeado ministro do STF. Em 1889, recebeu o título de conselheiro de Estado extraordinário. Por fim, foi eleito presidente do STF, cargo que ocupou entre 1894 e 1906, ano do seu falecimento na cidade do Rio de Janeiro. Cf. DETONI, Piero. A História ilustrada e diligente de Olegário Herculano de Aquino e Castro (1892-1906). **Oficina do historiador**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 1-14, jan.-dez. 2021. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/39444/26706>, p. 2.

¹¹⁹ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Debaixo da imediata proteção de Sua Magestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1997.

¹²⁰ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007. p. 24.

¹²¹ Analisando as atas do referido ano (1892), é possível identificar as dificuldades para o andamento das atividades no Instituto, principalmente nas sessões em que o orçamento é discutido. A partir da criação da categoria de sócio benemérito e o pagamento certo dos 9.000\$000 como subsídio do governo, o IHGB não discute mais os riscos de encerrar as atividades, mas sim de adiar ou não realizar alguns projetos por não contar com os mesmos recursos do período imperial. Um exemplo disso, são as comemorações do 40º aniversário do descobrimento, realizadas em 12 de outubro de 1892. Cf. REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, tomo LXXV, parte II, 1892, 610p.

exílio após o fatídico 15 de novembro de 1889), inicia-se o cruzamento entre este lugar e este autor. Na 15ª sessão ordinária em 23 de setembro de 1892, Afonso Celso é proposto como sócio para o IHGB:

Propomos para socio effectivo do Instituto Historico e Geographico Brasileiro o Dr. Affonso Celso de Assis Figueiredo, com 32 annos de idade, advogado e lente da Faculdade Livre do Rio de Janeiro, official da Legião de Honra, ex-deputado geral por Minas Geraes, servindo de titulo para a sua admissão no nosso gremio os diversos trabalhos que tem publicado, entre os quaes *Uma viagem ao Jequitinhonha* e principalmente a obra intitulada *Vultos e Factos*, em que o autor reproduz conversações tidas em Pariz com S. M. o Imperador D. Pedro II, onde são encontrados importantes dados para a historia patria.

Rio de Janeiro, 23 de Setembro de 1892. - Henri Raffard.- Augusto Victorino A. Sacramento Blake. - Dr. Cezar Augusto Marques. - Manoel Francisco Correia. - José Luiz Alves.¹²²

2.1. “Vultos e Fatos” e a entrada no IHGB (1892)

Como anteriormente citado, a prova literária que garantiu o ingresso de Afonso Celso no IHGB foi *Vultos e Fatos*, publicada em 1892. No prefácio da primeira edição, o autor introduz seu livro da seguinte maneira:

Quando estudante (e, infelizmente, como já vai longe essa quadra!) alimentou o autor do presente livro velleidades literarias, a par de muitas outras illusões.

Deu a lume então alguns trabalhos, a que a critica da epocha dispensou animadora benevolencia.

Depois de formado, absorveram-n’o preoccupações de ordem diversa, e, durante longos annos, raros excerptos publicou.

Não se havia curado, entretanto, da mania de escrever. Avultaram em sua gaveta folhas e folhas de papel, rabiscadas a esmo, nos lazeres da politica, da advocacia e de constantes viagens.

Vallerá a pena systematizal-as, passal-as a limpo e transmittil-as á imprensa, - ou mais avisado será rasgal-as, - uma vez que preencherem plenamente o seu fim; - distrahir o espirito de quem as garatujar, alliviar-lhe não raro o transbordante coração?

Decidil-o-ha o publico.

Vai este opusculo á guisa de ensaio, despretençioso e timido.

Se merecer indulgente acolhida, talvez a mais se abalance o seu signatario.

No caso opposto, volverá, resignado e tranquillo ao amado silencio.

Lucrarão os leitores com isso; mas ha quem affirme que o lucro delle será superior.¹²³

¹²² GUIMARÃES, *op. cit.*, p. 363. (grifo meu)

¹²³ CELSO, Afonso. Prefácio à primeira edição. In: **Vultos e Factos**. Rio de Janeiro: Editor Domingos de Magalhães. 4ª ed. 1896. pp. 13-14.

Essa introdução nos apresenta um retorno de Afonso Celso à escrita, mas uma escrita diferente da que produziu durante seus anos como estudante de Direito. O autor já era reconhecido desde os 16 anos, após a publicação de seu primeiro livro, intitulado *Preludios*¹²⁴, como um talento na escrita de poesias. Talvez seja essa a “veleidade literária” citada acima, já que ao ingressar na política como deputado, suas preocupações mudaram de foco, e se tornaram anotações que deram origem a este livro.

O livro é dividido em duas partes. A primeira parte, intitulada *Vultos*, trata de chefes de Estado que Afonso Celso pôde conhecer de perto: Maximo Santos (presidente do Uruguai entre 1882 e 1886), Lorenzo Latorre (presidente do Uruguai entre 1876 e 1880), Bartolomé Mitre (presidente da Argentina entre 1862 e 1868), Domingos Sarmiento (presidente da Argentina entre 1868 e 1874), Nicolás Avellaneda (presidente da Argentina entre 1874 e 1880), Julio Roca (presidente da Argentina entre 1880 e 1886), Chester Arthur (presidente dos EUA entre 1881 e 1885), Nicolás Piérola (presidente do Peru em duas ocasiões: de 1879 a 1881 e 1895 a 1899), Juarez Celman (presidente da Argentina entre 1886 e 1890), D. Carlos I (rei de Portugal e Algarves de 1889 a 1908), Sadi-Carnot (presidente da França de 1887 a 1894), Guilherme II (Imperador da Alemanha e Rei da Prússia de 1888 a 1918) e D. Pedro II (imperador do Brasil de 1840 a 1889). Sobre estes personagens históricos afirmou: “interessam vivamente sempre as particularidades ácerca dos *pastores de homens*, - individualidades que occuparam ou ainda occupam o posto supremo no governo das respectivas patrias.”¹²⁵. A ordem em que os nomes citaram acima segue a ordem na qual os chefes de Estado são apresentados no livro, cada um compondo um capítulo.

O primeiro, Maximo Santos, conheceu em 1886, em Montevideu, em um salão do Palácio do Governo. Descreve ter sido muito bem recebido e ter simpatizado com o presidente uruguaio, a ponto de terminar a descrição do encontro fazendo uma defesa:

Accusam-n’o de mil barbaridades, fazem-n’o herói de historias extraordinarias para explicar a sua rapida e imprevista ascenção. Mas, quem quer que converse com elle durante cinco minutos; que experimente o effuvio dominador que exhala todo o seu ser; que observe imparcialmente as phases culminantes de sua vida; que ouça desprevenido as disparatadas versões que correm sobre a sua pessoa; que verifique a influencia irresistivel, a acção magnetica que elle exerce sobre não pequena porção de seus compatriotas, ha de confessar em consciencia: - sim, elle póde ser tudo quanto queiram, porém, com certeza, não é uma vulgaridade!¹²⁶

¹²⁴ CELSO, Afonso. **Prelúdios**: poesias. Rio de Janeiro: Typographia da Reforma, 1876.

¹²⁵ CELSO, 1892, p. 17.

¹²⁶ *Ibidem*, p. 24.

O próximo de sua lista, Lorenzo Latorre, conheceu em Buenos Aires, quando este estava exilado. Celso não datou quando ocorreu esse encontro, além de narrá-lo brevemente e assim caracterizar o ex-ditador uruguaio:

Sujeito alto e ossudo, meio desengonçado, trefego, irrequieto, com signaes de escrophulas no pescoço.
Falla gritando, entrecortadas as phrases de grandes risadas.
Referindo-se à sua patria, repetio-me o que affirmara no manifesto famoso com que renunciara o poder: - é um paiz ingovernavel, senhor, ingovernavel!¹²⁷

Descreveu ainda Lorenzo Latorre como alguém que se dizia perseguido por opositores dentro de Buenos Aires que planejam matá-lo, além de caracterizar o seu governo como “a da generalidade de seus antecessores, n’estas palavras: depôz e foi deposto”¹²⁸ e traçou um histórico da sucessão dos presidentes uruguaiois de 1830 até o governo de Latorre.

De postura completamente oposta à do ditador uruguaio, a descrição de Bartolomé Mitre é a de um intelectual: “Politico, jornalista, historiador, orador, poeta, litterato, militar, pasmou-me o general com sua erudição e com a amenidade do seu tracto. Conversa em diapasão oratorio, accentuando as palavras num ritmo lento, a voz velada a espaços, de tons soturnos”¹²⁹. A apresentação entre Afonso Celso e Bartolomé Mitre foi promovida pelo filho do presidente, Adolfo Mitre, descrito como “meo distincto e infeliz amigo, tão de subito e precocemente colhido pela morte”¹³⁰. O texto é datado de 1886, mas Adolfo Mitre faleceu em 1884, portanto, a memória sobre o encontro foi produzida posteriormente, sem a data exata do ocorrido. De volta ao presidente argentino, Afonso Celso o descreveu com muita admiração, destacando suas grandes virtudes como escritor e estadista, a partir de suas conexões com outros grandes homens do período, principalmente da Europa. Além disso, viu em Mitre um grande conselheiro e modelo para os mais jovens: “recebe seus numerosos partidarios, pertencentes em geral á moderna geração argentina, que a sua inspiração, eternamente moça, a despeito dos annos e dos revezes, illumina, aconselha e guia.” E conclui sua descrição destacando a sensação deixada por este grande conselheiro após o encontro:

Ha quem nóte na inalteravel circumspecção da sua compostura, na gravidade dos seus modos majestosos, na sua linguagem naturalmente pomposa, algo de estudado e theatral.

¹²⁷ *Ibidem*, p. 25.

¹²⁸ *Ibidem*, p. 27.

¹²⁹ *Ibidem*, p. 32.

¹³⁰ *Ibidem*.

A verdade é que a gente, ao deixal-o, leva dentro de si rutilos reflexos, experimentando a dilatação de sentimentos e ideias, a impulsão para cima, oriundas do atrito com um espirito superior.¹³¹

A descrição do encontro com Domingos Sarmiento parece algo caricato, pois estando ele já em avançada idade, confundiu Afonso Celso com o Conde de S. Salvador de Matosinhos, e se referiu a ele a todo instante como “sr. Conde” (título que Afonso Celso receberia somente na próxima década). Figura confusa por defeitos de audição, mas muito falante e expansivo. A narrativa se limitou ao encontro, não tendo tecido comentários sobre o governo de Sarmiento ou outras características marcantes.

Sobre Nicolás Avellaneda:

Estava de detestavel humor D. Nicolás Avellaneda no jantar em casa do Dr. Estanisláo Zeballos, em que o vi pela primeira vez.
A molestia, que tão prematuramente o arrebatou, já o minava n’essa epocha, tornando-o extremamente susceptivel e irritadiço.
Achavam-se presentes alguns ministros de Julio Roca, a cujos actos o ex-presidente não prestava inteira adhesão.¹³²

Apesar de iniciar assim, o que se segue são comentários sobre como o já àquela data ex-presidente entrou em debates ao longo do jantar sem se alterar. Durante esses debates, de repente, com tom irônico, teria se virado para Afonso Celso e indagado:

- Com que então o Sr. deputado brasileiro faz versos?!...
- Satyricos, ás vezes, - retorqui sorrindo.
Contrariou-o a minha resposta. Percebi-lhe o esforço para encontrar replica, polidamente esmagadora.¹³³

Mesmo após esse primeiro contato um tanto controverso, houve uma redenção:

Dissipou-se totalmente esta primeira impressão de D. Nicolás Avellaneda, quando, um anno mais tarde, passou elle alguns mezes no Rio de Janeiro. Não ha aqui quem o conhecesse e não se recorde com saudade d’aquelle cavalheiro fino e amavel, de maneiras tão attrahentes e tão fidalgas, que tão amigo nosso se mostrava proferindo a cada passo eloquentes phrases de lisongeira sorpresa acerca dos homens e das cousas do Brasil. Ficou celebre uma phrase d’elle proferida em brinde do sumptuoso banquete que lhe offerceram os seus admiradores: - O Brazil é o paiz da imprensa sem partidos e dos partidos sem imprensa.¹³⁴

¹³¹ *Ibidem*, p. 34.

¹³² *Ibidem*, p. 39.

¹³³ *Ibidem*, p. 41.

¹³⁴ *Ibidem*.

O último presidente argentino de sua lista, Julio Roca, ganhou também a admiração de Celso: “ha em sua pessoa alguma cousa de imponente e de persuasivo que o torna summamente interessante, captivando-lhes as vontades e as sympathias. Incontestavelmente um homem habil”¹³⁵. Contudo, essa personalidade forte é apresentada como um governo sangrento e extremamente centralizador. Contudo, Afonso Celso faz um balanço de seu governo:

Julio A. Roca deixou o poder, popular, bemquisto e respeitado, cabendo-lhe a gloria de passar a chefia da nação ao seu sucessor, - como elle proprio affirmou na mensagem de despedida, - maior, mais prospera, mais rica, em plena paz, recebendo annualmente cerca de 120.000 imigrantes espontaneos da Europa. Para comemorar a terminação do seu periodo presidencial, inaugurou de uma só vez, na capital, 40 escolas publicas, verdadeiros e magnificos palacios.¹³⁶

De volta à personalidade forte, há uma passagem do encontro na qual, como um hábito corriqueiro, Roca oferece charutos a Afonso Celso, que não era fumante, mas dada a insistência do anfitrião, o fez companhia. Disso, assim concluiu: “ao retirar-me, levava as mais gratas impressões de Julio Roca e da sua inexcedível obsequiosidade, ao lado de terríveis nauseas produzidas pelo seu charuto”¹³⁷.

O encontro com o 21º presidente dos EUA, Chester Arthur, foi descrito como breve, principalmente pela falta de fluência no idioma por parte do deputado brasileiro. Aqui, além da figura presidencial, estava presente o primeiro-ministro austro-hungaro, que não é nomeado tampouco caracterizado como um personagem importante. Contudo, há uma anotação interessante sobre a percepção do referido ministro ao presidente estadunidense:

Ao sahir, com mil precauções para não escorregar sobre a néve, que ainda mais branca tornava a casa presidencial e tapizava o solo de alvissima cobertura, avistei o eu collega, o apresentado austriaco, fallando com animação ao agente diplomatico do seu paiz. Não entendi o que dizia, mas os seus accionados e o seu ar exprimiam claramente: - com franqueza, eu esperava outra cousa!¹³⁸

Essa passagem causa a impressão de uma decepção por parte do ministro austro-hungaro. No início do texto, Afonso Celso também mostra uma certa decepção com a arquitetura da Casa Branca e uma impaciência com o clima. A partir do destaque da

¹³⁵ *Ibidem*, p. 44.

¹³⁶ *Ibidem*, p. 45.

¹³⁷ *Ibidem*, p. 46.

¹³⁸ *Ibidem*, p. 50.

interpretação da percepção do ministro europeu, Celso imprimiu também a sua, sendo essa apresentação a Chester Arthur um dos momentos de menor importância dentre os demais encontros com chefes de Estado.

Por outro lado, o capítulo sobre o ex-presidente peruano, Nicolás de Piérola, compõe uma quantidade de páginas muito maior que as anteriores. O encontro se deu em uma embarcação para o Peru, que passou antes pelo Panamá. Afonso Celso não explica de onde estava partindo, nem mesmo quais eram suas intenções de viagem ao Peru. De todo modo, antes de falar sobre o ditador peruano, descreveu como traumática a sua estadia no Panamá, tendo em vista os surtos epidêmicos de doenças tropicais naquele período. Há um único momento em que se orgulhou de sua estadia:

Obtive, com esforço, pessimo quarto no *Grand Hotel* e esse mesmo tive de partilhar-o com um engenheiro holandez por nome Pfeiffer, empregado nas obras do canal, moço aliás, de excellentes qualidades, de quem me despedi com saudade.

Graças a elle, pude visitar os trabalhos da empreza, então muito atrazada. Tomei a enxada de um trabalhador que lá encontramos e removi alguma terra do leito marcado para o futuro canal.

Assiste-me assim o direito de asseverar haver contribuido, no limite de minhas forças, para a realização pratica do grandioso projecto de Lesseps.¹³⁹

Essa referência à construção do Canal do Panamá, ainda naquela época um empreendimento francês que seria interrompido posteriormente justamente pelas doenças tropicais que assolavam os trabalhadores e que Afonso Celso havia externado profundo incômodo na passagem por aquele país nessas condições, demonstra um grande feito dentro das suas narrativas memorialísticas, um artifício retórico interessante para manter a atenção dos seus leitores dentro de um livro que trata primeiramente dos aspectos físicos e comportamentais de figuras políticas do período.

De volta ao ex-presidente peruano, o encontro foi marcado por uma necessidade dele, que se encontrava doente no navio. Celso possuía um título de doutor, e por isso foi chamado a atender as queixas de Piérola. Contudo, sendo seu título em Direito, não tinha credenciais para tal. Isso, porém, não impediu que fosse ajudar a situação, pois graças a um livro de medicina que figurava entre sua bagagem, sentiu-se confiante em ajudar: “não era a primeira vez que me tomavam por discípulo de Hipocrates, já por motivo do titulo, já por me serem familiares leituras medicas”¹⁴⁰. A suspeita de pessoas próximas de Piérola era a de um envenenamento por opositores políticos, mas com o livro de medicina em mãos, o doutor (em

¹³⁹ *Ibidem*, p. 52.

¹⁴⁰ *Ibidem*, p. 55.

Direito) deu um diagnóstico de saburra gástrica e lhe medicou, causando alívio ao doente. Disso, destacou: “Ficamos muito camaradas. Piérola appellidava-me - *meo caro medico*, convidou-me para jantar em sua companhia e consultava-me sobre os alimentos que convinha tomasse, seguindo á risca as minhas prescrições”¹⁴¹. A camaradagem, entretanto, era restrita a alguns assuntos: “Uma vez, disse-me gracejando: - está como dictador de um *ex-dictador*. - Mas, systematicamente, esquivava-se de falar em politica, mudando de assunto sempre que a conversação se encaminhava para negocios da guerra”¹⁴². A partir desse comentário, o autor salienta a ambiguidade das recepções a Piérola. Enquanto muitos peruanos fizeram uma verdadeira festa com a chegada do *protector da raça indigena*, muitos outros repudiavam o retorno dele ao país, motivo pelo qual os seus protetores temiam algum atentado à sua vida. Desse modo, Celso se posiciona justamente nessa ambiguidade: teve um bom contato com o ex-presidente, mas tratou de salientar todos os problemas envolvidos na atuação dele como um ditador para os peruanos.

Sobre Juarez Celman, a primeira coisa elencada no texto é a situação epidemiológica da *colera morbus* em Buenos Aires. O encontro é descrito como sua situação afável, o local como muito luxuoso, contrariando a situação fora da sede do governo argentino. A viagem foi feita em companhia do pai, o Visconde de Ouro Preto, na qual se discutiu justamente as condições sanitárias argentinas e as precauções a serem tomadas. A conversa se manteve tensa, dado o tópico. O trato afável pode ser interpretado como uma ação de aparências, pois: “O presidente e seus ministros nos acompanharam até á porta, muito cheios de mesuras e cumprimentos. O derradeiro shake-hands foi dos mais vigorosos e sacudidos; mas, minutos depois, de repente, no carro, não sei porque as minhas orelhas começaram a arder.”¹⁴³. Assim, é possível interpretar que o encontro diplomático causou desconfortos para ambos, mesmo adotando uma postura política.

O décimo capítulo é o primeiro a elencar um monarca. Afonso Celso esteve presente na coroação de Carlos I, rei de Portugal, em virtude do seu autoexílio após a Proclamação da República. Não houve um contato direto com esse como os tratados anteriormente, apenas impressões e um foco nas descrições físicas do monarca, com críticas duras à sua obesidade, mas se detendo também na beleza de seu palácio, nas descrições dos íntimos sobre a amabilidade no tratamento do rei para com os seus interlocutores e os azares que atrasaram a sua coroação:

¹⁴¹ *Ibidem*, p. 57.

¹⁴² *Ibidem*, p. 58.

¹⁴³ *Ibidem*, p. 75.

Começou sob maus auspícios o seu reinado. Poucos dias depois de sentado no throno, explodiu no Brazil a sedição militar que derrubou a monarchia. As solemnidades da sua coroação tiveram de ser interrompidas, por motivo do aludido fallecimento da virtuosa consorte de D. Pedro II. Poucos dias mais tarde, rebentou a questão ingleza, cujas complicações tanto amagura infligiram ao legitimo amôr proprio lusitano, chegando-se a nutrir receio de que a risonha cidade à beira do Tejo soffresse bombardeio dos couraçados bretões. Que sorpresas reservará o destino ao glorioso reino, subjugador do oceno? Oxalá no empunhar do ceptro e no manejo das redeas do Estado lhe seja tão macia e suave a polpuda mão do seu soberano, como a senti comprimindo-a, ao fingir tentar beijal-a, consoante obrigatoria praxe cortezan.¹⁴⁴

A estadia em Paris começa a ser descrita antes mesmo do capítulo sobre Pedro II. Com três dias na capital francesa, Afonso Celso foi convidado para um baile no Palais de l'Élysée, aceitando o convite com a possibilidade de conhecer o presidente Sadi-Carnot. Contudo, a interação foi apenas um aceno de cabeça. O enredo principal deste capítulo tornou-se uma gafe cometida pelo autor com a insígnia da Ordem Nacional da Legião de Honra. Segundo ele, a “distincção immerecidamente conferida” deveria ser utilizada no encontro: “comparecer sem ella perante o chefe do governo que me agraciara, affigurou-se-me incorrecto.”¹⁴⁵ Durante todo o baile, foi observado com curiosidade pelos presentes, o que tomou mais tempo de sua atenção do que uma possível interação com o presidente francês. Achando que muitos estavam admirando seus trajes ou mesmo se questionando porque alguém tão jovem teria sido agraciado com a Ordem Nacional da Legião de Honra, após algum tempo descobriu o real motivo dos olhares:

Demais circumstancia de que (mais tarde fui informado) não é de estylo pendurar a placa senão sobre uniforme. Na casaca apenas se costuma pôr uma miniatura da mesma ou pequena roseta. Meu caso, pois, despertava justas suspeitas. Muita gente tomou-me naturalmente por doido ou por audaz impostor que affrontasse o sentimento nacional na casa do chefe do governo. Meu nervos superexcitaram-me atrozmente.¹⁴⁶

A passagem um tanto anedótica se torna ainda mais surpreendente porque, como citado, pouco se trata sobre o presidente aqui, foca-se mais nas condições do baile e dos presentes. Afonso Celso reclama da quantidade de pessoas e de seus trajes, se achando superior a eles. Ao fim do capítulo, quando finalmente conseguiu se retirar do recinto e

¹⁴⁴ *Ibidem*, p. 80.

¹⁴⁵ *Ibidem*, p. 82.

¹⁴⁶ *Ibidem*, p. 91-92.

caminhar pelas ruas parisienses, há uma reflexão: “ia formulando na mente profundas ponderações sobre a miséria das grandezas e o vazio das vaidades humanas”¹⁴⁷.

O penúltimo capítulo da primeira parte, intitulado “Guilherme II”, também apresenta uma interação indireta, sem contato entre o autor e o personagem citado. Porém, é interessante a forma como a narrativa é iniciada. Analisando a cidade de Berlim, Afonso Celso chega a afirmar que, naquele momento, era uma das mais belas cidades da Europa:

Faltam-lhe ainda o encanto, o brilho e a graça artística de Paris, bem como as dimensões assombrosas de Londres.

Mas, quasi tão movimentada como ambas, tem sobre a metropole britannica a superioridade de um céu mais limpido, de ruas mais uniformemente largas e bem calçadas, de melhor iluminação á noite, sendo talvez o nucleo do velho mundo mais rico em combustôres electricos.¹⁴⁸

Esse encanto que perpassa a descrição sobre Berlim nos apresenta o desenvolvimento da capital após a unificação alemã e a força do país em busca da hegemonia em fins do século XIX. A narrativa de Celso se desenvolve na comparação entre as cidades europeias, destacando a evolução de determinados aspectos em Berlim, como o urbanismo, a arquitetura e o crescimento demográfico - em um momento no qual, em Paris, este já se apresentava em queda.

As grandezas da capital alemã são também relativas ao imperador. A primeira impressão de nosso autor sobre o chefe de Estado é a seguinte: “Sente-se que é um forte, - d’essas criaturas nascidas para influir e mandar, naturezas frias, rijas, retilíneas, aguçadas e cortantes como a lamina de uma espada”¹⁴⁹. Essa percepção se dá em meio a uma multidão que acompanha a saída do soberano de seu palácio e recepciona-o com vivas. Sobre a situação, é iniciado um diálogo:

- É sempre assim! murmurou-me o guia. A política de S. Magestade tem lhe valido muitas desafeições. Elle não é insinuante e meigo como o pai, nem venerando e bom, como o avô. Nada realisou por ora que lhe conquistasse o amor publico. Desperta, entretanto, o enthusiasmo como nenhum d’elles. Fascina a gente. Mal se mostra e todos os saúdam.

- Mas porque? inquiri.

O meu companheiro, antigo soldado, homem viajado e de certa instrucção, propenso às idéas socialistas, limitou-se a levantar os hombros, n’um gesto vago.

O cocheiro imperial puzera o *coupé* a trote. A multidão, em despedida, soltou exclamações mais veementes.

¹⁴⁷ *Ibidem*, p. 93.

¹⁴⁸ *Ibidem*, p. 95.

¹⁴⁹ *Ibidem*, p. 104.

E o guia também deu um *hoch* retumbante, com o ar consciencioso e satisfeito de quem cumprisse um dever.¹⁵⁰

Analisando as exposições de Afonso Celso sobre os chefes de Estado que ele conheceu, não são apenas conhecidos de vista, mas também não foram todos conhecidos a partir de missões diplomáticas enquanto deputado. As relações estabelecidas são de diferentes ordens, bem como os tópicos selecionados para as exposições. Enquanto em alguns casos há um balanço sobre a forma de governo, em outros há apenas situações anedóticas, quando não há a combinação desses fatores. De todo modo, estes relatos foram considerados por parte da crítica como importantes para compor a literatura histórica. Nisso, não só se insere, como é destacado o último capítulo, que trata sobre Pedro II e que depois foi publicado como a obra *O Imperador no Exílio*¹⁵¹.

A segunda parte, denominada *Factos*, é dividida em cinco capítulos: *Os Mormons*; *O Lenço da Condessa*; *Subindo o Jequitinhonha*; *Oberammergau*; *Walsa Phantastica*. Diferentemente da primeira parte, não há aqui um tópico padrão. Enquanto *Vultos* contém uma premissa de abordar chefes de Estado conhecidos, *Factos* possui elementos distintos que não são agrupáveis pelo autor em uma categoria específica.

Os Mormons trata de uma viagem de Celso à cidade estadunidense de Salt Lake City (Utah) motivada pelo interesse em conhecer os aspectos dessa religião. Católico ferrenho, Afonso Celso se mostra incomodado com vários dos preceitos mórmons, principalmente o da poligamia. Contudo, faz antes uma breve apresentação de como a religião foi difundida e depois uma entrevista com um mórmon, na qual expõe todas as suas dúvidas. Esse procedimento mostra além de uma curiosidade, como de fato uma pesquisa histórica e até antropológica.

O Lenço da Condessa se aproxima muito de uma narrativa romântica, quase um conto de fadas. O texto, cuja personagem principal é referida como Condessa de Eisendecker, esposa de um ministro alemão. Descrita como uma mulher de beleza estonteante e de elegância magnânima, o jovem¹⁵² estava vidrado em todos os seus movimentos. Por isso, ao dançar com um ministro francês, a referida condessa deixou cair um lenço que Celso se apressou para recolher. Contudo, durante a ação, o par se afastou, impossibilitando a devolução. Por se tratar de um lenço, um objeto tão simples, resolveu ficar com ele. Esse artefato, entretanto, despertou sentimentos difusos, como paixão e aflição. Narrar este

¹⁵⁰ *Ibidem*, p. 105-106.

¹⁵¹ Por já ter tratado deste livro em outro capítulo da dissertação, não farei aqui uma nova análise do texto citado.

¹⁵² Este texto está datado de 1884, então Afonso Celso teria entre 23 e 24 anos.

acontecimento nesse livro é uma escolha confusa, pois os personagens históricos envolvidos são poucos ou nada desenvolvidos, apresentando somente um devaneio amoroso do autor pela esposa de um ministro alemão, mais parecendo uma ficção.

Diferentemente do texto anterior, *Subindo o Jequitinhonha* apresenta uma narrativa com um propósito científico, tanto histórico quanto geográfico. O texto, denominado nas atas como *Viagem ao Jequitinhonha*, foi destacado também na proposição de Afonso Celso para o IHGB. A região, conhecida por suas belezas naturais exuberantes, é descrita em detalhes e comentada pelo mineiro com grande afeição. Destaco aqui uma passagem como exemplo: “Ó natureza tropical, orgulho da minha patria, gloria da criação, no teu seio se concretisa a encyclopedia viva do bello e do grande!”¹⁵³. Não é dito o propósito da viagem, apenas é datado de 1882 ao final do texto. Assim como em outros capítulos, é difícil concluir se as datas são dos acontecimentos ou do registro deles. Contudo, Afonso Celso expôs em outras obras que, em 1881, a propósito de sua candidatura como deputado por Minas Gerais, ele teria viajado por várias regiões, principalmente as mais pobres (como é o caso do Vale do Jequitinhonha), a fim de conhecer a realidade desses locais e seus possíveis governados. A sua descrição das belezas do Jequitinhonha apresentam dados importantes sobre a geografia do local, motivo possível para atrair a atenção de seus propositores ao Instituto, além das narrativas sobre o Imperador do Segundo Reinado.

O capítulo intitulado *Oberammergau* também apresenta uma descrição bem detalhada sobre a geografia da cidade alemã, mas principalmente sobre o propósito que levou à viagem de Afonso Celso até lá: as representações tradicionais da Paixão de Cristo realizadas na cidade. O arquétipo católico do autor se apresenta fortemente neste texto, mas também o do historiador. Há uma narrativa bem descritiva sobre o histórico do evento na cidade, destacando os aspectos que transformaram-na em algo tão tradicional e que atraía tantos cristãos àquele local. Fora a dimensão científica da exposição, destaco aqui as impressões deixadas em Afonso Celso sobre a viagem:

Indelevel e suavissima a impressão produzida no coração e no espirito.
 Por sceptico que alguém pretenda parecer, regressa de lá impregnado de religiosidade e de idealismo.
 É como se aquella ficção fosse toda verdade e como se agente voltasse de presenciar realmente o doloroso sacrificio de um deus pelas creaturas.
 As almas transbordam de compaixão, de reconhecimento, de amor pelo incomparável tribuno da Galliléa e dir-se-hia que teve logar na vespera a sua crucificação.
 A grandeza dos seus dogmas avulta sob mais viva luz.
 Sublime, sem duvida, tal doutrina!

¹⁵³ *Op. cit.*, p. 237.

Após dezenove séculos de luctas, na era em que os inimigos mais se ufanam de superal-a, querendo impôr á consciencia da humanidade novos ideais e diversa orientação, baseados n'uma falsa sciencia com a qual tencionam derruil-a e cada dia mais a exaltam, - eil-a que a despeito de tudo, no meio da Europa, descrente e sarcastica, faz ainda, em plena luz, estupendos milagres. Milagres, sim... outra denominação não define o que se passa em Oberammergau: - rudes camponios de mesquinho lugarejo, perdido em subalternas regiões, provocando a admoração do mundo culto, pois, ao simples influxo da fé, que abala montanhas, remontam ás culminações supremas da arte.¹⁵⁴

É explícita a profissão de uma superioridade da fé em detrimento da ciência. Toda a experiência e sua narrativa é mobilizada para apresentar essa negação das novas ideologias do período em razão de uma continuidade da fé cristã como motor da humanidade. Essa perspectiva historiográfica pautada no catolicismo, a ultramontana, é um elemento muito marcante nas produções de Afonso Celso. Sobre isso, Lúcia Guimarães aponta:

Convertido no motor da história, Deus passa ser a constantemente nomeado, invocado e evocado em todas as reflexões desse intelectual, cujos discursos se constituem qual uma sucessão de orações e profissões de fé. Mas Afonso Celso não se limita apenas a subordinar a ciência à fé católica. A fórmula por ele engendrada se prestaria a um desdobramento. Afinal, se o curso da História está previamente determinado pela Providência, as vivências do passado devem ser perenizadas. Positivas ou negativas, representam aprendizagens de vida. Assim, a História não apenas reflete a manifestação da vontade divina, como também se constitui na grande mestra da vida.¹⁵⁵

O último texto, *Walsa Phantastica*, combina alguns elementos de textos anteriores: assim como *O Lenço da Condessa*, possui traços de uma ficção, mas ambientado próximo ao Vale do Jequitinhonha, cujos personagens são também indivíduos simples e pobres, em busca do corpo de um rapaz que havia sido arrastado por uma correnteza. A “valsa” do título é uma referência à forma como o corpo do rapaz se movia na água quando foi encontrado. Assim como *Subindo o Jequitinhonha*, o texto também é localizado temporalmente em 1882. Contudo, esse texto apresenta a descrição de um fato presente nas memórias de Afonso Celso, marcado principalmente pelo modo de vida simples levado por aquele povoado entre Minas Gerais e Bahia. Mais uma vez, a narrativa parece ter um intento antropológico da região, tão negligenciada historicamente.

Por mais que tenha escrito anteriormente que o livro é dividido em duas partes, destaco aqui uma seção presente na edição aqui utilizada, denominada *Appensos*. Nela,

¹⁵⁴ *Ibidem*, p. 290-291.

¹⁵⁵ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Por uma história ultramontana: Afonso Celso. *Intellèctus*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 2003. p. 11.

figuram três textos: *2 de Dezembro de 1889*; *Deodoro*; *Floriano Peixoto*. O primeiro traz impressões de Afonso Celso sobre um manuscrito que se propõe a descrever a viagem de Pedro II ao exílio. É possível inferir que este anexo foi escolhido como um complemento ao último capítulo da seção *Vultos*. Os outros dois textos também são complementos da primeira seção, pois Afonso Celso relata os episódios em que conheceu os dois primeiros presidentes da República brasileira. Por ser aqui utilizada a 4ª edição de *Vultos e Factos*, é possível que estes textos não faziam parte ainda da obra quando o autor foi convidado a participar do IHGB.

A partir da análise dos textos da prova literária, é perceptível os diversos motivos que teriam atraído a atenção dos membros do Instituto para Afonso Celso. Muitas das ideias correntes dentro da instituição estavam presentes ali em *Vultos e Factos*, principalmente a adoração à figura imperial que esteve ali fisicamente durante todo o Segundo Reinado e se manteve como uma figura guardiã mesmo após seu exílio e morte. Além disso, as narrativas memorialísticas possuem dados históricos, geográficos e até antropológicos de grande utilidade para os objetivos do IHGB, segundo a visão empregada desde a sua fundação.

Na 17ª sessão ordinária em 14 de outubro de 1892 é apresentado o parecer favorável à admissão de Afonso Celso. Sacramento Blake¹⁵⁶, relator do parecer, assim inicia a descrição da obra:

Vultos e Factos - eis o livro apresentado, que é dividido em duas partes e constitue o primeiro volume de folhas - como diz o autor com a modestia que lhe é habitual - << rabiscadas a esmo nos lazeres da politica, da advocacia e de constantes viagens, e agora publicadas á guisa de ensaio despretençioso e timido >> ; mas são folhas de ouro da litteratura brasileira.¹⁵⁷

A partir dos grifos nas duas citações acima, é evidente que a obra de Afonso Celso foi bem recepcionada, por conter “importantes dados para a história pátria”. Não à toa, o parecer descreve com maior ênfase o capítulo sobre Pedro II, o único “vulto” brasileiro presente no livro. Dada essa importância de seu conteúdo, a obra foi a porta de entrada de Celso no IHGB. Além disso, alguns outros dados comprovam a receptividade da obra nos anos seguintes de sua publicação. Segundo o prefácio da terceira edição, as duas primeiras tiragens da obra

¹⁵⁶ Augusto Victorino Alves Sacramento Blake (1827-1903) foi um médico, poeta, biógrafo e historiador brasileiro. Foi admitido como sócio efetivo no IHGB em 1883 e eleito para ocupar a função de 2º secretário no IHGB para o ano de 1892. É conhecido por publicar o *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, obra em 7 volumes publicados entre 1883 e 1902. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221681>. Acesso em: 26 mar. 2023.

¹⁵⁷ ATAS DO IHGB, 1892, p. 374. (grifo meu)

(cada uma com mil exemplares) esgotaram em três semanas na cidade do Rio de Janeiro¹⁵⁸. Ainda neste prefácio, é exposto o seguinte ofício da Câmara Municipal de Ouro Preto, assinado por Diogo Vasconcelos (1843-1927):

Ouro-Preto, 15 de Outubro de 1892.

Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Affonso Celso de Assis Figueiredo. - A Camara Municipal d'esta cidade, em sessão de hontem, deliberou por unanimidade de votos que o seu agente executivo mandasse extrahir da obra literaria de V. Ex. Vultos e Factos - o numero referente a S. M. o finado Imperador o Sr. D. Pedro II, afim de ser distribuido em avulso pelas escolas e familias deste municipio.

Por este motivo desejo que V. Ex. se digne de conferir-me a necessaria licença, levando-nos em conta o serviço que pretendemos prestar ao municipio, com o divulgarmos n'elle esta memoria tão suave e tão bellamente resgatada do exilio pela brilhante penna de um dos mais illustres filhos desta Capital.

A Camara igualmente ordenou-me que apresentasse a V. Ex. os seus parabens e vivos elogios pela producção com que enriqueceu a nossa litteratura, enchendo de justo orgulho o berço em que todos nascemos, a terra de Minas.

Queira, pois, V. Ex. aceitar a manifestação d'estes sentimentos com os protestos ardentes da minha consideração.

Deus guarde a V. Ex. - Diogo L. A. P. de Vasconcellos.¹⁵⁹

Afonso Celso colocou também o ofício em resposta, concordando com o pedido de Vasconcelos e agradecendo: “Mais precioso galhardão não me seria licito sonhar para o meu trabalho. Por mais que as procure, não me occorrem expressões condignas para externar a minha commoção e o meu agradecimento.”¹⁶⁰. Desse modo, é nítido o quanto a obra, e mais especificamente o capítulo sobre D. Pedro II (depois transformado no livro *O Imperador no Exílio*, publicado no ano seguinte), trouxe mais visibilidade intelectual para Afonso Celso, além de iniciar sua jornada enquanto precursor do ufanismo e ingressar como importante guardião de dados importantes para a história nacional.

Na Sessão Extraordinária de 2 de dezembro de 1892, Celso foi aclamado como sócio efetivo do Instituto. Sua primeira participação em uma sessão como sócio ocorreu em 17 de março de 1893, na qual proferiu o discurso de posse e recebeu as boas vindas do Comendador José Luiz Alves, o orador do Instituto.

Destaco aqui um trecho do discurso proferido por Afonso Celso: “*Auspice Petro Secundo, Pacifica Scientiae Occupatio* - eis a divisa do Instituto. Nenhuma tão bella e galhardamente suggestiva. Significa que n'este recinto vibra immortal a saudade do

¹⁵⁸ CELSO, 1896, p. 7.

¹⁵⁹ *Ibidem*, p. 8-9.

¹⁶⁰ *Ibidem*, p. 10.

extraordinario espirito que tanto o amou.”¹⁶¹. Mesmo com os embates políticos do período entre monarquistas e republicanos, que se travavam inclusive dentro do Instituto, Afonso Celso foi aceito e fez questão de pontuar em seu discurso porquê e por quem acreditava que estava ali - não só ele, mas também a instituição. Sobre o dissenso político no IHGB no início da República, Piero Detoni afirma:

o Instituto possui [...] a representação de um areópago, quer dizer, um lugar que congrega várias vozes ou posições sobre o que é a história, bem como um ambiente que guarda as tradições. Princípios básicos e estruturantes da *persona acadêmica* “*pacifica scientiae occupatio*”, desde que sejam vistos, também, através das virtudes epistêmicas metódico-historicistas da “justiça”, da “correção”, da “honestidade” e da “retidão no juízo”. Não é apenas a documentação de um arquivo a sua preocupação, mas as formas e os modos possíveis de adentrar ao passado enquanto “ressurreição”, no sentido de processo e de devir, à moda micheletiana. Mas esse mergulho ao passado deve estar compassado com as virtudes do regime historiográfico metódico.¹⁶²

Desse modo, não importava o posicionamento, mas sim a diligência enquanto maior virtude epistêmica de um historiador do IHGB naquele momento. Assim, ainda que abertamente fosse contrário à república instaurada e, posteriormente, militante pela restauração monárquica, Afonso Celso trata seus testemunhos como fontes para futuros historiadores. Sua visão é da testemunha, não de alguém apto a escrever uma história, mas produtor de uma fonte sobre a “verdade” ocorrida no exílio de Pedro II, como apontado no discurso de boas vindas proferido pelo então orador do IHGB, citado anteriormente. Além disso, se coloca integralmente à disposição das atividades do instituto:

Para colaborar comvoscó no severo e alevantado culto d’essa sciencia, trago-vos o modesto mas dedicado contingente de meus esforços. Disponde sem restricção, vós os mestre e os chefes, dos meus elementos, que são escassos, e da minha bôa vontade, que é infinita. Os factos, - eu o espero, - se incumbirão de patentear a sinceridade d’estas expressões.¹⁶³

Sendo conhecida esta característica e a partir do que foi dito em seu discurso de posse, foi bem recebido nos braços do Instituto, como expresso pelo então orador José Luiz Alves:

¹⁶¹ ATAS DO IHGB, 1893, p. 149.

¹⁶² DETONI, Piero. “**Pacifica Scientiae Occupatio**”: a experiência historiográfica no IHGB na Primeira República. 2021. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. São Paulo, 2021. p. 47

¹⁶³ ATAS DO IHGB, 1893, p. 150.

Como órgão do Instituto Historico e Geographico Brasileiro agradeço ao illustre recipiendario as phrases delicadas que lhe dirigio e esperando de sua rara dedicação e invejavel talento que muito fará em prol d'esta associação que hoje o acolhe nas effusões do mais vivo contentamento, desejo que por longos annos occupe essa cadeira e que por seus feitos seu nome rebrilhe entre os dos investigadores da historia patria, mostrando que milita nas phalanges dos fortes batalhadores.
Seja bemvindo o Exm. Sr. Dr. Affonso Celso.¹⁶⁴

Mesmo tendo adentrado o século XX, Afonso Celso se aproxima muito das visões e ações de um historiador oitocentista¹⁶⁵. Sua produção sobre o passado é composta por resumos de eventos ocorridos na História (citando indiretamente alguns autores) e boa parte é dedicada à produção de biografias. Em *Vultos e Fatos*, a abordagem é justamente essa, tratar de vultos históricos, sendo a maioria internacional e somente Pedro II representando o Brasil. A biografia exercia uma função pedagógica, os homens ilustres constituíam exemplos para os indivíduos na vida prática, a história, através da biografia, era então mestra da vida¹⁶⁶. Nesse sentido, o IHGB adotou como modelo para escrita da história a biografia:

Conhecida a biographia de todos os homens salientes de uma época, seja qual for a sua acção civilisadora, está conhecida a historia d'aquelles tempos; porque nos seus actos, nas suas idéas, nos seus resultados, está o movimento geral, as peripécias do drama animado da sociedade, onde cada um d'estes indivíduos foi actor e compositor.¹⁶⁷

Desde o discurso inaugural de Januário da Cunha Barbosa¹⁶⁸ foi clara a linha em que o Instituto seguiria. Mesmo Afonso Celso tendo sido eleito apenas em 1892 e ingressado oficialmente no IHGB no ano seguinte, aderiu também a esse *topos* adotado pela instituição há mais de meio século. A própria caracterização de *Vultos e Fatos* como uma obra em que o aspecto biográfico se apresenta fortemente, apresenta-nos a eleição de Celso para adentrar o Instituto como um alinhamento do autor às regras ali prescritas. Segundo Certeau:

¹⁶⁴ *Ibidem*, p. 152.

¹⁶⁵ Ver: TURIN, *Op. cit.*; CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. Coleção História da Historiografia.

¹⁶⁶ Sobre o *topos* da *historia magistra vitae*, Cf. KOSELLECK, *op. cit.*, 2006. Sobre a relação biografia e *historia magistra vitae no Brasil*, Cf. OLIVEIRA, Maria da Glória. Biografia e historia magistra vitae: sobre a exemplaridade das vidas ilustres no Brasil oitocentista. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 22, n. 42, p. 273-294, dez. 2015.; ARAUJO, Valdei Lopes de. Sobre a permanência da expressão *historia magistra vitae* no século XIX brasileiro. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAÚJO, Valdei Lopes de (Org.). **Aprender com a história?** O passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 131-147.

¹⁶⁷ PORTO ALEGRE apud OLIVEIRA, *op. cit.*, 2015, p. 283.

¹⁶⁸ BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 3. ed., tomo 1, n. 1, p. 9-17, 1839.

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio econômico, político e cultural. [...] Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam.¹⁶⁹

Portanto, Afonso Celso ingressou no IHGB já partilhando as *práticas científicas* desse *lugar social*. Além de comentar sobre eventos de sua própria vida e ter publicado uma biografia do Visconde de Ouro Preto, o homem ilustre que mais foi descrito por sua pena foi o Imperador Pedro II.

A partir do momento em que foi eleito como sócio efetivo do Instituto, Afonso Celso iniciou os trabalhos enquanto membro da Comissão Permanente de Admissão de Sócios, com o Conselheiro Manoel Francisco Correia e o Barão de Capanema (1893-1894), com o Conselheiro Manoel Francisco Correia e o Barão de Alencar (1895-1899), permanecendo na mesma até 1899. Em 1900 e 1901, passou a ser participante da Comissão de História do IHGB com o Barão Homem de Melo e Miguel Archanjo Galvão (1900) e, em 1901, com o Barão Homem de Melo e o Dr. Evaristo Nunes Pires. Foi eleito para a Comissão Subsidiária de História em 1902, juntamente com o General Francisco Raphael de Melo Rego e Max Fleiuss (continuou em 1903), e em 1904, Rocha Pombo substituiu o General, continuando seus trabalhos nesta comissão em 1905 e 1906. Em 1903, Celso foi nomeado também para a Comissão de Estatutos e Redação, com o Comendador Henrique Raffard e o Barão Homem de Mello, permanecendo assim constituída em 1904. Em 1905, Capistrano de Abreu substituiu o Barão. Em 1906, o Comendador Henrique Raffard foi substituído pelo Dr. Alfredo Nascimento.

O nome de Afonso Celso não consta em muitas páginas das atas durante estes primeiros anos, além da participação nas comissões acima citadas. Ele era um novato em relação a outros grandes nomes que estavam ali reunidos e principalmente na mesa administrativa da instituição. Além disso, muitos contratemplos marcaram esse período, tanto para o lugar quanto para seu novo membro.

Em setembro de 1893 iniciou-se no Rio de Janeiro a Segunda Revolta da Armada (1893-1894). Os conflitos entre a Marinha e o Exército colocaram a capital federal em estado de choque. Assim, o IHGB pausou suas atividades durante o conflito, para que não colocasse

¹⁶⁹ CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 56.

indevidamente a vida e a segurança de seus sócios em risco. Somente após março de 1894, findada a revolta, o Instituto retomou suas atividades¹⁷⁰.

Afonso Celso, que já não tinha muita afinidade à República e aos militares, iniciou também uma série de críticas ao saldo dos governos de Deodoro da Fonseca e de Floriano Peixoto, publicadas no jornal o *Commercio de S. Paulo* e posteriormente no livro *Guerrilhas*¹⁷¹. Isso rendeu ainda a famosa tentativa de homicídio sofrida por Afonso Celso que visava também seu pai, o Visconde de Ouro Preto, e que vitimou seu amigo Gentil de Castro, com a justificativa de que estavam apoiando os habitantes do Arraial de Canudos e ajudando-os militarmente. Sobreviventes do atentado, foram novamente “refugiarem-se” na Europa, em 1897. Os detalhes do evento foram descritos na obra *O assassinato do Coronel Gentil de Castro*¹⁷², relato produzido ainda no exílio em Paris.

Nenhuma intervenção, directa ou indirecta, tiveram os monarchistas nos sucessos de Canudos, onde apenas dominava a fanatismo religioso, longe de qualquer proposito politico.

Certos jornaes, entretanto, tornaram os amigos do antigo regime bóde expiatorio dos revezes alli sofridos pelo Governo.

Responsaveis por tudo, - diziam, - cumpria abafar-lhes a voz, persegui-los, supprimi-los a ferro e fogo.¹⁷³

Narrando os eventos anteriores ao assassinato do Coronel Gentil de Castro, Afonso Celso descreve a situação do Rio de Janeiro perante à uma derrota das tropas federais em Canudos. Republicanos manifestaram e acusaram os monarquistas de fornecerem armas e dinheiro para os seguidores de Antônio Conselheiro (1830-1897). Abalados com a tentativa frustrada de derrubar Canudos, estes manifestantes atacaram jornais monarquistas (como *Gazeta da Tarde e Liberdade* - ambos com participação de Gentil de Castro) e ameaçaram empastelar outros, como o *Commercio de S. Paulo* - no qual Afonso Celso havia exposto suas *Guerrilhas*.

Souberam disso por outros jornais e por correspondências trocadas entre Afonso Celso em Petrópolis e seu pai, que estava no Rio de Janeiro naquele momento. Celso estava com o Coronel Gentil de Castro e não queria deixá-lo ir à capital, mas acabaram indo juntos para verificar de perto os eventos descritos nos jornais. A partir daí, Celso inicia a descrição do

¹⁷⁰ ATAS DO IHGB, 1894.

¹⁷¹ Os textos foram comentados no primeiro capítulo da Dissertação.

¹⁷² CELSO, Afonso. *O Assassinato do Coronel Gentil de Castro* (Anexos). In: **Visconde de Ouro Preto: excerptos biographicos**. Rio de Janeiro: Livraria do Globo, 1935.

¹⁷³ CELSO, Afonso. Capítulo XXXI: Canudos. In: **Visconde de Ouro Preto: excerptos biographicos**. Rio de Janeiro: Livraria do Globo, 1935. p. 108.

ataque que sofreram, que tinham como principais alvos o Coronel e o Visconde, mas que colocou o autor em risco também, ao tentar salvar a vida de seu pai.

Nessa obra ainda é descrito como ocorreu o crime e a fuga do pai e do filho, bem como as iniciativas para protegê-los de futuros ataques. Afonso Celso chama de “nobre republicano” o senador federal, o General José Tomás da Porciúncula (1854-1901), foi quem organizou a partida de Afonso Celso e de seu pai de Petrópolis ao interior de Minas Gerais, depois de ameaças declaradas nos jornais às residências deles. Contudo, ao espalhar-se a notícia, a imprensa republicana teria feito uma ligação entre a fuga para Minas Gerais com uma possível aproximação territorial para ajudar os remanescentes de Canudos.

Antes da ajuda de Porciúncula, um ministro do Chile, Joaquim Walker Martinez (1853-1928), se comunicou oferecendo asilo político ao Visconde de Ouro Preto e a seu filho. Contudo, nesse primeiro momento, não viam necessidade de aceitar esta oferta. Após os eventos que sucederam a estadia dos mesmos em Minas Gerais, e a agitação que não diminuía no Rio de Janeiro contra os monarquistas, Martinez ofereceu novamente proteção. Contudo, retornaram à Petrópolis e o próximo destino de partida foi o velho mundo:

Desde janeiro chamava-me a Londres um negocio de advocacia. Alliou-se a isto o desejo de mostrar um enfermo da familia ao padre Kneipp, de cujo tratamento colhera este enfermo proficuo resultado. Resolvi a viagem á Europa, e consegui que meu pae me acompanhasse, no intuito de restabelecer a sua saude, alquebrada por tamanhos trabalhos e dissabores. Embarcámos publicamente no vapor “Les Andes”, na bahia do Rio de Janeiro, a 8 de Abril, um mez após a morte do coronel Gentil de Castro.¹⁷⁴

Celso não faz grandes descrições sobre sua estadia na Europa, somente assina, ao final do livro, sua localização e a data de produção¹⁷⁵. Sua narrativa enfoca como foi publicado sobre o assassinato de Gentil de Castro nos jornais brasileiros, e aproveita para se defender das acusações de ele e seu pai terem abandonado o Coronel ao invés de tê-lo defendido. Além disso, insistiu na falta de relação entre os monarquistas do Rio de Janeiro e os seguidores de Antônio Conselheiro, defendendo que a criação e a organização de órgãos monarquistas não tinha caráter conspiratório¹⁷⁶.

Com o fim da Guerra de Canudos, em outubro de 1897, o Visconde de Ouro Preto retornou ao Brasil, provavelmente acompanhado de seu filho¹⁷⁷. Este exílio não foi tão bem

¹⁷⁴ CELSO, 1935, p. 211.

¹⁷⁵ “Paris. 4, Avenue de Friedland - Junho e Julho de 1897.” In: CELSO, 1935, p. 251.

¹⁷⁶ CELSO, Afonso. Capítulo VIII - Como se fundaram e se mantiveram os órgãos monarchistas na capital. In: **Visconde de Ouro Preto**: excerptos biographicos. Rio de Janeiro: Livraria do Globo, 1935. p. 237-244.

¹⁷⁷ Afonso Celso cita que seu pai retornou do segundo exílio em outubro de 1897, mas não afirma que ele tenha retornado junto do pai.

documentado, com base nas fontes aqui citadas, por Afonso Celso como fora aquele após a proclamação da República, pois aquele tinha como foco o exílio do Imperador deposto, mesmo tendo sido narrado em primeira pessoa por Celso. Talvez pela menor duração ou ainda o temor sobre a situação política que o Brasil continuava enfrentando em relação às discordâncias extremas entre republicanos e monarquistas.

Após o segundo exílio, Afonso Celso publicou, em 1898, sua tradução de *A imitação de Christo*, de Thomas de Kempis (1380-1471), deixando a política como um assunto adormecido em seus escritos. Essa tradução marca uma importante característica de Afonso Celso: o catolicismo. Há traços muito fortes de um providencialismo em várias passagens de seus livros e discursos.

No bojo das comemorações do centenário da chegada dos portugueses ao Brasil, Afonso Celso publicou sua contribuição, o livro *Por que me ufano de meu país*, opúsculo com dedicatória aos seus filhos homens (Afonso Celso de Ouro Preto, Carlos Celso de Ouro Preto e João Paulo de Ouro Preto - *in memoriam*): “Avigorai, meus filhos, estes argumentos; juntai novos factos a taes factos; propagai-os; cultivai, engrandecei o amor pelo Brazil.”¹⁷⁸

2.2. O ufanista na virada do século

O *magnum opus* de Afonso Celso é *Porque me ufano de meu país* escrito em 1900 em comemoração ao quarto centenário da chegada dos portugueses ao Brasil. O opúsculo, dedicado aos seus filhos, tem como objetivo central incutir ufanía no leitor por meio de 42 capítulos onde exalta os motivos de superioridade do Brasil em relação aos demais países.

Para isso, faz um levantamento de aspectos geográficos (grandeza territorial, diversidade e riqueza da fauna e da flora, o clima, a ausência de calamidades naturais, etc. - o ufanismo edênico¹⁷⁹), indica a contribuição de cada uma das três raças para a composição do povo brasileiro, e fala dos sucessos militares envolvendo o Brasil, além dos grandes vultos responsáveis pela grandeza da nação - destacando Pedro II. Embora não tenha sido o inventor do ufanismo, Afonso Celso ficou conhecido como aquele que o fez, já que deu fama e forma

¹⁷⁸ CELSO, 1901, p. 3.

¹⁷⁹ Ver: ARAÚJO, Gilvan Charles Cerqueira de. **Do ufanismo edênico ao saudosismo heroico: ideologia e discurso geográfico no ideário nacional brasileiro**. 2013. 247f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia, 2013.

ao conceito¹⁸⁰. Por ser escrito com um intuito comemorativo, faz ainda uma síntese daqueles 400 anos de Brasil, porém, não fala da instauração da República, se dedica apenas a falar dela, de forma indireta, nos últimos dois capítulos: *Perigos que ameaçam o Brasil* e *O futuro do Brasil*.

Se em *Guerrilhas*, o seu intento era desmoralizar a República, em *Porque me ufano de meu país* suas críticas são em menor escala e intensidade. Buscando escrever um pequeno livro para incutir nos leitores o patriotismo necessário para superar as adversidades e se orgulhar do Brasil, Afonso Celso se concentrou em fazer uma síntese sobre os 400 anos de “descoberta” pelos portugueses. Segundo Armelle Enders,

O livro não tem qualquer pretensão de objetividade, mas visa incutir o amor à pátria entre os jovens brasileiros. Traz poucas inovações, mas reúne considerações esparsas encontradas tanto na propaganda destinada a atrair candidatos à imigração quanto na literatura nativista ou em certos discursos laudatórios.¹⁸¹

Diante de todas as lições de superioridade do Brasil como a imensidão do território, a abundância de recursos, a ausência de desastres naturais e a miscigenação a partir da junção das três raças, o autor listou também os defeitos para compôr um quadro mais completo do que é ser brasileiro. Ainda segundo Enders:

[...] temos uma descrição do caráter nacional, tão generalizada que a maioria das nacionalidades podem nela reconhecer-se. Afonso Celso enumera as qualidades do brasileiro e seus defeitos, que não são senão o inverso dessas qualidades. Demonstra uma independência que por vezes confina com a indisciplina, tem senso de hospitalidade, de caridade e do progresso, é paciente, dócil e desprendido, cumpre com zelo suas obrigações. Seu espírito aberto o leva às vezes a imitar em demasia o estrangeiro. O brasileiro é desprovido de preconceitos de ordem racial, religiosa ou social, chegando mesmo a incorrer em certa promiscuidade.¹⁸²

Sobre a questão racial, a autora afirma ainda que “Em certos aspectos, Afonso Celso prenuncia as ideias desenvolvidas por Gilberto Freyre em *Casa-Grande & Senzala* em 1933, destacando o papel dos africanos na formação da sociedade [...] Graças a essas nobres atitudes, o Brasil jamais conheceu o preconceito racial e produziu negros ilustres [...]”¹⁸³.

¹⁸⁰ CARVALHO, José Murilo de. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, vol. 13, n. 38, São Paulo, Out./1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091998000300004&script=sci_arttext, n. p.

¹⁸¹ ENDERS, Armelle. *Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. p. 296.

¹⁸² *Ibidem*, p. 298.

¹⁸³ *Ibidem*, p. 297.

Essas ideias de grandiosidade do Brasil pela sua beleza e abundância e da ausência de preconceitos raciais se perpetuaram ao longo do tempo. Exemplo disso é a pesquisa de opinião citada por José Murilo de Carvalho em seu artigo *O motivo edênico no imaginário social brasileiro*, feita na década de 1990, na qual foram pesquisados os motivos de orgulho em ser brasileiro, e os três mais citados foram: natureza, caráter do povo e características do país¹⁸⁴. Carvalho busca as origens do pensamento edênico e como se deu a sua difusão. Além disso, afirma que mesmo não sendo original, Afonso Celso sistematiza em *Porque me ufano de meu país* as bases do ufanismo edênico, encontradas já nas obras de Rocha Pita no século XVIII:

A importância do livro de Afonso Celso pode ter sido exatamente a de popularizar Rocha Pita. As edições do livro sucederam-se rapidamente. Embora não existam estudos a respeito, é provável que ele tenha sido adotado nas escolas primárias e secundárias. Tal adoção teria sido coerente com as tentativas, feitas após a proclamação da República, de promover a educação cívica das crianças via textos escolares. Envolveram-se nesse esforço alguns dos principais escritores da época. Entre os mais ativos, estiveram Sílvio Romero, Olavo Bilac, Coelho Neto, Manoel Bomfim, Afrânio Peixoto. [...] É provável que essa literatura cívica tenha penetrado na escola primária e se tornado responsável pela difusão do motivo edênico no imaginário popular brasileiro. O certo é que ele se difundiu e criou raízes profundas. Tão profundas que sobrevive até hoje e com boa saúde.¹⁸⁵

Mesmo pouco original, a sistematização do ufanismo rendeu a Afonso Celso uma visibilidade internacional¹⁸⁶. Seja pelo livro, por sua proximidade ao Imperador ou mesmo sua presença na vida cultural do início do século XX, as ideias do Conde¹⁸⁷ permaneceram vivas no imaginário popular brasileiro. Ainda recentemente, por exemplo, suas obras são compartilhadas em páginas monarquistas no Facebook, junto a outras obras de historiadores brasileiros de fins do século XIX e início do século XX. Exemplo disso é uma publicação, do dia 02 de maio de 2019, da página “O Império das Américas”, que anunciava uma pasta com livros digitalizados sobre o Brasil Império. Em um comentário a página escreve:

¹⁸⁴ No artigo estão presentes os exemplos de respostas, destacamos aqui as definições apresentadas de cada um desses motivos: estão inclusas em "natureza" todas as respostas que se referem às belezas naturais, inclusive a das mulheres; "Caráter do povo" inclui os traços de personalidade do brasileiro considerados positivos e pessoas exemplares (Getúlio Vargas, JK, Ayrton Senna, etc.); e "Características do país" incluem traços positivos não relacionados à natureza, como ausência de discriminação racial e de conflitos, por exemplo. Cf.: CARVALHO, *op. cit.*, 1998.

¹⁸⁵ *Ibidem*, n. p.

¹⁸⁶ Sobre a recepção do livro, ver: BASTOS, Maria Helena Câmara. Amada pátria idolatrada: um estudo da obra *Por que me ufano do meu país*, de Afonso Celso (1900). 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n20/n20a18.pdf>.

¹⁸⁷ O título de Conde foi concedido a Afonso Celso pela Santa Sé em 1901, durante o pontificado do Papa Leão XIII. Cf. LAGO, Pedro Corrêa do (org.). **Brasiliiana IHGB**. Rio de Janeiro: Editora Capivara, 2014, p. 252.

[...] O bom desses livros por serem antigos é que não tem viés ideológicos, onde só apontam o lado ruim e excluem as coisas boas, coisa que muitos historiadores fazem hoje em dia. Esses autores falam das duas coisas, falam do lado ruim que foi a escravidão e não esquecem de apontar as coisas boas, o progresso material do império, progresso econômico, prestígio internacional, nação respeitada e etc... diferente dos livros atuais que só sabem difamar o Império.¹⁸⁸

Retomando a questão do “horizonte de esperanças”, abordada no capítulo 1 da dissertação, é nos últimos capítulos de *Porque me ufano de meu país* em que ele expressa suas expectativas para o futuro do Brasil. No capítulo XLI, intitulado *Perigos que ameaçam o Brasil* escreve:

nenhum problema insolúvel, nenhum perigo inevitável ameaça o desenvolvimento do Brasil. [...] Apenas duas apreensões assaltam o espírito de quem medita sobre os seus destinos, si continuar a ter maus governos e instituições incompatíveis com a sua índole. São essas apreensões: - separação do território em vários Estados; intervenção nos seus negócios de alguma potência estrangeira.¹⁸⁹

É importante lembrar que *Guerrilhas* foi escrito durante a presidência de Prudente de Moraes, já *Porque me ufano de meu país* foi publicado no governo de Campos Salles, ou seja, a República ainda era jovem, mas se encontrava mais estável. Dessa forma, há poucas menções ao governo republicano no segundo livro, mas ainda são encontradas farpas como a da citação acima (“continuar a ter maus governos”). Sobre o perigo da desintegração do território, já se manifestava contra o Federalismo, acreditava que a autonomia às regiões destruiria a nação em muitos aspectos e já reclamava no *Commercio de S. Paulo*: “o cidadão brasileiro desapareceu no cidadão paulista e no cidadão bahiano”¹⁹⁰. Sobre os perigos, continua:

Quanto a primeira, não ha por ora symptoms alarmantes. A tendencia da evolução humana é para as grandes agglomerações. [...] Quanto á intervenção estrangeira, não estamos livres, - é exacto, - de soffrer as consequencias do desarrazoado movimento de expansão que levou a França a Madagascar, os Estados Unidos ás Philipinas, e vai retalhando o Imperio Chinez. [...] Não dispomos nem poderíamos dispor de meios materiaes capazes de rechassarem as nações militarizadas e conquistadoras. [...] Adquiramos a força moral que sustenta a pequena Suissa independente e altiva no meio de avassaladores vizinhos. [...] Podemos resistir, além disso. Quem já expulsou os francezes do Rio de Janeiro e do Maranhão, quem

¹⁸⁸ O IMPÉRIO DAS AMÉRICAS, 2019, online.

¹⁸⁹ CELSO, 1900, p. 193.

¹⁹⁰ *Ibidem*, p. 195.

combateu trinta annos e afinal venceu os hollandezes, lutar vantajosamente, si quizer, contra qualquer invasor.¹⁹¹

O nacionalismo de Afonso Celso  tão exacerbado ao ponto de superestimar a capacidade do Brasil em se defender¹⁹², mesmo declarando sua insuficiência bélica, e supõe a possibilidade de resistência com base em experiências de outros tempos. Citando Ernest Renan (1823-1892), ressalta a necessidade de um conjunto de tradições que reforce a união e a identidade nacional:

Superior s coações da força - diz Renan, - o que une e constitue as nações é o sentimento do passado, a posse em commum de um rico legado de tradições, o desejo de viver juntos e a incessante vontade de manter e continuar a fazer valer indivisa a herança recebida. Depende simplesmente dos brasileiros unir e constituir assim o Brazil.¹⁹³

Aqui, há uma demonstração da crença na Histria¹⁹⁴ e de seu papel na construção e manutenção da identidade nacional. Sobre essa questão, Petter e Armani concluem:

O pensamento de Afonso Celso pode ser objeto de outras reflexões na história intelectual do Brasil. Celso possui um vasto repertório de discursos que abrange desde seu período literário e romântico, que não foi explorado aqui, até o seu caráter político, ps-golpe republicano. Sua visão de mundo foi permeada por uma conjuntura temporal que o fez construir identidades, agindo ativamente como um dos interlocutores do falecido regime monárquico. Atuou como um verdadeiro intelectual que espelhou e contribuiu para o seu tempo histórico. As comparações com outros Estados nacionais não fez dele somente um ufanista, mas um crítico do imperialismo europeu e do pan-americanismo.¹⁹⁵

O horizonte de expectativas que expõe sobre a nação não apresenta respaldo nem na experiência, nem em dados, somente uma esperança e uma sede de exaltar sua pátria. Em várias passagens do livro tenta diminuir países da Europa para elevar a situação brasileira, e acredita que, sem muitos esforços, provincializaria¹⁹⁶ o Velho Continente:

¹⁹¹ CELSO, 1900, p. 194-195

¹⁹² O nacionalismo era uma questão central no período, principalmente no continente europeu, dados os avanços imperialistas e o neocolonialismo em fins do século XIX.

¹⁹³ CELSO, 1900, p. 195.

¹⁹⁴ Sobre a crença na história, ver: HARTOG, François. **Crer em história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. Coleção História da Historiografia.

¹⁹⁵ PETTER, Augusto Castanho Maia; ARMANI, Carlos Henrique. No Eclipse da História: Afonso Celso e o Pensamento Monarquista no Brasil em Fin-de-Sicle. **Revista Expedições**, Morrinhos/GO, v. 8, n. 3, set./dez. 2017 – ISSN 2179-6386, p. 294.

¹⁹⁶ Pego de empréstimo o termo da hipótese do historiador indiano Dipesh Chakrabarty de “provincializar a Europa” (Cf. BENTIVOGLIO e CUNHA, 2019; CHAKRABARTY, 2008), mas com [grandes] ressalvas. Longe de um projeto de estudos decolniais, o otimismo de Afonso Celso chega a colocar o Brasil como uma nação superior a qualquer outra, inclusive s europeias. Não atesta essa possibilidade em outros países da América

Somos ainda uma aurora. Chegaremos necessariamente ao brilho e ao calor do meio dia. Ao terminar o século XIX, já constituíamos a 2ª potencia do Novo Mundo, a 1ª da America do Sul, a 1ª em extensão e a 3ª em população da raça latina. Seremos a 2ª ou a 1ª do orbe, quando a hegemonia se deslocar da Europa para a America, o que fatalmente sucederá.¹⁹⁷

Ainda que tenha se mostrado extremamente esperançoso, não apresentou as condições possíveis de ascensão do Brasil no cenário mundial. Essa expectativa não se baseia em experiências, e isso é perigoso, como adverte Koselleck: “Quem acredita poder deduzir suas expectativas apenas da experiência, está errado. Quando as coisas acontecem diferentemente do que se espera, recebe-se uma lição. Mas quem não baseia suas expectativas na experiência também se equivoca. Poderia ter se informado melhor.”¹⁹⁸. Nesse sentido, ainda viveu quase quatro décadas sem ver suas expectativas tornarem-se realidade. A restauração monárquica no Brasil ficou somente no horizonte, desaparecendo cada vez mais ao longo da Primeira República e, principalmente, na Era Vargas.

Se em *Guerrilhas* diagnosticava “Que é hoje a Patria senão imensa ruina?!”,¹⁹⁹ encontrara-se mais otimista em *Porque me ufano de meu país*, mesmo apresentando possíveis perigos à superioridade da nação em relação às outras. Em carta endereçada à Isabel em 13 de maio de 1893²⁰⁰, manifesta a dificuldade de prever os destinos do país, mas mantém a esperança:

Ninguém, á visto d’isto, ousará prophetisar o porvir n’um paiz, em que descoberta, independencia, abolição, mudanças de regimen - todos os sucessos notaveis de sua historia - sempre se operaram de modo mais ou menos imprevisto, inopinado e anormal.
Que novas surpresas nos reservará o destino?!
Cabem mil possibilidades no bojo inescrutavel do amanha.
Cheio de incertezas o futuro, pondera um philosopho, - porém, mais cheio ainda de esperança.²⁰¹

Esse “otimismo” foi acompanhado de uma política mais branda a partir do governo de Campos Salles (1898-1902), período em que Afonso Celso tornou-se mais ativo nas instituições em que participava, publicando menos seus escritos e, principalmente, tocando

Latina ou do continente asiático, por exemplo, se trata somente de uma demonstração exacerbada (e sem bases sólidas) de esperança no futuro nacional.

¹⁹⁷ CELSO, 1900, p. 198.

¹⁹⁸ KOSELLECK, 2006, p. 312

¹⁹⁹ CELSO, 1895, p. 93.

²⁰⁰ A carta foi enviada com o intuito de dedicá-la e presentear-la com o livro *O Imperador no Exílio*, e foi anexada à edição aumentada do livro. Não consta a data desta publicação, somente indica ser do 2º milheiro.

²⁰¹ CELSO, 1897, p. LXXXVIII.

menos no assunto da política nacional. Permaneceu monarquista, mas se envolvendo em menos embates políticos com os governos republicanos.

Um momento importante de transição de sua participação no IHGB é a eleição para orador do Instituto, cargo que demandava maior participação do Conde na instituição e sua atuação na vida intelectual do Rio de Janeiro.

2.3. Da tinta à fala - uma transição

Os poetas nascem, os oradores se fazem.
Afonso Celso, Oito anos de Parlamento (1901)

Ainda que tenha feito parte continuamente das comissões permanentes do Instituto, subir a um cargo da mesa administrativa é certamente um marco na passagem de Afonso Celso pelo IHGB. Foi eleito, com unanimidade, para orador da instituição em 21 de novembro de 1906 e iniciou suas atividades no cargo em 1907.

Com a morte de Olegário Herculano em 1906, o 1º vice-presidente, Marquês de Paranaguá (1821-1912) assumiu a presidência até a próxima eleição. Naquele momento estava sendo redigido um novo Estatuto para o IHGB - comissão que Celso integrava. Ao cargo de Orador, segundo o artigo 34 do novo Estatuto, competia: “§1º Pronunciar o discurso de recepção dos novos sócios. § 2º Fazer o elogio histórico dos sócios falecidos durante o ano social.”²⁰². Afonso Celso já tinha alguma experiência enquanto orador, mas no caso de discursos parlamentares. Desde a juventude na faculdade de Direito em São Paulo e militante republicano, estava acostumado à argumentação. No IHGB, contudo, os discursos tinham diferente teor. Sobre a relação entre a retórica e a historiografia, Durval de Albuquerque escreve:

Embora os gregos nunca tenham definido a História como um gênero retórico-poético, como farão os romanos, segundo a classificação proposta por Aristóteles, a historiografia faria parte do *gênero epidítico*, que se distinguia dos gêneros *judicial* e *deliberativo*, não por ter ou não um núcleo de verdade, por fazer ou não julgamentos de valor, mas conforme o tipo de participação do auditório, a postura que esse deveria ter diante dos discursos e pronunciamentos. O texto do historiador requeria um auditório que era

²⁰² ATAS IHGB, 1907, p. 906.

apenas espectador, que ia ali para ouvir e não para deliberar ou decidir e, portanto, devia ter sua atenção dominada pelo o que e como era contado.²⁰³

Assim, segundo os gêneros da retórica propostos por Aristóteles, Afonso Celso teve seu primeiro contato com o gênero judicial, enquanto bacharel em Direito, discurso com propósito forense e baseado em apurar fatos ocorridos no passado. Ao ser eleito para o Parlamento, passa a proferir discursos deliberativos, com propósitos políticos que definirão o futuro. Por último, ao subir ao cargo de orador do IHGB, lançou-se ao discurso *epidítico*, gênero voltado para reuniões solenes com objetivo de elogiar ou criticar pessoas ou determinados temas, ou seja, não tinha por finalidade a tomada de decisões como os anteriores, mas seu conteúdo e sua postura ainda eram importantes para a forma como suas palavras seriam recebidas pela audiência.

De todo modo, sua trajetória parlamentar trouxe conhecimento e experiência sobre como deveriam ser os discursos e seus locutores. Em *Oito anos de parlamento*, já nas *Observações finais* (capítulo XVIII), Celso discorre sobre a importância dos discursos na tribuna, seja para o início da carreira política como para a sua boa manutenção, e como eles devem ser construídos, pensando nas diferenças entre a escrita e a fala:

Em geral, se não sempre, os discursos decorados não calam, não causam móssa. A fôrma escripta diverge profundamente da forma oratoria. Para agradar na tribuna, convém certa imprecisão, certa redundancia, certas repetições, certas fluctuações e variedades de estylo que repugnam á forma escrita. Pode-se escrever o plano geral, os principaes argumentos, as imagens, quando muito o exordio e a peroração, nunca a parte expositiva e a demonstrativa. O orador deve pensar fortemente o assumpto, conhecel-o a fundo, architectar mentalmente o conjunto, preparar cuidadosamente os materiaes, porém empregal-os, modificando a sua disposição, conforme a situação do auditorio e as impressões que for recebendo.²⁰⁴

Dentre suas prescrições sobre os discursos parlamentares, indica alguns perigos, como o deputado promover uma primeira impressão a qual não conseguiria manter. Cita como exemplo o caso de William Gerard Hamilton (1729-1796), parlamentar inglês conhecido como *single-speech-Hamilton*, por ter causado enorme agitação em sua estreia oratória na Câmara dos Comuns e passado 40 anos sem subir novamente à tribuna. A partir daí, Hamilton

²⁰³ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA, Tânia Regina de. (orgs). **O Historiador e suas fontes**. 1ª edição. São Paulo: Contexto, 2017. p. 227.

²⁰⁴ CELSO, Afonso. **Oito anos de Parlamento**. São Paulo: Comp. Melhoramentos, 1898 [1901], p. 178-179.

teria guardado suas ideias em páginas de livros, inclusive aquelas sobre a oratória²⁰⁵. Sobre suas referências, Celso escreve:

Jeremias Bentham, autor dos *Sophismas Parlamentares* admira muito o tratado de Hamilton. Nesse livro, no dos Oradores de Timon e em outros, colhi preceitos que vou expôr entremeados e de reflexões individuaes. Mas a rhetorica seria facilima e dispensavel se pudesse ser condensada em pequeno numero de regras. Cumpre ao orador ser antes de tudo um espirito inventivo e criador, que saiba variar os seus processos, segundo as causas, as conjunturas, as occasiões e as relações.²⁰⁶

A obra de Timon Cormenin, *Livre des Orateurs*, é a mais citada durante a exposição de seus preceitos. Como apresentado na citação acima, a ideia não é colocar um número de regras para pronunciar um discurso, mas sim ideias gerais do que deve ser importante ao proferi-lo. Por isso, deu-se mais ênfase no comportamento do que no texto pronunciado, de fato.

Não se deve falar diante da Camara, pondera Timon, como se falaria diante do povo. O povo ama os gestos expressivos que se avistam de longe e por cima das cabeças; ama as vozes quentes e vibrantes. O recitador traz o olhar morno, o gesto falso. Nunca vibra com a assembléa. Não interrompe, com medo de que o interrompam. [...]

Não deve o orador, a toda hora, a proposito de tudo, subir á tribuna, discurrir, prodigalizar-se. Não se mostre altivo nem humilde: seja verdadeiro. Se a atenção da Camara estiver exausta, não peça a palavra, porque não será escutado e é mortal para um orador não ser ouvido. Não fale senão para dizer alguma cousa e não sómente para que conste que falou.

Enfim, reflecta que as leis vão determinar a felicidade ou a desgraça do povo, protegel-o ou opprimil-o, moralizal-o ou corrompel-o. Fale o orador como se o povo todo o escutasse, fale como se todo o povo o visse. Tenha sempre diante dos olhos a grande e veneranda imagem do povo.²⁰⁷

Além das características específicas dos discursos, assinala também a importância, segundo ele, do caráter do locutor ao expressar seu discurso:

A antiga definição do orador - *Vir bonus dicendi peritus* - comprova-se todos os dias. O bom orador, aquelle cujo discurso persuade e convence, não pode deixar de ser homem de bem. Só da palavra desse decorrem consequencias fecundas, salutaes e duradouras. Os scepticos, os de consciencia avariada, conseguem deleitar, arrastar mesmo, n'um dado momento, mas não inspiram a confiança necessaria ás grandes resoluções. A verdadeira eloquencia é a

²⁰⁵ Segundo Afonso Celso, Hamilton escreveu *Logica Parlamentar (Parliamentary Logic*, no original), mas não se interessou em publicá-lo. Contudo, afirma que nesta obra “Contém centenas de maximas e ponderações de que todo homem politico auferirá proveito.” In: CELSO, *op. cit.*, p. 178.

²⁰⁶ CELSO, *op. cit.*, p. 178.

²⁰⁷ *Ibidem*, p. 179-180.

paixão por uma causa justa. De tres maneiras a razão se convence: pelo character do orador, pela disposição do auditorio e pela força da argumentação. A primeira é a unica segura e efficaz.²⁰⁸

Importante enfatizar que tais definições sobre os discursos e oradores são voltadas para o exercício dos políticos dentro do Parlamento. De todo modo, nos ajuda a compreender algumas ideias que compuseram seus discursos enquanto orador do Instituto. Ainda que a função de orador no IHGB fosse quase que restrita à homenagem de sócios falecidos e as boas vindas aos novos sócios, e tenhamos acesso apenas aos textos escritos (ou seja, não sabemos como o discurso foi proferido), os discursos presentes nas atas nos indicam algumas marcas presentes nas relações institucionais.

Em sua reeleição como orador, proferiu um discurso agradecendo os sócios que o elegeram para seguir no cargo, contudo, esse não era o assunto principal, pois em 30 de janeiro de 1908, o Barão do Rio Branco²⁰⁹ tomou posse da presidência do Instituto. Esse discurso tinha como objetivo também elogiar o antecessor, o Marquês de Paranaguá. Porém, tendo em vista a grandiosidade de José Maria da Silva Paranhos Júnior, chefe das Relações Exteriores e grande diplomata, o discurso de Celso tratou de analisar o histórico dos presidentes do Instituto, colocando o novo presidente como merecedor daquela posição, assim como foram os antecessores. Afonso Celso demonstra grande admiração por Paranhos, mesmo sendo oposto à atuação dele no regime republicano:

Notorio é que insuperaveis barreiras de hombridade e convicção me arredam do systema político a que o Barão do Rio Branco emprestou o solido sustentaculo do seu nome e da sua competencia.
Mas não estou falando em character individual; represento uma collectividade alheia á politica.
Falasse, entretanto, individualmente, e nada importava!
Prezo-me de ser, acima de tudo, bom brasileiro, isto é, patriota; e nenhum bom brasileiro, nenhum patriota, deixará de reconhecer a seguinte verdade, banal, de tão repetida, quero dizer, de tão incrustada na consciencia publica: o Barão do Rio Branco é um dos padrões do justo orgulho nacional.²¹⁰

²⁰⁸ *Ibidem*, p. 180.

²⁰⁹ José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1912), o Barão do Rio Branco (também conhecido como Juca Paranhos), foi um diplomata e historiador, filho de José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco. Foi encarregado de diversas negociações diplomáticas e autor de importantes tratados em questões de limites. Foi o 7º presidente do IHGB e durante sua presidência (1907-1912) estava à frente do Ministério das Relações Exteriores (1902-1912). Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/barao-do-rio-branco-jose-maria-da-silva-paranhos/biografia>. Acesso em: 17 jun. 2022.

²¹⁰ Atas, Tomo LXXI, 1908, p. 428-429.

Em muitos de seus escritos e falas dentro (e fora) do Instituto, Afonso Celso reafirma sua admiração por personalidades com viés político diferente do seu, não se rendendo à retórica romana dos discursos encomiásticos²¹¹. Como já foi citado aqui nesta dissertação, ele se manteve monarquista até o fim de seus dias, tendo participado ativamente na propaganda da restauração monárquica²¹².

Dentro do IHGB, esteve também na Comissão de Estatutos e Redação e na Comissão de admissão de sócios²¹³. No volume 117 da Revista (ou tomo 71), por proposta de Euclides da Cunha e outros sócios do Instituto, foi publicado um texto de Machado de Assis²¹⁴ intitulado *O velho Senado*²¹⁵ que, segundo consta na Nota que o precede, “É um trabalho histórico, que embora publicado alhures, está perfeitamente de acordo com os desígnios da Revista, na qual ficará para sempre lembrado.”²¹⁶. Como um prefácio, não ao texto, mas ao autor, Afonso Celso publicou um artigo sobre Machado de Assis, como forma de homenageá-lo: “Sobre a individualidade do pranteado escriptor, ahí vai um artigo firmado pelo illustrado membro da commissão de redacção - Sr. Conde de Affonso Celso, que assim recomeça a colaborar na Revista.”²¹⁷

Celso fez muitas exaltações à escrita do autor, além de destacar muitos aspectos de seu caráter, sempre revelando um sujeito circunspecto e um tanto misterioso. Esse caráter reservado, segundo Celso, se expressou também na religião:

Qual a sua lei íntima, a sua fê, a sua religião, a norma superior de seus actos? Não deixou nessa matéria, como no geral, asseverações categóricas [...] Mas não se manifestou dissolvente, nem profanador de cousas santas, o scepticismo que lhe atribuíam. Nem era o scepticismo que nega ou zombeteia.²¹⁸

²¹¹ “o uso de discursos e pronunciamentos na historiografia romana exerce uma função que estivera ausente nos historiadores gregos (pelo menos entre os mais conhecidos), ou seja, a função encomiástica, a função de elogiar, ressaltar o que seriam as qualidades, chegando mesmo à pura bajulação, daqueles que ocupavam os cargos mais importantes no Estado, notadamente o Imperador. Como denunciara Luciano de Samósata, no único tratado da Antiguidade sobre historiografia que chegou até nós [...], diz ele: ‘negligenciando contar o que ocorreu [os eventos], gastam seu tempo no elogio dos chefes e dos generais, elevando os nossos até as nuvens e depreciando os do inimigo além de toda a medida’.” In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, *op. cit.*, p. 229-230.

²¹² Este assunto foi abordado no capítulo 1 da dissertação.

²¹³ Atas, tomo LXIX, 1906, p. 499

²¹⁴ Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908) foi um jornalista, contista, cronista, romancista, poeta e teatrólogo. Seu nome além de constar como fundador da Academia Brasileira de Letras (ABL), é também reconhecido como o maior nome da literatura brasileira. Ver: <https://www.academia.org.br/academicos/machado-de-assis/biografia>. Acesso em: 18 jun. 2022.

²¹⁵ ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *O velho Senado*. In: **RIHGB**. Tomo LXXI (volume 117). Rio de Janeiro, 1908, pp. 199-216.

²¹⁶ *Ibidem*, p. 201.

²¹⁷ *Ibidem*, p. 201. Grifo meu.

²¹⁸ *Ibidem*, p. 203.

Nesse sentido, o Conde, ainda que católico fervoroso, demonstrou respeito ao escritor, pois, fosse ele crente ao que fosse, ou mesmo a coisa alguma, mantinha uma postura respeitosa às demais crenças. No entanto, ainda que entendesse que Machado de Assis não se mostrasse um homem afeito à religiosidade, Afonso Celso, ao longo de todo este artigo, presta seu reconhecimento ao caráter moral e ao legado do autor recorrendo em seus elogios a alusões cristãs,

é que Machado de Assis demonstrou a eficácia do esforço, da perseverança, da probidade intelectual e moral; demonstrou que, longe da política, das coterias, do tumulto, só pode triunfar; demonstrou que o trabalho honesto, aperfeiçoador indefeso dos dons outorgados pela Divina Manificência, alcança, mesmo no mundo, o justo galardão; demonstrou a irresistível força do escrúpulo, da mansidão e da bondade.²¹⁹

Não há marca sequer de alguma proximidade entre os dois escritores, apenas de admiração. Poeta desde a juventude, e reconhecido como um escritor em transição do Romantismo para o Parnasianismo, Afonso Celso faz comentários sobre as escolhas literárias de Machado de Assis no período em que o naturalismo francês despontava como uma “moda”:

E, note-se, estava em plena florescência literaria, quando grassou a escola denominada naturalista, despejando no mercado intellectual verdadeira torrente de espurcias.

Durante annos, pareceram triumphar as obcenidades e pornographias de Zola.

Quanta penna até então immaculada não cedeu á triste tendencia da época, assignando producções eivadas de impudicia!

Machado de Assis jamais transigiu; não sacrificou á moda; permaneceu na mesma attitude intemerata durante 50 annos de actividade nas letras.²²⁰

Este retorno à RIHGB levou Afonso Celso a estar cada vez mais próximo das atividades desenvolvidas no Instituto e da mesa diretora, como um sócio efetivo (para muito além do título).

Destaco ainda outro texto publicado na Revista por Afonso Celso, o Bi-Centenário de Ouro Preto²²¹. A publicação data de 1912, mas se trata de um discurso proferido em 8 de julho de 1911 pelo Conde (ainda orador do IHGB), nas comemorações do bicentenário da elevação de Ouro Preto à condição de vila. Essa comemoração, segundo Jussara Duarte Soares Dias²²²,

²¹⁹ *Ibidem*, p. 204.

²²⁰ *Ibidem*, p. 202.

²²¹ CELSO, Afonso. Bicentenário de Ouro Preto. **RIHGB**, Rio de Janeiro, T. 75, v. 125, p. 207-216, 1912.

²²² DIAS, Jussara Duarte Soares. História e política no processo de patrimonialização da cidade de Ouro Preto. **Temporalidades – Revista de História**, ISSN 1984-6150, Edição 32, v. 12, n. 1 (Jan./Abr. 2020), pp. 290-302.

representa um dos marcos para a patrimonialização de Ouro Preto, construída por intelectuais da cidade:

Político e também ligado ao ofício de historiador, Diogo de Vasconcelos foi bastante criticado por romantizar e seguir por um viés aristocrático e positivista, muitas vezes sem mencionar suas fontes. [...] assim como Xavier da Veiga, buscou ressignificar Ouro Preto, alinhando-a de acordo com os novos anseios da República. As comemorações do Bicentenário de Ouro Preto realizadas durante os dias 7, 8 e 9 de julho de 1911, contextualiza bem este momento por ter reunido esses “herdeiros das tradições” preocupados com a decadência e com o futuro da antiga capital. O próprio Diogo de Vasconcelos, juntamente com Nelson de Senna, Lúcio José dos Santos, Mário de Lima, Furtado de Menezes, Cláudio de Lima, João Veloso e outros, organizaram a festa do Bicentenário [...]. Estes políticos que também eram intelectuais, buscando um meio de ressignificar Ouro Preto por não ser mais a capital do Estado, transformaram-na em uma “cidade histórica”.²²³

Desse modo, a presença de Afonso Celso é de um filho ilustre, que mesmo não residindo mais na cidade natal, presta sua homenagem e contribui para essa patrimonialização em seu discurso. O conde passou uma parte da vida adulta em São Paulo e viveu o restante de sua vida no Rio de Janeiro, porém, foi em Ouro Preto onde nasceu. Nesse sentido, iniciou seu discurso apontando a relação entre ele, sua família e a cidade, e mantém essa linha narrativa de afeto ao longo de toda a fala. Em seguida, Afonso Celso falou de suas visitas à cidade depois que partiu de lá, sendo uma delas, em 1889, em companhia do pai e da família imperial.

De início, a principal motivação para a visita era seu avô, uma figura que descreve com grande afeto, constituindo um personagem muito importante de sua mocidade, e define-o “Portuguez de nascimento, fizera-se Brasileiro e dedicava o mesmo caloroso culto à Pátria de origem e á de adoção. Desde cedo, fixara-se satisfeito em Ouro Preto, onde constituiu família e donde não mais saiu.”²²⁴. Celso continua tecendo elogios entre lembranças que carrega de sua infância e a companhia de seu avô, mas o aspecto que procuro destacar aqui é relacionado à frase citada acima, pois ela demonstra uma origem de Afonso Celso pouco abordada, o que pode ser a razão pela qual defendeu vigorosamente, no livro *Porque me ufano de meu país*, o papel do elemento português na constituição do Brasil.

Além disso, ao longo do discurso lamenta também a mudança da capital de Minas Gerais de Ouro Preto para Belo Horizonte em 1897, reafirmando as qualidades da primeira, pois “Sim: Tudo merece Ouro Preto! Physicamente é mais que bela: é original, é superior ao

²²³ *Ibidem*, p. 296.

²²⁴ CELSO, 1912, p. 209-210.

vulgar.”²²⁵ . Seus elogios se iniciam aos aspectos físicos da cidade, e depois às figuras ilustres que ali habitaram e eventos marcantes de sua história, ou seja, reafirmando a necessidade e partilhando a ideia dos organizadores da comemoração, da visibilidade de Ouro Preto enquanto um patrimônio histórico:

E clamam que estás morrendo, Ouro Preto!
 Si, desgraçadamente, isso é verdade, morrerás de pé, como o imperador romano, envolto na purpura das tuas grandezas.
 Mas ha mortos immortaes.
 Subsistirás, perenne, na tradição, na poesia, na legenda, na excelsa vida subjectiva, superior á existencia material.
 Jerusalém, mais de uma vez destruida, converteu-se no sanctuario-mor da christandade.
 Em Roma, victima igualmente de repetidas eversões, assenta, com fundamento indemolivel, o soberano solio espiritual do mundo.
 Aqui mesmo, um poste de finamento ignominioso, um emblema de perpétua condemnação, transformou-se em fôco de permanente apotheose.
 Interprete dos ouro-pretanos ausentes, tambem o sou dos ouro-pretanos extinctos, pois, no conceito de um pensador, a morte separa menos do que a ausencia; a ausencia é um facto conhecido e experimentado, a morte um mysterio inescrutavel.
 Em nome de quantos aqui nasceram, viveram, luctaram, soffreram, agiram, sonharam, - bandeirantes, poetas, artistas, sacerdotes, juriscultos, estadistas, guerreiros - concito todos os que me ouvem, e traduzindo o sentimento accorde dos filhos de Minas, dos bons Brasileiros, dos amigos do bello, do nobre e do bem, concito-os a tomarem um compromisso, firmarem um juramento, adoptarem um imprescriptivel programma, concretizado neste lemma: Reviva Ouro Preto!
 Sim!
 Reerga-se Ouro Preto!
 Resurja Ouro Preto!
 Basta que o decretem a energia, a coragem, a perseverança mineiras, comprovadas em tamanhas iniciativas e realizações.
 O declinio de Ouro Preto importa uma iniquidade, uma ingratição, um sacrilégio.²²⁶

Para concluir o discurso, o locutor se volta diretamente para os jovens presentes, em agradecimento a eles e ainda para dar-lhes uma lição de patriotismo:

No triplice character de ouro-pretano, professor e Brasileiro, agradeço-lhes o precioso tributo que, sem receio de longa e incommoda viagem, vieram offertar a Ouro Preto.
 Ouro-pretano, sensibiliza-me a demonstração de acatamento á minha terra estremecida; mestre, verifico satisfeito quanta generosidade alevanta o coração dos discipulos; Brasileiro, accumulô motivos para, ainda uma vez, me ufanar do meu paiz. [...]

²²⁵ *Ibidem*, p. 212.

²²⁶ *Ibidem*, p. 214-215.

Aprendeí, practicar esses exemplos, meus jovens amigos, de exaltar mais e mais o Brasil.²²⁷

Firme em seu propósito ufanista de exaltar o Brasil por meio da cultura, Afonso Celso se mostrou mais atuante no IHGB nos primeiros anos do século XX. Seus testemunhos sobre a política nacional foram substituídos por uma atuação crescente na produção historiográfica brasileira, a partir do Instituto. Ainda que a produção escrita de Afonso Celso tenha diminuído, como demonstrou este capítulo da dissertação, sua colaboração com a história não diminuiu, apenas mudou de formas, inicialmente com a chegada ao cargo de orador e a aproximação com a mesa diretora. Segundo Lúcia Guimarães²²⁸, em virtude dos numerosos compromissos do Barão do Rio Branco, se tornou cada vez mais comum e recorrente que o Conde Afonso Celso o substituísse presidindo as sessões em que o presidente do IHGB estava ausente.

Nesse sentido, com a união da futura Trindade do Silogeu (Ramiz Galvão, Max Fleiüss e Afonso Celso), segundo a autora, parece criar-se uma sucessão natural de Rio Branco para Afonso Celso, nesse momento mais voltado para a produção intelectual, principalmente dentro do IHGB, do que para as questões políticas que o afastaram desse meio na década de 1890.

²²⁷ *Ibidem*, p. 215-216.

²²⁸ GUIMARÃES, *op. cit.*

Capítulo 3: Novo lugar, novos projetos: o ressurgimento do IHGB na República e a Trindade do Silogeu

Uma das grandes emprezas a que implicitamente se propoz o Instituto Historico e Geographico Brasileiro quando surgiu em 21 de Outubro de 1838 foi a de concorrer para a manutenção da unidade patria por meio dos élos intellectuaes.

De facto, a criação do Instituto despertou em todos os pontos do paiz uma fortissima corrente de sympathias e, consoante os desejos dos seus fundadores, o Instituto foi a *alma mater* das associações congeneres que appareceram no Brazil.

Pois bem, o Instituto Historico está hoje cumprindo outra missao benemerita, qual a de estreitar as relações de intelligencia com todos os paizes do continente americano.

A nosso ver a causa das desconfianças com os paizes que nos são vizinhos e com os demais da America provém do facto de não nos conhecermos reciprocamente.

Vivemos numa constante guerra de equivocos e dahi os contrastes e os dissabores.

O Instituto Historico será talvez um dos elementos para dirimir esses litigios antipathicos da nossa existencia continental.²²⁹

As palavras acima foram retiradas do balanço feito por Max Fleiuss na sessão magna aniversária do IHGB em 1911. O já secretário perpétuo lançava uma questão importante não só para o Instituto, como para o país: o estreitamento dos laços com o restante do continente²³⁰. Havia pouco mais de 20 anos que o Brasil saía do posto de “monarquia em um mar de repúblicas”, o que implicava diretamente na reconstrução de uma relação mais próxima aos países vizinhos, diferente da identidade criada pelo IHGB no século XIX, em oposição às repúblicas do continente, vistas como “inimigas externas do Brasil”²³¹.

Não só o relatório de Max Fleiüss representava isso naquele período. Em atas das sessões dos anos seguintes, a pauta retorna, seguida de ofícios e trocas com outras instituições do continente americano. De todo modo, os trabalhos de 1911 denotavam uma forte tentativa de estabelecer essas relações:

²²⁹ ATAS DO IHGB, 1911, p. 699.

²³⁰ “De acordo com Max Fleiüss, a iniciativa pioneira, por sinal de indiscutível valor historiográfico, ultrapassava o espaço acadêmico, devendo ser também avaliada por sua possível contribuição ao estreitamento das relações internacionais.” In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Limites políticos de um projeto intelectual para a integração dos povos do Novo Mundo: o Primeiro Congresso Internacional de História da América (1922). **Topoi**, v. 6, n. 10, jan.-jun. 2005, pp. 192-212.

²³¹ “Esta definição do nacional brasileiro em oposição às repúblicas do continente trouxe consequências políticas visíveis, por exemplo, na formulação da política externa do Segundo Reinado e nos desdobramentos futuros da história da região.” In: GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 7.

Em principio deste anno dirigimo-nos ao Sr. John Barrett, director geral da União Pan-Americana e enviamos-lhe varios exemplares da nossa *Revista* e das publicações do Instituto para serem distribuidos por meio da União Internacional das Republicas Americanas e o resultado é que actualmente o Instituto Historico se corresponde com grande numero de bibliothecas americanas que lhe remetem as suas obras e que desejam possuir nossas collecções.²³²

Outro exemplo dessa necessidade e das tentativas de aproximação foi a proposta apresentada na assembleia geral de 1911, de Roque Saenz Peña, então presidente argentino, como presidente honorário do Instituto. Nesta mesma assembleia, o presidente brasileiro em exercício, o Marechal Hermes da Fonseca, também foi proposto como presidente honorário. As duas propostas foram colocadas em votação e aceitas pelos presentes²³³.

Além de governantes e instituições estrangeiras, a aproximação do presidente da república brasileira não deve passar despercebida. Não que fosse estranho àquela altura a presença do chefe do Poder Executivo dentro do IHGB, pois outros ex-presidentes já tinham sido associados à instituição. O Marechal Hermes da Fonseca, quem antes não fazia parte do quadro de sócios, passou a frequentar algumas sessões em 1912²³⁴, ano em que Afonso Celso se tornou presidente do Instituto. A primeira sessão na qual o então presidente da república compareceu foi a 3ª sessão ordinária, em 11 de junho de 1912. Marcada na sessão ordinária anterior, esta tinha como objetivo a comemoração da vitória brasileira na batalha de Riachuelo, na Guerra do Paraguai, em 1865. Para isso, o Barão de Teffé, sobrevivente da batalha, foi convidado a falar sobre o ocorrido. Antes, porém, Afonso Celso abriu a cerimônia falando sobre a importância das vitórias militares para a história dos países. Considerando o livro “Advento da Ditadura Militar” escrito pelo Visconde de Ouro Preto, ou mesmo a experiência que Afonso Celso teve com o advento da república a partir de um golpe militar, esse discurso poderia soar contraditório. Por outro lado, poderia significar a tentativa de aproximar-se de Hermes da Fonseca, militar e (futuro) genro do Barão de Teffé²³⁵.

O Barão de Teffé primeiro se dirigiu às mulheres - que não foram inicialmente mencionadas como presentes na sessão²³⁶ - e iniciou seu discurso pedindo muitas desculpas, por não ser um homem de letras, principalmente se comparando a Afonso Celso - sempre

²³² ATAS DO IHGB, 1911, p. 699.

²³³ Actas da Assembleia Geral, 21 de novembro de 1911.

²³⁴ ATAS DO IHGB, 1912.

²³⁵ Hermes da Fonseca e Nair de Teffé se casaram apenas em 1913. Orsina Fonseca, primeira esposa de Hermes, faleceu em novembro de 1912.

²³⁶ Na proposta de mudança dos Estatutos de 1912, assim diz o artigo 53: “As sessões ordinarias e extraordinarias poderão assistir quaesquer pessoas, desde que se apresentem decentemente trajadas; quando, porém, por qualquer motivo, a sessão deva ser reservada, o 1.º secretário prohibirá o ingresso ás pessoas estranhas.”. In: ATAS DO IHGB, 1912, p. 369.

elogiado por ser dotado de um “charme” oratório. Desenvolveu na narrativa as suas memórias sobre a batalha de Riachuelo. Na ata há um indicativo da recepção: “Calorosos e prolongados applausos. O sr. marechal Hermes da Fonseca dirige-se ao sr. Barão de Teffé e abraça-o effusivamente).”. E continua: “O sr. CONDE DE AFFONSO CELSO (presidente). Creia v. ex.^a sr. barão de Teffé, que o applauso do chefe do Estado reflecte o da Nação Brasileira! (Calorosos applausos).”²³⁷

Outro momento no qual o presidente da república esteve presente no IHGB foi na sessão magna aniversária de 1912. Nesta, foi apresentada a conclusão de outra questão anteriormente levantada no Instituto: a localização da sede. Na referida data de 1911 em que foi discutida a aproximação junto aos outros países americanos, o relatório de Max Fleiüss havia destacado o seguinte, após o balanço financeiro:

Do que a nossa associação precisa urgentemente é de um edificio proprio, construido especialmente para os seus fins, isolado, e possuindo todos os requisitos que o premunam do perigo de um incendio.

Assim pensando, pedimos á competencia de um amigo illustre, o provector Engenheiro Francisco Peixoto, um projecto cuja execução poderá ser levada a effeito com a quantia de 196 contos.

Esse projecto, que poderá ser de prompto examinado pelos dignos consócios, e já mereceu do nosso eximio orador, Sr. Conde de Affonso Celso, encomiastico juizo num dos seus apreciados artigos do *Jornal do Brazil*, constitue hoje a nossa grande aspiração e não duvidamos um só momento da protecção dos poderes publicos, a qual nunca nos foi recusada, antes tem sido sempre generosamente concedida. [...]

Com effeito, nossas collecções de manuscritos, as riquezas o nosso Museu, nossa bibliotheca exprimem sem duvida, um thesouro que não deve ficar a mercê de um sinistro, sob uma razão menos justa de economia.²³⁸

Na sessão ordinária anterior, datada de 23 de setembro de 1911 e presidida por Afonso Celso²³⁹, foi inserida na ata uma nota sobre um incêndio que atingiu o prédio da Imprensa Nacional (local onde a Revista do IHGB era impressa) em 15 de setembro daquele ano. Certamente esse acidente contribuiu para as preocupações acerca do estado da sede do Instituto e para a preservação de seus documentos, levantando a discussão sobre a necessidade de um local mais seguro e apropriado para a continuidade de seus empreendimentos.

²³⁷ ATAS DO IHGB, 1912, p. 327.

²³⁸ ATAS DO IHGB, 1911, p. 698.

²³⁹ Ocupou a presidência da sessão por ser o membro mais antigo presente na falta do presidente e dos vices, segundo o estatuto vigente.

De volta à sessão magna aniversária de 1912, Escragnolle Doria²⁴⁰ leu o relatório do ano, pontuando sobre a nova sede do Instituto:

A construção do nosso edificio social, para o qual o Congresso Nacional votou a necessaria verba, tendo sido aberto pelo Gôverno o credito e estando no Thesouro Nacional a respectiva quantia, deve ser em breve iniciada. A demora havida tem sua origem na dificuldade de achar-se um terreno em local apropriado.²⁴¹

Uma nova sede para o Instituto como um local mais seguro para proteger o que havia sido ali produzido ao longo de mais de sete décadas tomou concreitude no ano seguinte. Essa função do IHGB foi declamada por Oliveira Lima na primeira sessão ordinária, em 22 de abril de 1913, a partir da conferência intitulada “Actual papel do Instituto Histórico”²⁴²:

O Instituto Historico e Geographico Brasileiro tem, pois, pelo que estamos vendo, um variado, nobre e fecundo papel a desempenhar na evolução da nossa cultura. Compete-lhe em primeiro logar ser o divulgador maximo das informações relativas ao nosso passado commum, isto é, á nossa tradição nacional, para tanto transformando seus archivos em deposito de documentos de character historico, officiaes e particulares, interessando todo o Brasil [...].

Ao longo daquele ano alguns acontecimentos agitaram as atividades do Instituto, como a preparação do Congresso de História Nacional (para ocorrer no ano seguinte), o falecimento do sócio e ex-presidente Campos Sales e a proposição, aceite e posse de Theodore Roosevelt, ex-presidente dos EUA, como sócio honorário do IHGB. Em meio a esses acontecimentos, a espera pela nova sede que abrigaria a instituição se estendeu até outubro daquele ano. Além disso:

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente*) propõe que na acta da presente sessão se lance um voto de profunda veneração á memoria augusta do sr. d. Pedro II, que foi protector perpetuo do Instituto, e promoveu a installação do Instituto no predio, em que hoje celebra a sua ultima sessão, e de reconhecimento á do sr. conselheiro Tristão de Alencar Araripe, por ter também concorrido para a manutenção do Instituto no mesmo predio.²⁴³

O sócio Norival Soares de Freitas levantou uma discussão sobre ter sido aprovado em dezembro de 1907 que o IHGB fosse reconhecido como de utilidade nacional: “É o caso de se fazer uma exposição nesse sentido ao illustre Ministro da Justiça e Negocios Interiores, para que declare o Instituto de utilidade nacional, como já se practicou com outras associações, de

²⁴⁰ Escragnolle Doria era o 2º secretário do IHGB, mas naquele momento desempenhava a função de 1º secretário, em substituição a Max Fleiüss, que havia tirado uma licença naquele período. Cf: ATAS DO IHGB, 1912.

²⁴¹ ATAS DO IHGB, 1912, p. 560

²⁴² LIMA, Oliveira. Actual papel do Instituto Histórico. In: RIHGB, 1913, pp. 485-493.

²⁴³ ATAS DO IHGB, 1913, p. 637.

certo não mais importantes, nem mais úteis do que o Instituto.”²⁴⁴. Em seguida, leu todos os atos oficiais que poderiam corroborar para essa discussão²⁴⁵ e se segue tal desfecho:

Sôbre as ponderações produzidas pelo sr. dr. Norival Soares de Freitas trava-se uma discussão, em que tomam parte os srs. conde de Leopoldina, Fleiuss, presidente e dr. Norival de Freitas, resolvendo o SR. PRESIDENTE nomear a seguinte comissão para, com elle, estudar o assumpto: drs. Lima Drummond, Alfredo Valladão e Martim Francisco.²⁴⁶

De volta à questão da sede, Fleiüss pediu que fosse transcrita na ata a notícia publicada no *Jornal do Comércio* sobre as sedes que o IHGB teve²⁴⁷ e Afonso Celso proferiu um discurso de adeus àquela sede²⁴⁸. Por mais burocrática ou tortuosa que a narrativa desses fatos tenha parecido, a conclusão que se apresenta aqui é a seguinte: as preocupações com o *status* do Instituto, fosse ele físico ou social, foram levantadas e postas em discussão, demonstrando um ponto importante do reerguimento do IHGB no período republicano, sempre vinculadas à continuidade dos empreendimentos gerais desde a sua fundação: uma identidade nacional (ainda muito pautada no Império) e a presença brasileira dentro do cenário intelectual internacional e da produção historiográfica.

Na sessão magna comemorativa do 75º aniversário do IHGB, em 21 de outubro de 1913, já em nova sede, foi destacada a organização do Congresso de História Nacional:

Releva consignar a deliberação tomada pelo Instituto, em sessão de 30 de Maio, sob proposta que apresentamos, quanto á convocação de um Congresso de Historia nacional, que se deverá reunir nesta capital de 7 a 16 de Septembro do anno proximo. É indiscutível o valor deste certamen, cuja noticia foi recebida com o maior applauso, despertando sincero interesse em todos os Estados da União e mesmo no estrangeiro. O exito completo desse emprehendimento está assegurado pelo prestígio dos membros da comissão executiva, que acceitaram a tarefa e á mesma se entregam com o maior empenho: Ramiz Galvão, Oliveira Lima, Manuel Cicero, Viveiros de Castro, Martim Francisco, Alberto Rangel, Escragnonle Doria, Gastão Ruch, Norival de Freitas e Vieira Fazenda; são individualidades nas quaes se deve confiar e a que prestamos tambem o nosso imperfeito, mas leal concurso.

Após os grandes azares das perdas dos dirigentes do Instituto - o Marquês de Paranaguá, do Barão do Rio Branco e do Visconde de Ouro Preto - e a reorganização da diretoria e dos estatutos do IHGB em 1912, e as atividades propostas e desenvolvidas em 1913, o ano de 1914 prometia ser um marco importante do Instituto, se vinculando às

²⁴⁴ *Ibidem*, p. 639-640

²⁴⁵ *Ibidem*, p. 640-649.

²⁴⁶ *Ibidem*, p. 649-650.

²⁴⁷ *Ibidem*, p. 638-639

²⁴⁸ *Ibidem*, p. 650-651.

tendências europeias vigentes dos congressos científicos. Enquanto o Novo Mundo procurava se adequar aos projetos intelectuais do Velho Mundo, este iniciava a Grande Guerra. A *Belle Époque* ficava para trás na Europa, mas seguia ecoando na América, e principalmente no Brasil, com a organização de eventos para discutir os avanços científicos.

Desde pelo menos uma década antes de sua realização, membros do IHGB já discutiam não só sobre a importância do Congresso de História Nacional, mas também sobre o programa a ser desenvolvido nele. Após a proclamação da República, a criação de novos símbolos e heróis²⁴⁹ resultou em um apagamento da história do Império, movimento designado dentro do IHGB como “deserto do esquecimento”. Vendo nessa expressão um grande problema para a escrita da história, era necessário resgatar esse período histórico:

Em 1903, João Mendes de Almeida e Afonso Arinos de Mello Franco propuseram um possível encaminhamento para o problema, quando aventaram a idéia de o Instituto promover um congresso de história nacional. A reunião representava uma boa oportunidade para fazer um balanço sobre a situação dos estudos de história pátria, trazendo para o centro dos debates as questões levantadas por Nabuco. E, quem sabe, tornar menos árido o *deserto do esquecimento* imposto pela República em relação à história do Segundo Reinado.²⁵⁰

Dadas questões de ordens diversas, a realização do congresso não ocorreu imediatamente após o diagnóstico de sua necessidade. Sua proposição formal só foi encaminhada à mesa diretora após a supracitada conferência de Oliveira Lima em 22 de abril de 1913, por Max Fleiüss e Afonso Arinos. A presidência da comissão executiva do congresso ficou a cargo de Ramiz Galvão, responsável pelo regulamento do evento.

Considerados não só os apontamentos feitos por Oliveira Lima, referências estrangeiras também foram tomadas como norte para a realização do congresso. Segundo Lúcia Guimarães²⁵¹, a divisão dos trabalhos do evento foi inspirada na tipologia definida por Langlois e Seignobos. Os trabalhos foram divididos em nove seções, cada qual correspondendo a uma especialidade dos estudos históricos, contando com um relator e um comitê científico. Dentro das seções, os textos eram divididos em duas categorias: teses oficiais e teses avulsas. A primeira categoria era voltada para escritos de especialistas

²⁴⁹ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017; ENDERS, *Op. cit.*

²⁵⁰ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007. p. 80.

²⁵¹ *Ibidem*, p. 82.

(convidados pelos relatores) acerca do tema da seção; enquanto na segunda, os próprios autores inscreviam seus trabalhos, de acordo com as regras estabelecidas.

Outra questão importante do congresso foi a escolha do recorte temporal. Se fazia necessário resgatar a história do Império, mas sem ultrapassar as balizas do distanciamento, postas pelo IHGB desde a sua fundação:

O recorte temporal coberto pelo Primeiro Congresso privilegiava, portanto, o período 1500-1871. É interessante notar que a fixação da última data-limite incorporava à história nacional boa parte do Segundo Reinado, tirando-o do tal *deserto do esquecimento*, aludido por Joaquim Nabuco. Por outro lado, a escolha daquele marco cronológico também é tributária da noção de distanciamento, defendida no Instituto desde a sua fundação, como necessária para que o historiador pudesse analisar os fatos com a devida isenção. Revela, ainda, coerência com a tradição do IHGB de não revolver episódios recentes da história política do país. No caso em questão, evitava-se tratar dos acontecimentos localizados no espaço de tempo compreendido entre a queda da monarquia e o advento do regime republicano.²⁵²

O objetivo aqui não é retomar toda a produção do Congresso de História Nacional²⁵³ mas apresentar brevemente a sua construção e a participação de Afonso Celso nele. Para resumir a participação da *trindade* na organização: Fleiüss apresentou a proposta formal e Celso nomeou Ramiz Galvão como presidente da comissão executiva. Além disso, Afonso Celso, enquanto “prata da casa”, foi incumbido de produzir uma tese oficial dentro da 5ª seção (História Parlamentar), intitulada “O Poder Pessoal do Imperador”. É dela que trataremos a seguir.

3.1. O Congresso de História Nacional: a sexta tese oficial, por Afonso Celso

Este trabalho está anexado junto ao livro “Oito anos de Parlamento” em uma edição aumentada, publicada após 1928. Os dois títulos tratam da história do Parlamento brasileiro no período imperial, contudo, enquanto “Oito anos de Parlamento” traz um texto memorialístico (intenção descrita pelo autor), “Poder Pessoal de D. Pedro II”²⁵⁴ se apresenta como um texto científico, baseando-se em referências de outros autores e documentos

²⁵² *Ibidem*.

²⁵³ Para isso: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. A escola do patriotismo. In: *Op. cit.* 2007. pp. 79-94.; _____. Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 18, pp. 147-170.

²⁵⁴ Em determinados momentos o texto aparece intitulado como “Poder Pessoal do Imperador” e em outros como “Poder Pessoal de D. Pedro II”.

pertinentes. A tese é dividida em cinco partes intituladas: I. Poder Pessoal do Imperador; II. Inversão das situações políticas; III. Os Programas dos Partidos; IV. Agitação Democrática; e V. “Addendum”. Os objetivos da tese são expostos logo no início do texto:

A these proposta pelo illustre relator da 5ª secção, dr. Augusto Tavares de Lyra, e subordinada ao titulo - *Historia Parlamentar* - refere-se evidentemente ao sr. dr. Pedro II, excluindo os nove annos de governo do fundador do Imperio.

As condições da presente memoria, o escasso tempo marcado para sua elaboração, e outras circumstancias não lhe permittem amplo desenvolvimento.

Tratarei do assumpto em traços rapidos, procurando demonstrar estas tres proposições que o synthetizam:

1ª O sr. d. Pedro II exerceu poder pessoal;

2ª Exerceu esse poder legitimamente, porque lh’o conferia a Constituição de 25 de março de 1824;

3ª Do exercício do poder pessoal do sr. d. Pedro II provieram beneficios para o paiz.²⁵⁵

Antes de analisar essas três proposições da tese de Afonso Celso é importante contextualizá-la dentro dos programas das seções do congresso. A seção anterior à de História Parlamentar era a de História constitucional e administrativa, com Alfredo Valladão como relator. Segundo Guimarães, a 4ª seção:

[...] apresentou um programa bastante ambicioso, composto por 18 extensos tópicos. Jurista e historiador, Valladão entendia que as instituições públicas deveriam ser cuidadosamente esquadrihadas, desde os tempos coloniais até o final do Segundo Reinado. [...] O peso maior do programa recaía sobre o período monárquico. Os tópicos oferecidos, contudo, se limitavam a uma compilação cronológica de decretos, leis, normas e demais atos oficiais, que regulamentaram a institucionalização e o funcionamento do Estado imperial.²⁵⁶

Ainda segundo a autora, a 5ª seção, de responsabilidade do dr. Augusto Tavares de Lyra, deu o mesmo enfoque e tratou de temas presentes na seção anterior como gabinetes, partidos, programas de governo, personalidades e debates parlamentares²⁵⁷. Como destacado na citação acima, e dentro de um paradigma de neutralidade do historiador, Guimarães salienta o quanto esse procedimento é passível de crítica, citando uma reflexão de Louis Halphen: “não bastaria ao historiador deixar levar-se (...) pelos documentos lidos um após

²⁵⁵ CELSO, Afonso. Sexta These Official do Congresso Nacional de Historia de 1914: Poder pessoal do Imperador - Inversão das Situações Políticas - Os Programmas dos Partidos - Agitação Democratica - Addendum. In: **Oito annos de Parlamento - Poder Pessoal de D. Pedro II**: reminiscencias e notas. Rio de Janeiro: Companhia Melhoramentos, 1928. p. 185.

²⁵⁶ GUIMARÃES, 2007, p. 84. Grifo meu.

²⁵⁷ *Ibidem*, p. 84.

outro, tal e qual se nos oferecem, para assistir à reconstituição automática da cadeia dos fatos.”²⁵⁸.

Conforme já destacado sobre a postura de Afonso Celso na elaboração da tese, esse texto difere-se de suas narrativas memorialísticas, aproximando-se mais da tentativa de um texto científico sobre história. Sobretudo, ao se comparar a forma como as demais seções sobre política foram elaboradas como compilações cronológicas e de documentos, é possível reconhecer, já pelas três proposições iniciais da tese do presidente do IHGB, o quanto seu texto não foi apenas uma série de compilados, apresentando propostas instigantes sobre as memórias e o legado do Império, figurado em Pedro II.

Nas primeiras dezoito páginas do texto, Celso esmiuçou suas duas primeiras proposições. Como anunciado no início de seu texto, ele não nega o uso do poder moderador pelo Imperador, afirmando que esse era um direito constitucional dele, e ainda que o seu uso foi benéfico. Para iniciar a comprovação de suas hipóteses, elencou Antônio Ferreira Vianna (1833-1903), político do partido conservador, como crítico do uso do poder moderador no Segundo Reinado: “Nenhum de vós desconhece a onipotência do chefe do poder executivo... Esta onipotência resulta não só do texto constitucional, como principalmente da longa pratica de abusos e excessos que os poderes invadidos e usurpados não poderão reprimir.”²⁵⁹. Essa crítica serve para reforçar a ideia de que o “primeiro asserto” de sua tese (o uso do poder moderador) era uma acusação frequente ao governo do imperador, mas com muitos fundamentos:

Facil é a prova do primeiro asserto. Basta recorrer-se aos annaes parlamentares e á imprensa, durante todo o correr do segundo Imperio. Nenhuma accusação foi tão repetida como a do poder pessoal do monarcha. Todos os estadistas, mais ou menos, a formularam, os jornais de qualquer matiz viviam a reproduzil-a, a opinião publica a aceitava, como cousa inconcussa e manifesta.²⁶⁰

Portanto, a crítica de Ferreira Vianna não era coisa incomum dentro da opinião pública. Contudo, Afonso Celso mobiliza a história do político conservador para uma virada dos fatos:

Verdade é que o sr. Ferreira Vianna, mais tarde, em 1888, ministro da corôa, a principio na pasta da Justiça, depois na do Imperio, teve ensejo de conviver com o Imperador, donde resultou attenuar-se, senão desaparecer, a severidade de seus juizos. Alma nobre e recta, rendia, por fim, plena justiça á elevação moral e ao patriotismo do sr. d. Pedro II. Victoriosa a Republica,

²⁵⁸ *Ibidem*.

²⁵⁹ VIANNA apud CELSO, 1928, p. 186.

²⁶⁰ CELSO, 1928, p. 185-186.

della se afastou, a ponto de lhe parecer suspeito e ser victima de perseguição. Morreu em digno retrahimento politico, apregoando as suas convicções monarchicas, e prestando piedosas homenagens á memoria do soberano, a quem, quando este em pleno poderio, tanto atacava.²⁶¹

Esse exemplo escolhido pelo autor assemelha-se muito à sua própria experiência com o monarca. Como apresentado no primeiro capítulo desta dissertação, Afonso Celso dedicou muitas linhas às críticas que dirigiu a Pedro II durante a sua passagem pelo Parlamento e, principalmente, ao arrependimento quando se aproximou dele no exílio e o quanto isso modificou sua visão sobre o período imperial e modelou sua visão sobre a então recente república.

Outra defesa feita à figura do imperador é a de uma frase que ele supostamente teria dito ao partir para o exílio em 17 de novembro de 1889: “Levei quarenta annos a carregar maus governos”. Segundo Celso, a frase não só não combinava com a postura do monarca (ainda que diante de uma situação de deposição), como havia sido divulgada sem comprovação histórica: “Quem garante, quem atesta, quem authentica a severa sentença, contraria ao temperamento, ao programma, ao constante pensar e proceder do suposto juiz, que, com tal sentença, malsinaria a si proprio e rebaixaria a nobreza de sua olympica estatura na Historia?”²⁶². Relembrando a duração de quase 50 anos do Segundo Reinado (e não 40, como diria a tal frase), concluiu: “esta injustificavel inadvertencia, esta absurda excepção de 10 annos tornam evidente a invencionice, põem a descoberto a inverossimilhança da balela.”²⁶³. Do erro de cálculo à falta de evidências comprovando o dito, o autor utilizou um argumento baseado em uma importante evidência para ele:

Ao redactor desta memoria, declarou sua magestade em Versailles, conforme se publicou nos *Vultos e Factos* (1892): “Imputaram-me actos que não pratiquei e palavras que não emitti, mas tranquilo espero que o bom senso e a justiça dos brasileiros hão de restabelecer a verdade.”. Assim deve ser e assim será.²⁶⁴

Ao acusar os divulgadores da frase supostamente proferida por Pedro II, Afonso Celso destacou a falta de evidências que comprovariam o fato, mobilizando o seu próprio testemunho como evidência de que a situação teria sido apontada pelo ex-imperador como algo comum dentro de seu legado político.

²⁶¹ *Ibidem*, p. 187-188.

²⁶² *Ibidem*, p. 189.

²⁶³ *Ibidem*.

²⁶⁴ *Ibidem*, p. 190.

Antes de discorrer sobre a segunda proposição, reafirma o caminho feito para a conclusão principal:

Pondo á margem as apreciações apaixonadas dos politicos, as falsidades ou exageros da maleficencia, os erros de julgamento dos contemporaneos, cuja observação nem sempre se mostra segura e fiel, inegável é que o poder pessoal do sr. d. Pedro II existiu e efficazmente actuou na direcção nacional. Os testemunhos citados, e inumeros outros que facilmente se invocariam, deixam acima de toda a duvida o facto assignalado e que ao historiador cumpre archivar.²⁶⁵

Sobre a segunda proposição, buscou responder às seguintes questões: era esse poder legítimo? Emanava da Constituição e das leis? Justificava-se ante o Direito e a Razão? Para todas, a resposta foi sim. Para desenvolvê-la, amparou-se na construção do Poder Moderador dentro da constituição de 1824, transcrevendo títulos e capítulos concernentes a ele. Celso ainda se colocou favorável à criação do quarto poder considerando os eventos do período nos quais se via um perigo de fragmentação ou recolonização do território, como a Revolução Pernambucana (1817) e a Revolução Liberal do Porto (1820). Essa defesa da constituição outorgada está intrinsecamente ligada à uma crítica dirigida à constituição de 1891:

Nem se argúa de despotica a Constituição de 1824. Ao contrario: no tocante ás garantias civis e politicas, á inviolabilidade das que têm por base a liberdade, a propriedade e a segurança individual é, porventura, superior á da Republica, promulgada 67 annos mais tarde. Quando muito, nada adiantou esta, em tão grave materia.²⁶⁶

Esse tópico é seguido de uma argumentação sobre a iminência da República ter sido não somente um fato marcante no Império, como algo possível dentro das linhas da Constituição de 1824, pois essa permitiria, por um processo rápido, a mudança de algum paradigma dentro da legislação pela assembléia: “era-lhe licito mudar a forma de governo, independentemente de qualquer outro poder”²⁶⁷. Ainda que houvesse objeção a isso, utilizando a sanção imperial e um possível veto do imperador, o funcionamento do parlamento permitia que, se a Câmara e o Senado tivessem aprovado o projeto nos mesmos termos, a sanção imperial era dispensada. Enquanto na República, o 4º parágrafo do artigo 90 da constituição instituiu: “Não poderão ser admittidos como objecto de deliberação no Congresso projectos tendentes a abolir a forma republicana federativa, ou a igualdade da representação dos Estados no Senado.”²⁶⁸. Seja para defender a existência e a aplicação do

²⁶⁵ *Ibidem*, p. 191.

²⁶⁶ *Ibidem*, p. 199.

²⁶⁷ *Ibidem*, p. 200.

²⁶⁸ *Ibidem*, p. 201.

Poder Moderador ou criticar mais uma vez a organização administrativa da República, mobilizou um paralelo entre passado e presente, partindo de sua experiência para criticar uma tentativa de fechamento do horizonte de suas expectativas. Contudo, o autor de *O Direito da Revolução*, deixou em sua conclusão uma possibilidade para a mudança:

Se os interesses collectivos requererem aquellas medidas, se a soberania popular quizer executável-as, só lhes restará o recurso supremo da revolução. Não ha a elasticidade da Constituição de 1824 que, embora estabelecendo o poder pessoal do Imperador, teve extensas vistas, alta isenção, justas garantias, acatamento á consciencia publica, comprehensão clara dos impulsos irrefreável do progresso.²⁶⁹

Para a terceira proposição, salientando as honras que o governo e os republicanos renderam a Pedro II mesmo após a sua deposição e exílio, Afonso Celso novamente valeu-se do recurso da biografia do imperador e de suas reconhecidas virtudes para reafirmar a excelência do Segundo Reinado:

A verdade é que nenhum adversario do principio monarchico, nenhum desaffecto do Imperador, poderá citar um acto de iniciativa particular deste e que se inspirasse em sentimentos subalternos, em más intenções. Sempre a sua acção foi na direcção do Bem e da Justiça. Errou, certamente, em muitas occasiões, mas errou procurando acertar e encaminhar o paiz para prosperos destinos. A sua intervenção individual mostrou-se constantemente moderadora, como prescrevia a denominação do seu poder, impedindo os excessos dos grupos dominantes, contendo as paixões, buscando dar a cada um o que lhe cabia, jamás perseguindo a ninguem, pondo em tudo uma nota de serenidade e circumspecção.²⁷⁰

Para destacar o uso benéfico do Poder Moderador, utilizou um trecho de Joaquim Nabuco em seu livro *O Abolicionismo*, sobre a participação de Pedro II na supressão do tráfico e na aprovação das leis abolicionistas²⁷¹. Além da questão da abolição, sublinhou:

O que Joaquim Nabuco assevera a respeito da interferencia de d. Pedro II na abolição applica-se a tudo quanto de bom se praticou durante o Imperio: melhoramentos materiais e espirituaes, estradas de ferro, navegação a vapor, telegraphos, colonização, immigração, exposições industriaes no paiz e no estrangeiro, instrucção publica. Todos os actos, leis, resoluções sobre esses

²⁶⁹ *Ibidem*, p. 203.

²⁷⁰ *Ibidem*, p. 204.

²⁷¹ “É certo que a acção pessoal do Imperador se exerceu principalmente desde 1845 até 1850, no sentido da supressão do tráfico e, desde 1866 até 1871, em favor da emancipação dos filhos nascidos de mães escravas. Foi essa influencia que produziu a lei Euzebio de Queiroz de 1850 e a lei Rio-Branco de 1871. Este facto, se o soberano quizesse escrever suas memorias e narrar a historia dos seus diversos ministerios, poderia proval-o por um grande numero de documentos. A parte que cabe ao Imperador em tudo que se executou pela causa da libertação é muito grande, é essencial.” NABUCO apud CELSO, 1928, p. 205.

assuntos receberam o salutar influxo do monarca. Se foi um crime, - *felix culpa*.²⁷²

Para corroborar seus argumentos, Afonso Celso apresentou dados quantitativos das finanças públicas, do crescimento das estradas de ferro (além de comparar as suas extensões com as de outros países do continente americano como México, Chile e Argentina) e da chegada de imigrantes ao Brasil durante o segundo Império.

Além disso, apontou a contribuição do “poder pessoal” para a política na reconciliação dos partidos, que produziu fecundos resultados²⁷³ sem citar possíveis críticas ao “carrossel partidário”²⁷⁴. Fez ainda uma distinção entre o Poder Moderador em si e o uso por Pedro II:

Na mão de um soberano arbitrario, voluntarioso, despotico, as amplíssimas atribuições conferidas pela Constituição houveram sido detestaveis. Nas de Pedro II foram benignas, instrumentos de paz, moralidade e progresso. O seu poder pessoal, longe de deprimil-o, abona-o. No exercicio, sobretudo, da amnistia, do perdão, do patrocínio ás nobres aspirações, no espirito de conciliação, manifestou-se de inexcedivel longanimidade, desinteresse, abnegação, merecendo o cognome Magnanimo que lhe deu o Instituto de França. A liberdade de imprensa e de reunião, bem como qualquer tendencia civilizadora, tiveram nelle um defensor e propugnador perpetuo.²⁷⁵

Os demais capítulos do texto não são dedicados a responder às proposições, pois as mesmas já haviam sido desenvolvidas em *O poder pessoal do Imperador*. Em *Inversão das situações políticas* é apresentada a chegada de Pedro II ao poder, através da “revolução parlamentar” de 1840²⁷⁶, e depois um histórico da composição dos ministérios do Segundo Reinado. Importante destacar aqui que o termo “revolução” não possui uma conotação boa ou ruim para o autor. O conceito aparece para designar fatos ou eventos tanto que agradam quanto desagradam Afonso Celso. Por exemplo: ele designa o Golpe da Maioridade como “Revolução Parlamentar de 1840”, mas denomina a queda da monarquia como “Revolução de 15 de novembro”. Reinhart Koselleck, ao analisar o conceito moderno de “revolução”²⁷⁷, nos apresenta a mudança no significado desse conceito em diferentes momentos, passando por uma ideia de algo próximo à guerra civil e depois até como um sinônimo de reforma. Conhecido como reformista desde sua passagem pelo Parlamento, Afonso Celso utiliza o

²⁷² CELSO, 1928, p. 205.

²⁷³ *Ibidem*, p. 206.

²⁷⁴ Referência à charge “Le roi s’amuse” (“o rei se diverte”) de Faria, publicada no jornal “O Mequetrefe” em 19 de janeiro de 1878.

²⁷⁵ CELSO, 1928, p. 205-206.

²⁷⁶ CELSO, 1928, p. 209.

²⁷⁷ KOSELLECK, Reinhart. Critérios históricos do conceito moderno de revolução. In: **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

conceito de “revolução” ora como um processo “natural” de mudança política (como no caso do Golpe da Maioridade), ora como uma ruptura brusca contra as linhas constitucionais que tanto defendia (como no caso da Proclamação da República), ora como uma necessidade para fazer valer os interesses da população, contestando as leis vigentes do período (no caso de uma restauração monárquica no Brasil).

Em *Os programmas dos partidos* descreve como se deu a organização do Partido Liberal e do Partido Conservador durante todo o Império, recuando ao início do Primeiro Reinado e passando pelas experiências políticas do período regencial, principalmente para justificar o golpe da maioria. Além disso, traça brevemente a organização republicana no período de 1870 a 1874²⁷⁸ resumindo assim os posicionamentos políticos da época:

os partidos políticos durante o segundo Imperio foram o conservador; o liberal, dividido, algum tempo, em liberal historico, liberal progressista e liberal radical; e o republicano.

Abolicionistas e escravocratas foram grupos transitorios, que se constituíram, durante a questão servil, sem os caracteristicos de verdadeiro partido.²⁷⁹

Em *Agitação democrática* inicia:

No Brasil, sempre dominou o espirito democratico. Mesmo na quadra do absolutismo, e não obstante o duplo cativo dos indios e dos africanos, nunca houve na sociedade brasileira os privilegios, as desigualdades, as odiosas seleções admittidas na metropole e na Europa. Constantemente, ouviam-se em nossa terra brados e protestos em pról da liberdade.²⁸⁰

Esse "espírito democrático" é apresentado por Celso desde o início da colonização, pois, segundo ele, “com a divisão em capitanias (1530-1535), tornou-se o Brasil quasi independente, pois aos donatarios transferiu a corôa a mór parte das suas prerogativas régias e direitos magestáticos”, como se os donatários não fossem portugueses, dentre os quais a maioria sequer viera ao Brasil para administrar as terras que lhe haviam sido doadas. Ainda nessa ideia de uma inspiração democrática desde o início da história brasileira, faz muitos comparativos à situação dos negros no Brasil e nos EUA, afirmando que a desigualdade social que os negros sofriam na América do Norte não existia no Brasil, pois aqui foram sempre tidos como cidadãos comuns, além de terem sido bem incorporados à sociedade “sem attritos, nem ressentimentos”²⁸¹ após a abolição da escravidão em solo brasileiro. Realçou ainda que

²⁷⁸ *Ibidem*, p. 229-231.

²⁷⁹ *Ibidem*, p. 231.

²⁸⁰ *Ibidem*, p. 232.

²⁸¹ *Ibidem*, p. 235.

“a inquisição não medrou no solo brasileiro, onde sempre se notou exigua influencia dos preconceitos de raça, côr e seita religiosa”²⁸². Essa negação da diferenciação entre raças no Brasil é recorrente nas ideias expostas por Afonso Celso em seus livros. Em *Porque me ufano de meu país* o autor separou capítulos para afirmar a contribuição de cada uma das raças para a construção do Brasil, arrolando quais seriam as contribuições dos nativos e dos africanos escravizados, se pautando em perspectivas racistas, além de fazer uma defesa mais extensa do elemento português como positivo nessa construção.

Essa ideia de um “espírito democrático” é pouco clara, uma vez que Celso utilizou de argumentos diferentes para demonstrá-lo, sem pontuar exatamente o que significava para ele esse conceito. Por exemplo, do período colonial, do Primeiro Reinado e da Regência, destacou várias revoltas e revoluções que marcam esse espírito, enquanto no Segundo Reinado prevalecem os dispositivos legislativos:

Reacção contra a prepotencia, anhelos de liberdade, impulsos democraticos animaram o quilombo de Palmares (1630-1695); a revolta de Beckman (1684-1685); a guerra dos Mascates (1710-1713); a manifestação nativista de Bernardo Vieira de Mello (1713); a explosão também nativista da guerra dos Emboabas (1708); o levante de Felipe dos Santos (1720), effectuado aos gritos de - Viva o povo! exclamando Felipe ao ser suppliciado: “Jurei morrer pela liberdade, cumpro a minha palavra”; a Inconfidencia Mineira (1789-1792); as revoluções de 1817, 1820, 1822, 1824 e 1831; as *rusgas* da regencia (1831-1837); a “Cabanada” do Pará (1834-1837); a “Sabinada” da Bahia (1837-1838); a “Balaiada” do Maranhão (1838-1841); a guerra dos Farrapos (1835-1845); a revolução liberal de Minas e S. Paulo (1842); a revolta Praieira (1848). Traduzem inspiração democratica as leis emancipadoras de 1831, 1850, 1871, 1885 e 1888.²⁸³

Assim, “democracia” para ele pode ser verificada em vários significados que não se agrupam: a ausência de preconceitos raciais, revoltas escravistas, revoltas de caráter econômico, a busca das elites (de ascendência portuguesa) pela liberdade, as contestações do poder regencial, até as leis abolicionistas. Essa miscelânea de eventos e ações são, segundo Afonso Celso, expressões de um espírito democrático brasileiro, mas não se confronta com o que seria o oposto disso, ou seja, quem estaria do outro lado dessa vontade democrática? Quem seriam os opositores? Contra quem ou o que esse espírito agiu? Assim como o conceito de “revolução” não possui um único significado, o de “democracia” parece ainda mais vazio.

Em *Addendum* fez uma longa exposição de vários “documentos a demonstrar que, se d. Pedro II exerceu poder pessoal, fez-o beneficentemente de modo a angariar-lhe reverencia.

²⁸² *Ibidem*, p. 234.

²⁸³ *Ibidem*, p. 235.

gratidão e saudade”²⁸⁴. Este capítulo se assemelha à estrutura da 4ª e da 5ª seção dos trabalhos do Congresso, segundo a descrição de Lúcia Guimarães. Contudo, ainda retoma, mesmo que já concluída, a terceira proposição da tese, para reafirmar o uso do Poder Moderador por Pedro II como algo benéfico para o Brasil.

Ainda que o Poder Moderador tenha sido um dispositivo constitucional (como o próprio Afonso Celso apontou em suas análises), ele é contrário às ideias anteriores levantadas por ele. Dizer sobre um “espírito democrático” que se manifestou, em alguns casos, contra o excesso de poder de alguns indivíduos, e defender o uso de um dispositivo que concentrava o poder nas mãos de um governante, é algo contraditório. Longe aqui de procurar coerência nos sujeitos históricos, mas se tratando de um intelectual com formação em Direito e defensor de que fosse realizada a vontade da população, não haveria nada menos democrático que aceitar a utilização do Poder Moderador. Fica claro na descrição de Afonso Celso que o dispositivo legal que dava amplos poderes ao Imperador não era algo aceitável, mas que apenas teria funcionado por ter sido exercido por Pedro II. Esse personalismo adotado pelo Conde interferiu nas suas ideias, modificando o próprio significado que ele atribuía a determinados conceitos e, conseqüentemente, a determinadas ações que deveriam ser tomadas dentro da política.

3.2. Direito de Goiás no litígio contra Mato Grosso (1920)

Às vésperas de um novo Congresso, o IHGB no início da década de 1920 teve outros compromissos antes dos preparativos de uma nova reunião científica. O Congresso Internacional de História da América estava marcado para ocorrer em 1922 no bojo das comemorações do centenário da Independência brasileira. Além dele, outras ações estavam envolvidas na efeméride. Uma delas, de grande importância e atuação de Afonso Celso é a transladação dos despojos mortais de Pedro II e Teresa Cristina, além da revogação do banimento da família real no território brasileiro em 1920. Sobre a relação entre a comemoração do centenário na República e a memória da família imperial, Armelle Enders escreve:

Com a aproximação do centenário, o governo de Epitácio Pessoa pôs fim ao ostracismo que pesava ainda sobre a família imperial e o passado monárquico. A comemoração difundiu e trouxe à cena uma vulgata da história nacional que reconciliava Tiradentes e dom Pedro I, os Braganças e

²⁸⁴ *Ibidem*, p. 242.

os fundadores da República. Eis aí um sinal da consolidação do regime, que não mais temia uma eventual restauração. E o fato de os Braganças do Brasil caírem em graça novamente traduz, na verdade, a influência dos historiadores monarquistas [...]. De fato, em 1922, veio a impor-se uma interpretação da história que via a República como uma realização ou a consequência lógica do período monárquico, materializando a marcha do Brasil para o progresso com o concurso de todos os seus filhos. Tal síntese despertou protestos por parte de jacobinos e florianistas renitentes, mas essas vozes dissonantes foram abafadas pela opinião da maioria, disposta a devolver a seu último César o lugar que lhe cabia na história nacional. Para simbolizar a complementaridade entre o Império e a República, o Brasil cunhou uma moeda de 2 mil réis mostrando no anverso o busto de Pedro I envolvido pela inscrição “aclamação da Independência”, e no reverso, a efigie do presidente Epitácio Pessoa.²⁸⁵

Esse momento de reconciliação entre o regime vigente e a memória do período imperial demonstra o modo inteligente e apaziguador como o presidente Epitácio Pessoa escolheu para manter a comemoração sobre um evento do período imperial, mas que naquele momento representava muito mais que isso: passava a representar um movimento de libertação do Brasil das garras da Metrópole, uma busca de liberdade que encontrava maior embasamento no regime republicano do que no seu antecessor.

Sobre as medidas tomadas por Epitácio Pessoa em relação ao passado imperial e a devolução do corpo do segundo imperador ao solo de origem, Afonso Celso fez vários agradecimentos durante as sessões do IHGB em 1920²⁸⁶. Dizer que aqui o presidente do IHGB fez as pazes com a República seria um exagero, contudo, ver os esforços de um presidente da República para “devolver a seu último César o lugar que lhe cabia na história nacional” com certeza representou um acerto de contas ao tratamento que havia sido dado ao monarca em sua deposição e banimento.

Outra questão importante do período, mas que recebeu menos atenção, foi a resolução de litígios envolvendo limites estaduais. Logo na primeira sessão ordinária de 1920 é apresentado um documento enviado pelo governo ao Instituto tratando sobre a situação:

<<Ministerio da Justiça e Negocios Interiores - Directoria do Interior. - N. 783 - 2ª secção - Rio de Janeiro, 12 de abril de 1920. - Sr. presidente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro - Tendo o Governo resolvido empregar os meios a seu alcance, para ver dirimidas, por ocasião do centenario da Independencia, todas as questões de limites interestaduaes, transmitto-vos, na inclusa copia, para conhecimento deste Instituto e os fins convenientes, o telegramma-circular que, sôbre tal assumpto, foi dirigido aos governos dos Estados, em data de 7 de Abril corrente.

²⁸⁵ ENDERS, *op. cit.*, p. 340.

²⁸⁶ ATAS DO IHGB, 1920.

Espero que essa associação, cujos serviços ao paiz são meritorios, preste o seu concurso ao Governo, na conferencia de 1º de Junho, nomeando um representante, afim de trabalhar, solidaria e patrioticamente, com os demais, no exame e na solução das referidas questões.

Reitero-vos os meus protestos de alta estima e consideração. - *Alfredo Pinto.*>>²⁸⁷

A cópia do telegrama-circular enviado aos governadores dos estados, remetida junto ao convite, também fornece importantes informações dos motivos e dos objetivos deste empreendimento:

Atendendo aos expressivos reclamos da opinião nacional e às inequívocas manifestações das sociedades scienteificas e patrioticas do paiz, bem como ás conveniencias politicas e administrativas de todo o Brasil, resolve o Governo Federal empregar os meios ao seu alcance para ver finalmente dirimidas, por ocasião do centenario da Independencia, as irritantes questões de limites interestaduaes, que prejudicam ao mesmo tempo a nossa concordia interna e o conceito da nacionalidade no exterior. Vivamente empenhado na realização de tal designio, está o Governo disposto a coadjuvar desde logo, com engenheiros federaes, destacados para o serviço de demarcação dos respectivos limites, os Estados signatarios de accórdos provenientes do Congresso de Belo Horizonte ou de outros já encaminhados no mesmo sentido. [...] ²⁸⁸

A divisão do território brasileiro era uma preocupação administrativa desde 1534, com as capitanias hereditárias. Ao longo do tempo, com os ganhos de território que culminaram no Tratado de Madri (1750) e questões geográficas, as divisões estaduais ganharam contornos diferentes, quando não resultaram em litígios. Em 1920, passado quase um século do Brasil ter sido elevado ao status de estado-nação, algumas questões territoriais internas não haviam encontrado solução. Se tornava indispensável, como parte das comemorações do centenário, organizar as fronteiras interestaduais, principalmente para demarcar a nacionalidade e apaziguar os conflitos territoriais entre os estados brasileiros.

Em resposta ao convite, Afonso Celso designou o 1º vice-presidente, Manuel Cícero Peregrino da Silva, para representar o IHGB na conferência promovida pelo governo que daria início aos trabalhos das pendências relativas às questões de limites, definindo a proposta do governo como “patriótica tentativa”.

Na quarta sessão ordinária, ocorrida em 16 de julho de 1920, o primeiro documento apresentado pelo secretário perpétuo é o relatório produzido por Manuel Cícero Peregrino da Silva sobre a Conferência de Limites Interestaduais, já que havia sido designado como

²⁸⁷ ATAS DO IHGB, 1920, p. 369.

²⁸⁸ *Ibidem*, p. 370. Grifo meu.

representante da instituição para a referida conferência. Segundo o relatório: “durante o período em que se reuniu a Conferencia, do 1 de Junho de 1920 a 14 do corrente, foram assignados septe accôrdos directos, e seis para solução por meio de arbitramento”²⁸⁹. Os sete acordos a que se refere são entre os seguintes estados: Pernambuco e Paraíba; Pernambuco e Ceará; Paraíba e Rio Grande do Norte; Minas Gerais e Bahia; Piauí e Maranhão; Minas Gerais e Rio de Janeiro. O relatório contém as resoluções dadas entre os estados e seus respectivos acordos. Contudo, como apresentado também no relatório, alguns estados não entraram em acordos, fazendo com que estes fossem resolvidos com base em arbitramento. Para isso, seriam selecionados pelo governo os representantes de cada parte, que deveriam apresentar na defesa documentos comprobatórios das solicitações territoriais de cada estado. Os casos nesta situação e seus respectivos árbitros foram: Minas Gerais e São Paulo (o presidente da República, Eptácio Pessoa); Goiás e Pará (Viveiros de Castro, Rodrigo Octavio e Alfredo Pinto Vieira de Mello); Piauí e Ceará (Washington Luís); Distrito Federal e Rio de Janeiro (o árbitro seria escolhido pelo prefeito do distrito e pelo presidente do estado); Pernambuco e Alagoas (Prudente de Moraes); Goiás e Mato Grosso (Afonso Celso, Prudente de Moraes e Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque). Outros casos ainda ficaram como pendentes, pois necessitavam de outras deliberações.

Afonso Celso foi escolhido como árbitro na questão de limites entre Goiás e Mato Grosso, ficando como representante do primeiro. Seu laudo foi publicado na RIHGB, no tomo 87, o mesmo que contém as referidas atas. É o primeiro texto apresentado no volume. Assinado como “da direcção”, o texto é assim introduzido:

Defendendo os direitos do Estado de Goiás contra as pretenções territoriaes de Matto-Grosso, o illustre sr. conde de Affonso Celso, na qualidade de árbitro, escreveu esta bela memoria, que ainda uma vez revelou seus altos predicados de jurista e historiador, e que poz termo feliz ao litigio secular de limites entre os dous Estados brasileiros. O precioso e lucido documento não poderia deixar de enriquecer as paginas da nossa *Revista*, que dest’arte rende tambem justo preito de homenagem ao egregio patricio, luminar das nossas letras.²⁹⁰

O Instituto, como bem apresenta desde o seu nome, foi envolvido em questões caras à Geografia desde o início dos seus trabalhos. Desde as viagens de naturalistas para conhecer os elementos da fauna e da flora, as contribuições etnográficas sobre os indígenas, até a

²⁸⁹ *Ibidem*, p. 454.

²⁹⁰ CELSO, Afonso. Direito de Goiás no litigio contra Matto-Grosso: exposições summarias e laudo arbitral. In: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo 87, vol. 141, 1920. p. 7

participação de diferentes membros como árbitros²⁹¹ em questões de limites, o envolvimento da Geografia nesses processos vinha para contribuir com a História na produção da nacionalidade e do sentimento nacionalista no século XIX. No século XX, como podemos ver, essa função não ficou para trás. A junção entre História e Geografia era patente para a manutenção da união nacional. Sobre a participação de membros do IHGB nas questões de limites, Manoel Luis Salgado Guimarães escreveu:

O conhecimento da história adquiriu um sentido garantidor e legitimador para decisões de natureza política, mormente aquelas ligadas às questões de limites e fronteiras, vale dizer, aquelas ligadas à identidade e singularidade física da Nação em construção. O domínio de um saber específico parece neste caso estar intimamente ligado à viabilização de um certo poder em vias de definição.²⁹²

Dentro da função como presidente, Afonso Celso estava acostumado a delegar os representantes do IHGB em solicitações tanto internas quanto externas. Nesse caso, foi determinado como árbitro de uma questão envolvendo a área do Direito, na qual se formara, mas também a História e a Geografia, ciências caras a ele enquanto presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O seu laudo, publicado na Revista, inicia com agradecimentos a outro membro do Instituto, encarregado da organização da biblioteca da associação²⁹³:

Agradeço ao meu amigo, sr. dr. Rodolfo Garcia, o valioso concurso que me prestou em a defesa dos direitos de Goiaz, no litigio de fronteiras com Matto-Grosso. Graças aos elementos historicos e geographicos que me proporcionou, pude sustentar a discussão perante o juizo arbitral, rebatendo, de modo irrecusavel, a meu ver, os argumentos *ex-adverso*.²⁹⁴

É natural que se tratando de um trabalho de natureza bem divergente dos anteriores analisados aqui, a escrita de Afonso Celso também se apresente completamente diferente dos demais textos. Contudo, é preciso reforçar as diferenças nas características tanto na escrita quanto na temática abordada:

²⁹¹ Sobre as diferentes formas de atuação dos historiadores como árbitros, ver: MENONCELLO, Aline Michelini. **Uma ajustada escrita da História: A historicidade dos atos historiográficos de julgar no IHGB (1870-1944)**. 2023. 199f. Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis. 2023.

²⁹² GUIMARÃES, 1988, p. 15.

²⁹³ Sobre as atuações de Rodolfo Garcia no cenário intelectual brasileiro, ver: BRÖNSTRUP, Gabriela D'Avila. **Um ofício polivalente: Rodolfo Garcia e a escrita da história (1932-1945)**. 2015. 142 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2015.

²⁹⁴ CELSO, *op. cit.*, p. 9.

Na bibliografia deixada por Afonso Celso percebemos a existência de dois traços constantes: o caráter autobiográfico e a admiração pelo Imperador D. Pedro II. No primeiro caso, a produção reflete a sua trajetória, no sentido tomado por Pierre Bourdieu, como uma série de posições sucessivamente ocupadas pelo mesmo escritor em estados sucessivos do campo literário. Aliás, o único trabalho que foge a essa característica é a monografia *Questão de limites*, onde estuda a formação territorial de Goiás, atendendo a uma solicitação do governo federal, que pretendia dirimir certos litígios interestaduais entre Goiás e Mato Grosso.²⁹⁵

Assim, o trabalho técnico exposto no texto *Questão de limites* nos apresenta mais uma faceta de Afonso Celso. Ainda que boa parte de sua produção se trate de memórias dele, tomadas como importantes para os estudos históricos de fatos vivenciados por ele. Aqui o objetivo e, conseqüentemente, os procedimentos são outros: reunir documentos para produzir uma História de algo alheio à sua vivência e ao seu testemunho.

Para que se possa contextualizar a questão, o texto é iniciado expondo a proposta feita pelos dois lados e a área em disputa. Após isso, a exposição sumária do árbitro de Goiás começa a sua apresentação por aspectos históricos envolvendo a disputa, datando do século XVIII. São descritas as propostas feitas pelos presidentes das províncias, bem como os espaços geográficos envolvendo as delimitações propostas. Ademais, a apresentação não se limita ao recurso narrativo, também utiliza de mapas do período que continham as limitações territoriais em disputa.

O laudo é dividido em exposições feitas sobre o tema pelo árbitro. A primeira tratou do exposto no parágrafo acima: sobre a situação do litígio no século XVIII. A segunda exposição tratou do recorte temporal do Brasil independente, utilizando dos mesmos procedimentos narrativos que a anterior. O texto todo apresenta uma grande quantidade de documentos levantados por Afonso Celso (com auxílio de Rodolfo Garcia) para resolver a questão. Além disso, o doutor em Direito voltava a se mostrar como um bom argumentador, e acima disso, como alguém disposto a solucionar o litígio. É exposto no documento que o estado de Goiás, defendido por Afonso Celso, foi o vencedor da questão de limites. O parecer final do árbitro contém muitos parágrafos iniciados com “considerando”. Muitas fontes foram consultadas, bem como a consideração dos argumentos contrários. Por isso, concluiu: “levados por sentimentos de concordia, Goiaz está disposto a ceder em beneficio de Matto-Grosso grande extensão de seu patrimonio territorial, para que seja dirimido o litigio”²⁹⁶. A postura conciliadora do presidente do IHGB se fazia presente mais uma vez, tornando-se também inexorável para a resolução da questão.

²⁹⁵ GUIMARÃES, 2003, p. 6.

²⁹⁶ CELSO, 1920, p. 49.

Cumpriu assim a sua participação na “tentativa patriótica” do governo em resolver as questões territoriais, retomada por ocasião da comemoração do centenário da independência brasileira. Este trabalho representa algumas questões já levantadas em outros momentos da dissertação, como a demonstração de patriotismo e a produção historiográfica em momentos comemorativos que fogem ao estilo padrão de Afonso Celso. Estando à frente de uma instituição voltada à escrita da história, o presidente precisava performar, tanto e principalmente fora dela, as regras institucionais que permeavam os trabalhos ali desenvolvidos. Não é explícito se a sua escolha como árbitro se deu pelo papel que ocupava dentro do IHGB, pois ele estava presente em várias outras instituições do período e já aparecia há algum tempo nos círculos intelectuais brasileiros. De todo modo, ao ocupar a presidência do Instituto e ser árbitro de uma questão envolvendo tanto a História quanto a Geografia, seu trabalho transmitia uma autoria institucional.

3.3. Centenário de Pedro II (1925)

Abrindo os trabalhos do ano social do centenário da independência brasileira, a primeira sessão ordinária, realizada em 21 de abril de 1922, apresentou dentre os seus assuntos a primeira proposta de realização da comemoração do centenário natalício de Pedro II:

Apresentada pelo SR. FLEIUSS é lida a seguinte proposta:

<<Daqui a pouco mais de tres annos, a 2 de Dezembro de 1925, occorrerá a data centenaria do nascimento de d. Pedro II. Este facto não póde deixar de ser convenientemente apreciado pelo INSTITUTO, a que o imperador tanto se dedicou.

<<Aliás, a figura de d. Pedro reflecte toda a nossa existencia politica num largo trecho de 49 annos.

<<Propomos, por isso, que o INSTITUTO nomeie uma commissão que desde já estude não só o plano de uma biographia do inclyto brasileiro, orientando-se pela indicação de Joaquim Nabuco na sua obra “*Um Estadista do Imperio*”, como tambem suggira as homenagens que devam ser prestadas á memoria desse principe, sob todos os aspectos digno de veneração nacional. 21 de abril de 1922. - *Affonso Celso*. - *Max Fleiuss*. - *Ramiz Galvão*. - *A. Tavares de Lyra*. - *Carlos Carneiro*. - *Antonio Olyntho*. - *Nuno Pinheiro*. - *Homero Baptista*. - *Rodolpho Garcia*. - *A. B. L. Castello Branco*. - *Raul Tavares*. - *Juliano Moreira*. - *João Lyra*. - *Manuel Cicero*. - *Coronel Liberato Bittencourt*. - *Alfredo Valladão*. - *Laudelino Freire*. - *Moreira Guimarães*. - *Eduardo M. Peixoto*. - *A. Pinto da Rocha*.>>

Unanimemente approvada a proposta, declara o SR. PRESIDENTE que opportunamente fará a nomeação da commissão nella solicitada.²⁹⁷

²⁹⁷ ATAS DO IHGB, 1922, p. 388-389.

Em 1923, já constituída a comissão, Fleiuss apontou em seu relatório, apresentado no 85º aniversário do Instituto, que a obra biográfica de Pedro II estava sendo elaborada e fez uma extensa defesa da sua necessidade para “glorificar o primeiro centenário do maior dos Brasileiros mortos e de seu melhor amigo e protector magnanimo”²⁹⁸. O início dessa obra foi apresentado na primeira sessão ordinária do ano subsequente, e continuada nas sessões ordinárias seguintes daquele ano²⁹⁹.

Em 1925, ano do centenário natalício de Pedro II, outros capítulos dessa obra empreendida pelo IHGB foram lidos nas sessões ordinárias. Sobre a participação de Afonso Celso nas contribuições para a biografia de Pedro II, Guimarães aponta:

De um modo geral, os organizadores procuraram dar à obra coletiva um fecho que reforçava a memória construída em torno da *persona* do Imperador [...]. Essa tarefa coube ao conde de Afonso Celso, que procurou enaltecer as virtudes cívicas, a veia intelectual e as qualidades de governante de Sua Majestade, no capítulo “O homem e o estadista - A linha moral e política do Reinado - Exílio e morte”. Diga-se de passagem, os mesmos traços seriam muito bem aproveitados pela historiografia, tanto nas obras mais tradicionais, como as de Pedro Calmon e Lidia Besouché, quanto nos trabalhos mais recentes, a exemplo do livro *As barbas do Imperador*, de autoria de Lilia Moritz Schwarcz.³⁰⁰

Outras comemorações internas foram organizadas, como a sessão solene em 2 de dezembro, a anexação de vários textos sobre o Imperador às atas das sessões no tomo 97, e a publicação do tomo 98 da Revista como edição comemorativa desta efeméride.

O presidente do Instituto publicou três textos na Revista naquele ano: *D. Pedro II e os Lusíadas*; *Glória ao magnânimo*; *Isabel, a redentora*. Os dois primeiros foram publicados previamente no *Jornal do Brasil* e, só depois, anexados à Revista. *D. Pedro II e os Lusíadas* no tomo 97 e *Glória ao magnânimo* no tomo 98. Já o texto *Isabel, a redentora* foi escrito especificamente para esse volume comemorativo, e se configurou no único texto que tem a filha, e não o Imperador, como foco central. Todos esses textos têm algo já comum nas obras de Afonso Celso: a exaltação da família imperial, que ele se tornou próximo ao se exilar após a Proclamação da República. No que se refere a D. Pedro II, o foco é sempre o quão exitoso foi o governo do imperador e as injustiças sofridas por ele com a queda da monarquia e sua

²⁹⁸ ATAS DO IHGB, 1923, p. 864.

²⁹⁹ FLEIUSS, Max. Relatório do secretário perpétuo sobre o ano de 1924. In: IHGB. **Atas das sessões de 1924**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927. pp. 459-471.

³⁰⁰ GUIMARÃES, 2007, p. 177.

expulsão de terras brasileiras, da qual, reforçando a exaltação das virtudes, o monarca supostamente nunca teria se revoltado.

Em *Glória ao magnânimo*, Afonso Celso iniciou respondendo ao artigo de Quintino Bocaiuva (1836-1912) publicado no jornal *O Paiz* em dezembro de 1891, em virtude da morte do ex-imperador. Antes da resposta, Celso cita um trecho do artigo de Bocaiúva:

A República que, na hora do seu triumpho, foi magnânima, hoje no momento em que desaparece de entre os vivos o sr. d. Pedro de Alcantara, só pode ter e só deve ter para com a sua memória o respeito devido a um brasileiro illustre que, ao menos pelo seu character e virtudes pessoaes, não deshonrou o Brasil e desempenhou, como pôde ou como soube, com boa intenção e animo recto, as altas funcções de que foi investido, como Chefe Supremo da Nação Brasileira.³⁰¹

Nesse ensejo, Celso utilizou-se dessa passagem para representar a figura de Pedro II como respeitável, ainda que não bem-quisto, mesmo diante dos partidários da República:

Quintino Bocaiuva, sempre intransigente nos seus princípios republicanos, sempre implacável na apreciação dos actos do monarcha, chamou-o, entretanto – brasileiro illustre, declarou-o credor do respeito da República, ao menos pelo seu character e virtudes pessoaes, reconheceu, assim, essas virtudes, affirmou que ele nunca deshonrou o Brasil, e desempenhou com boa intenção e animo recto as suas funcções de chefe de Estado. Nestas expressões está o maior elogio, a proclamação dos predicados excepcionaes; tudo ali está dito, de modo sombrio, comedido, mas completo. Merecer o respeito de rigorosos adversários, revelar character e virtudes, preencher com boa vontade e rectidão, como lhe foi possível e como o soube fazer, elevados e difficilimos encargos, é o mais que se deve exigir de alguém, e confessal-o importa enaltecer esse alguém.³⁰²

Celso afirma que, por ter desempenhado suas funções em tanto tempo (meio século), D. Pedro II teria sim alguns desafetos, mas o crédito de seus feitos foi maior que qualquer coisa. Como já destacamos acima, o objetivo deste artigo era enaltecer a figura de Pedro II, e para isso, apresentou essa eficiência do Imperador enquanto funcionário público e como, mesmo após sua destituição do cargo, nunca teria se revoltado contra aqueles que o depuseram. Além disso, esse enaltecimento se dá não só acerca de sua atuação, mas também na elevação deste a um grande vulto (ou grande herói), “um varão de Plutarcho”:

³⁰¹ Antes da resposta, Celso cita um trecho do artigo de Bocaiúva: “A República que, na hora do seu triumpho, foi magnânima, hoje no momento em que desaparece de entre os vivos o sr. d. Pedro de Alcantara, só pode ter e só deve ter para com a sua memória o respeito devido a um brasileiro illustre que, ao menos pelo seu character e virtudes pessoaes, não deshonrou o Brasil e desempenhou, como pôde ou como soube, com boa intenção e animo recto, as altas funcções de que foi investido, como Chefe Supremo da Nação Brasileira.”. In: BOCAIUVA apud CELSO, 1927b, p. 786.

³⁰² CELSO, 1927b, p. 787

Não se encontra em toda a galeria de summidades Moraes do passado quem sobreleve, na constante manifestação de elevados sentimentos e nobres ideaes, o Magnanimo, defensor perpetuo do Brasil. Guerreiros, estadistas, philosophos, conductores de homens, heroes, cidadãos, tiveram todos deslises, irreflexões, fraquezas que, se lhes não desabonam a memória, determinam, contudo, serias restrições no favorável julgamento. É o que se dá com Péricles, Cesar, Augusto, Marco Aurelio e, na phase moderna, com Henrique IV, de França, Luis XIV, Frederico da Prussia, e tantos outros. Grandes homens, sem duvida, mas com falhas numerosas e graves feitos nocivos à sua pátria. D. Pedro II, não: esse é deveras uma figura plutarchiana, merecedora de universal veneração, quer ao ponto de vista doméstico, quer ao cívico e social.³⁰³

Essa comparação com outros líderes visava reafirmar a postura calma do Imperador, já resgatada antes no texto quando fala do episódio da Proclamação da República. O retrato disso é o que conferia a Pedro II sua postura diplomática frente à sua governança. Seja em conflitos, seja nas relações exteriores, é essa postura que, segundo Afonso Celso, fez o Imperador ser bem quisto tanto pelos brasileiros quanto por cidadãos de outros países, como os EUA³⁰⁴:

soberbas homenagens [...] dos Estados Unidos da América do Norte, onde a sua lembrança persiste aureolada de singular prestígio, desde que de perto o conheceram, por ocasião da visita – a primeira de um monarca – em 1876, celebrando o centenário inicial da independência do Novo Mundo.³⁰⁵

Desse modo, Afonso Celso afirmava que as comemorações deste momento (1925) eram legítimas, dadas as informações por ele apresentadas, e por isso deveriam ser celebradas sem “politicagem”, invocadas pela “fé patriótica”. Em suas últimas palavras, destaca as instituições na capital (Rio de Janeiro) e no interior que carregam o nome de Pedro II: “Escola de Pedro II! Que magnífico programa!” e encerra: “Permitta Deus que todos nós sempre possamos dizer alunos dessa escola, sendo ella fonte permanente de ensinamentos para o paiz inteiro: Escola de Pedro II, isto é, escola do trabalho, do patriotismo, do austero cumprimento do dever!”³⁰⁶. Mais uma vez, Celso apelava para expressões de sua catolicidade: “fé patriótica” e um apelo à Providência em razão de seguir um exemplo do vulto de Pedro II.

³⁰³ CELSO, 1927b, p. 788

³⁰⁴ Pedro II fez uma visita ao país a convite do então presidente Ulysses Grant, para a Exposição Internacional da Filadélfia em 1876 – em comemoração ao centenário da Independência dos EUA. Nesta passagem, o Imperador brasileiro se tornou o primeiro monarca a visitar o país, o que, para alguns ainda hoje, demonstrou o prestígio de Pedro II para outras lideranças. Sobre o Brasil e a Exposição Internacional da Filadélfia, ver: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Imagens da nação, do progresso e da tecnologia: a Exposição Universal de Filadélfia de 1876. Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Ser. v.2 p.151-167 jan./dez. 1994.; MACHADO, Marina Monteiro; MARTINS, Monica de Souza Nunes. *A modernidade nas teias da floresta: o Brasil na exposição Universal da Filadélfia de 1876. Geosul*, Florianópolis, v. 32, n. 65, p. 68-86, nov. 2017. ISSN 2177-5230. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/21775230.2017v32n65p68>>.

³⁰⁵ CELSO, 1927b, p. 789.

³⁰⁶ *Ibidem*.

Em *Isabel, a redentora* são abordados alguns aspectos eleitos como fundamentais para o autor. A rigor, os períodos sob a regência da princesa são trazidos à tona para justificar sua boa governança, principalmente em sua atuação no processo da abolição, com a promulgação da Lei do Ventre Livre e da Lei Áurea, por exemplo. Além disso, elenca-se ainda suas virtudes domésticas (em categorias como boa filha, boa esposa, boa mãe) como forma de justificar também a importância de se resgatar a figura da herdeira de Pedro II para a História do Brasil.

O texto é introduzido com: “Nenhum brasileiro de consciência e coração, sejam quaes forem as suas convicções políticas, poderá desconhecer as altas virtudes domésticas e cívicas da princesa imperial do Brasil, e os inestimáveis serviços por ella prestados à sua Pátria e á Civilização.”³⁰⁷ Essa seção introdutória tem como subtítulo “As altas virtudes da Princesa Isabel”, exaltando a figura da Princesa, por suas filiações – seus pais (Pedro II e Teresa Cristina) e seu marido, o Conde D’Eu – e também por virtudes pessoais: “D. Isabel, Condessa D’Eu, é sem exagero uma das mulheres – senão a mais eminente que o Brasil e a América ainda produziram, uma das mais formosas e puras individualidades da história contemporânea.”³⁰⁸

Em seguida, traz-se “Os tres periodos regenciaes” para a apresentação, ressaltando já no início que a primeira regência de Isabel ocorreu quando ainda nem completara 25 anos, em 1871, sendo exercida ainda em outras duas ocasiões: 1876 e 1877. Ao longo dos breves parágrafos subsequentes, Afonso Celso lista as ações de Isabel à frente da função como chefe de Estado, afirmando: “Os seus três períodos regenciaes assignalaram-se por actos importantíssimos, reveladores de verdadeiro talento administrativo, caracterizado por espirito de iniciativa, confiança no paiz, patriotismo fora do vulgar.”³⁰⁹

O tópico seguinte, intitulado “A redemptora”, trata de elencar as contribuições de Isabel no processo de abolição da escravização – que deram a ela este título – na promulgação das Leis do Ventre Livre (Lei Rio Branco) em 28 de setembro de 1871 e Áurea em 13 de maio de 1888. Além de dar crédito à Isabel, Celso elencou os ministros que participaram da sanção e promulgação destas leis, alegando que “attestaram todos a intelligência, a cultura, o amor ao trabalho, o delicado escrúpulo da princesa”³¹⁰, e continua, “José do Patrocínio e André Rebouças, representantes da raça negra, receberam da excelsa senhora demonstraões do mais

³⁰⁷CELSONO, 1927c, p. 212.

³⁰⁸ *Ibidem*.

³⁰⁹ *Ibidem*, p. 213.

³¹⁰ *Ibidem*.

fino apreço”³¹¹, como se numa defesa de que o processo da abolição empreendido pela Princesa e seus ministros, não fossem deslocados da opinião de personalidades negras, mas sem atestar a participação destas no referido processo.

Nos tópicos que se seguem, “A princeza no exílio” e “A princeza na intimidade,” o apelo de seu texto vai ainda mais para os aspectos privados da vida de Isabel. No primeiro, aborda-se sobre a moradia na França onde estabeleceu seu exílio após a Proclamação da República e as honrarias que o governo francês lhe rendeu na ocasião da morte de seu pai. Já no segundo tópico, esclarece-se que o assunto é centrado na vida doméstica de Isabel, ou seja, seu papel enquanto mãe e esposa: “Assim, aos exímios predicados políticos, ligeiramente apontados, reunia a digna filha do Magnanimo, todas as qualidades da esposa e da mãe brasileira, o que por si só bastava para fazer credora do nosso respeito e admiração.”³¹².

Precede essa última citação, o apontamento de Celso acerca da religiosidade da Princesa: “Na religião, hauriu resignação e serenidade ante tamanha desgraça” (mesma página). Todavia, é só no próximo tópico que este assunto é melhor aprofundado.

“Increparam á princeza a sua religiosidade. Com effeito, era catholica praticante, de uma fé inabalável, - essa que o senhor dispensa apenas a seus eleitos. Mostrava possuir as virtudes christãs: benevolência, caridade, fervoroso zelo.”³¹³. Como a religião católica é algo muito importante para Afonso Celso, não é de se estranhar que esta apareça como um elemento indispensável para sua exaltação de Isabel. Entretanto, esse elemento é aqui ressaltado para denunciar as manifestações contra a religiosidade da Princesa:

Muito sofreu em consequência de franca manifestação dos seus princípios christãos. Os inimigos do throno desvirtuavam essa manifestação, assacando a d. Isabel a pecha de beata, fanática, intolerante. O terceiro reinado será o predomínio do clericalismo: - não cessavam de assoalhar os adversários do regimen monárquico. [...] Todavia, nenhuma acto positivo de intolerância ou sectarismo se lhe pode seguir.³¹⁴

Como exemplo de tolerância de Isabel, são destacadas as anistias concedidas a membros do clero envolvidos em conflitos com o governo e também a tolerância à maçonaria³¹⁵, já que o primeiro-ministro, o Visconde de Rio Branco, era grão-mestre dessa instituição.

³¹¹ *Ibidem*, p. 214.

³¹² *Ibidem*.

³¹³ *Ibidem*.

³¹⁴ CELSO, 1927c, p. 215.

³¹⁵ Ainda que a maçonaria não se configure com uma religião, é importante lembrar o conflito entre católicos e maçons desde o início do Império.

No último tópico, “A princesa e a abolição”, Afonso Celso retomou a questão da abolição na trajetória de Isabel, criticando a posição de quem dizia ter ela pouco papel nesse processo: “Outra injustiça é negar-se-lhe interferência directa e eficaz na abolição do captiveiro. O nome dela se acha indissolúvelmente ligado aos dois golpes decisivos sobre o nefando instituto.”, além de caracterizar a ação destes opositores como “ignorância, injustiça, ingratidão!”³¹⁶. A construção desse tópico é baseada em demonstrar que todos os esforços de Isabel foram de livre e espontânea vontade – contrariando as opiniões de pessoas próximas que a alertavam de que essas ações a fariam perder o trono –, além de decisivos na abolição, muito mais que outros esforços até, já que para Celso, a Lei do Ventre Livre e a Lei Áurea são diretamente responsáveis por fundar a escravidão. Para demonstrar essa adesão da Princesa e de sua família ao abolicionismo, Celso afirmou que:

Conheciam-se, de longa data, antes que o partido abolicionista houvesse ganho força e prestígio, as tendências emancipadoras da princesa e sua piedosa família. [...] O benemérito e tão mal julgado esposo da princesa, o Conde D’Eu, promovera a abolição no Paraguay, quando ali insigneiramente comandou o exercito brasileiro. Os jovens príncipes, filhos do casal, redigiam e por si sós imprimiam em Petropolis uma pequena folha abolicionista, o que se lhes incriminou como um escândalo.³¹⁷

A partir dessa citação, é visível a defesa que faz dos princípios morais da Princesa e como eles são atuantes em sua passagem pela governança do Brasil. Nesse sentido, Afonso Celso quer marcar Isabel como uma heroína, apontando suas qualidades morais (boa mãe, boa esposa, boa filha, boa governante, boa cristã/católica) como princípios que garantem a natureza de seus atos como benévolos e superiores a quaisquer outras manifestações e ações, sendo então “a redentora”, a principal personagem da abolição, que não teve os devidos créditos:

A sua intervenção para a victoria final foi poderosa, fecunda, peremptória, tanto mais galharda e merecedora de bênçãos [...] Contava, talvez, no seu coração immaculado, com a dedicação de toda uma raça redimida, com a fidelidade de um povo rehabilitado. Ilusão?... Mas que illusão generosa!³¹⁸

Isabel faleceu em 21 de novembro de 1921, ou seja, quase 4 anos antes da produção desse texto. Em uma busca rápida pelo índice da coletânea em homenagem ao centenário de Pedro II, não existem outros textos que enfoquem a filha do Imperador como objeto, somente este texto de Afonso Celso. A escolha de escrever sobre Isabel e não sobre Pedro II não foi

³¹⁶ CELSO, 1927c, p. 215.

³¹⁷ *Ibidem*, p. 216.

³¹⁸ *Ibidem*.

dita no texto, mas pode representar uma tentativa de resgate de um “como poderia ter sido” um Terceiro Reinado tendo Isabel como chefe do poder executivo. Mesmo que em outros momentos³¹⁹ teria abordado a fragilidade de um possível reinado de Isabel, sua descrição da filha do ex-Imperador preenche muitos requisitos a fim de representá-la como uma boa sucessora do trono.

3.4. Um balanço sobre Afonso Celso dentro do Instituto: as comemorações póstumas

Após o centenário de Pedro II, Afonso Celso ainda presidiu o Instituto por quase 13 anos. Essa presidência gerou muitos frutos para o IHGB, principalmente por duas peças fundamentais: Ramiz Galvão (1846-1938) e Max Fleiüss (1868-1943). O primeiro integrava o quadro de sócios desde a adolescência de Afonso Celso. Sua forte atuação na Biblioteca Nacional³²⁰ garantiu sua permanência como membro importante do IHGB, mas também o afastou por algum tempo do cotidiano e dos trabalhos ali desenvolvidos. Já Fleiüss ingressou em 1900 no Instituto, logo chegando à mesa diretora como secretário. A sua perpetuidade nesta função é algo natural, visto que a sua participação na criação e no desenvolvimento dos projetos era marcante desde a presidência do Barão do Rio Branco, não se alterando durante a presidência de Afonso Celso. O protagonismo de Max Fleiüss como secretário perpétuo não diminuiu o prestígio dos outros membros da trindade, eles pareciam atuar como um conjunto perfeito ditando o ritmo a ser seguido pelo Instituto.

Antes do fim da presidência, outro trabalho importante foi publicado por Afonso Celso: *Visconde de Ouro Preto: excerpts biographicos*³²¹. A obra em questão foi citada em alguns momentos da dissertação, portanto, não haverá aqui uma longa exposição de seu conteúdo. Contudo, se faz necessário aqui apontar e desdobrar as questões envolvendo a sua organização:

O presente volume foi organizado de accôrdo com a seguinte proposta apresentada na sessão do “Instituto Historico”, a 18 de Julho de 1927, conforme a respectiva acta:

³¹⁹ Em *Guerrilhas*, Afonso Celso chegou a cogitar uma restauração monárquica em nome de Isabel, mas sua baixa popularidade entre a elite escravocrata após a assinatura da Lei Áurea não permitiria que seu reinado vingasse.

³²⁰ Sobre a atuação de Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional, ver: CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. **O bibliotecário perfeito**: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional. 2015. 362 Tese (doutorado). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. 2015.

³²¹ CELSO, Afonso. **Visconde de Ouro Preto: excerpts biographicos**. Rio de Janeiro: Livraria do Globo, 1935.

“O sr. Othelo Reis propõe justificando amplamente o ponto de vista, que se reunam em livro os magistraes artigos, ultimamente publicadas pelo sr. conde de Affonso Celso, sôbre o Visconde de Ouro Preto, figura modelar, cuja vida, como a de outros insignes brasileiros já glorificados, precisa ser conhecida pela infancia do nosso paiz.

O sr. Agenor de Roure, em aditamento, propõe que esse livro constitua um volume especial da Revista do Instituto.

A proposta e o additivo são unanimemente aprovados.

O sr. conde de Affonso Celso agradece, visivelmente commovido, essa homenagem á memoria do seu egregio pae”.³²²

A proposta da publicação não partiu do presidente, mas a ela, ele, obviamente, não faria oposição. A obviedade trazida aqui não se dá só pelo laço familiar, mas também pela forma como Afonso Celso mobilizou a experiência de seu pai com a Proclamação da República para dar forma à sua própria experiência. Estes “excertos biográficos” representam mais um exercício memorialístico de Afonso Celso, apresentando ao longo de quarenta e três capítulos os aspectos públicos e privados da vida do pai. Para reforçar as questões políticas, adicionou ainda como anexo à obra o seu livro *O assassinato de Gentil de Castro* na íntegra. Contudo, não são apenas as suas memórias que compõem esta homenagem. O empreendimento historiográfico de junção de documentos históricos de e sobre o pai como comprovação das suas memórias, além de documentos anexos, apresentando o livro do Visconde *Advento da Dictadura Militar no Brasil*, os discursos dele na Câmara dos Deputados pouco depois de assumir o cargo de Presidente do Conselho de Ministros, além de sua certidão de batismo e seu testamento.

A aproximação entre família e ofícios é constante na trajetória dos Ouro Preto. Assim como Afonso Celso “Jr.” dedicou homenagens ao pai, possibilitou também a visibilidade à sua filha, Maria Eugênia Celso Carneiro de Mendonça, poetisa e sucessora do pai no meio intelectual. Em um movimento similar, Maria Eugênia foi convidada pelo Instituto a homenagear seu pai após o falecimento dele e depois em 1960³²³, para comemorar seu centenário natalício. As homenagens, escritas e discursadas, foram registradas nas páginas da Revista do IHGB, no volume 247.

O texto publicado no *Jornal do Brasil* na data de 11 de maio de 1960 por Maria Eugênia Celso, intitulado *Afonso Celso e o Instituto Histórico*³²⁴, encerra os textos de comemoração do Centenário de seu pai nessa edição da RIHGB, agradecendo a todas as

³²² *Ibidem*, p. 5.

³²³ No nº 247 da RIHGB, publicado em 1960, foram encontrados 9 textos sobre Afonso Celso: 2 deles escritos por Maria Eugênia Celso, 1 de Virgílio Corrêa Filho, 1 de José Kropke Frôes, 1 do Jornal do Brasil, 1 de Otávio Mangabeira, 1 de Ildelfonso Mascarenhas da Silva, 1 Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho e 1 de Hélio Viana.

³²⁴ CELSO, Maria Eugênia. Afonso Celso e o Instituto Histórico. **RIHGB**, Rio de Janeiro, nº 247, abr./jun., 1960.

outras homenagens e também a Deus por ter lhe dado vida suficiente para presenciar tal momento – graça essa que não foi dada aos outros quatro irmãos que faleceram antes. Nesse texto, Maria Eugênia apresenta a relação de seu pai com o Instituto e como isso influenciou a própria relação dela com o IHGB, onde presenciou importantes eventos com líderes internacionais, e sendo oradora em alguns momentos mais “íntimos” – mais importante, talvez, tenha sido na série de *Exaltação à Mulher Nacional*, falando sobre *O Espírito e o Heroísmo da Mulher Brasileira*.

Maria Eugênia Celso faz ainda uma breve trajetória de seu pai, do nascimento, passando pelo momento onde deixa a casa dos pais em Vila Rica e parte para São Paulo rumo à Faculdade de Direito, onde mora com seu tio Martim Francisco de Andrada (conhecido como “o moço”). Sobre o início de sua carreira, ela descreve-o: “Belo rapaz, orador inato, abolicionista declarado, republicano da propaganda, escrevendo nos jornais, falando nos teatros, fazendo versos, foi o estudante mais afamado do São Paulo daquela época.”³²⁵.

A partir daí, começa a descrever a carreira profissional de seu pai, além do momento em que a família começa a se formar, ou seja, o momento em que ele conhece sua esposa (mãe de Maria Eugênia) e constituem a família. Da atividade como deputado, ela destaca a obra *Oito anos de parlamento*, na qual Afonso Celso descreveu sua atuação política na Câmara até às vésperas da República.

Sobre a reação de Afonso Celso à República, Maria Eugênia só comentou sobre seu exílio voluntário em solidariedade ao pai e como se desenvolve sua relação com o Imperador, tornando-o monarquista. Essa virada de posicionamento político fez com que seu amigo Assis Brasil o chamasse de “Príncipe do Ostracismo”. Além disso, salientou também a importância dos 40 anos como professor de Direito e dos 17 anos como Diretor da Faculdade onde lecionava todas as disciplinas e era especializado em Economia Política. Sua relação com os estudantes, desde os ingressantes, era de pleno respeito, tratava-os sempre como colegas de trabalho. Contudo, ainda que fosse uma figura ilustre, Afonso Celso ao presidir a Ação Social Nacionalista³²⁶, sofreu muitos ataques que sua filha caracteriza como injustiça, pois, segundo

³²⁵ *Ibidem*, p. 352.

³²⁶ Há poucas e confusas informações sobre a participação de Afonso Celso em tal instituição, somente Maria Eugênia comenta sobre isso. Sobre a organização temos a seguinte definição: “Movimento também denominado ‘camisas azuis’, provavelmente criado em 1935 no Rio de Janeiro (então Distrito Federal). Definia-se como social-nacionalista e afirmava lutar ‘pelas tradições da família brasileira’. A entidade conseguiu alguma projeção quando passou a se opor ao prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto, acusando-o de favorecer os comunistas, que então atuavam na Aliança Nacional Libertadora (ANL). Pertenceram à organização Evergisto Souto Maior, José Carlos de Sena Vasconcelos e Joaquim Bueno Brandão, entre outros.” Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acao-social-nacionalista>. Acesso em: 01 abr. 2023.

ela: “cuja bandeira fora hasteada pelo mais puro, mais ardente, mais desinteressado patriotismo”.

Como forma de recuperar a imagem de seu pai, apontou seu título nobiliárquico dado pelo Papa Pio X, como demonstração do exemplo moral que Afonso Celso seria enquanto católico. Além disso, destacou as ações tomadas em relação ao patrimônio histórico brasileiro como: a estátua do Imperador na Quinta da Boa Vista e em Petrópolis; transladação dos despojos imperiais para a Catedral de Petrópolis; e a participação na Comissão do Monumento do Cristo Redentor. Como forma de dar continuidade a esse tipo de trabalho, Maria Eugênia colocou-se como responsável por criar uma sala no Instituto com todos os materiais de trabalho de seu pai, a fim de guardar sua memória dentro do IHGB.

O outro texto produzido por Maria Eugênia Celso trata-se de uma Conferência dada no Instituto na data de 31 de março de 1960 – data exata do centenário de seu pai. Apenas modificado o formato por alguns detalhes, a conferência contém as mesmas palavras que foram escritas no texto anterior, adicionando-se apenas alguns versos de poemas escritos por Afonso Celso.

Destaquei aqui as palavras de uma filha sobre um pai, mas que representaram uníssono com as demais homenagens prestadas por amigos e contemporâneos do presidente perpétuo do Instituto. As virtudes de Afonso Celso foram sempre levantadas como parte de seu legado. A sua participação no IHGB como sócio efetivo, orador e presidente perpétuo também são citadas, e suas contribuições nestas funções ainda mais em segundo plano. O exemplo do patriotismo sempre foi a virtude epistêmica mais destacada, seja em seus escritos, seja nas suas ações dentro e fora do Instituto. Esse patriotismo, tão forte nos contextos político-culturais das décadas de 1930 e 1960, encontrou lugar para ser realizado em vida e postumamente na figura de Afonso Celso.

Considerações finais

A trajetória de Afonso Celso é longa e marcada pela polivalência. A intenção deste trabalho foi apresentar algumas de suas funções dentro do cenário intelectual do final do século XIX e primeiras décadas do século XX, além de analisar as suas produções sobre história.

A sua função de historiador é marcada por várias outras funções. A produção memorialística e biográfica lhe rendeu o reconhecimento como historiador, levando-o a integrar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lugar de referência para a produção da história no século XIX. Como sócio efetivo, suas memórias ainda foram consideradas como importantes dados para historiadores do futuro, pois fazer uma história do tempo presente, principalmente pautada nas questões políticas, continha, oficialmente, um veto dentro do IHGB, contudo, se tratava de uma prática comum na escrita³²⁷. Como orador, apresentou-se como um modelo de retórica, já experiente desde a juventude na faculdade de Direito e depois como parlamentar. Como presidente, representou papel imprescindível juntamente com Ramiz Galvão e Max Fleiüss. Os três figuram como os sócios mais importantes para a instituição na primeira metade do século XX. Fleiüss, secretário perpétuo por quase quarenta anos, representou um protagonismo notável na presidência de Afonso Celso, sempre envolvido na proposição e organização dos principais eventos promovidos pelo IHGB entre 1912 e 1938. Além da participação no IHGB, seu ufanismo e o catolicismo marcaram fortemente a sua concepção histórica.

O nacionalismo crescia à mesma medida que o imperialismo europeu avançava, em busca principalmente de recursos que abastecessem a produção industrial crescente em fins do século XX. Afonso Celso utilizava do ufanismo edênico para elencar a quantidade e a qualidade dos recursos naturais brasileiros, transformando isso em uma grande pauta do patriotismo. Contudo, isso poderia também ser motivo de tentativas de recolonização do Brasil. Por isso, Celso mobilizou ainda o povo brasileiro como guerreiros que defenderiam

³²⁷ Segundo Isadora Maleval: “Ainda que fosse premente o recurso à censura do tempo presente pela instituição, em alguns momentos em que a urgência política se fazia sentir, em função, evidentemente, da exaltação e salvaguarda do governo de D. Pedro II e da unidade territorial do Império, os constrangimentos epistemológicos da disciplina histórica ficavam em segundo plano. Assim, podemos concordar que a “invisibilidade” do tempo presente na historiografia brasileira do século XIX não impediu que ele fosse ‘um dos discursos fundadores da historicidade’.” In: MALEVAL, Isadora. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como receptáculo do presente (1838-1850). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 42, p. 627-650, set/dez. 2019. p. 629. Também sobre os limites da escrita da história no IHGB no século XIX, ver: MALEVAL, Isadora. **Entre a arca do sigilo e o tribunal da posteridade**: o (não) lugar do presente nas produções do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 2015. 350 f. Tese (Doutorado em História Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

seu território caso sofressem alguma tentativa imperialista. Ainda nesse sentido, aproveitou para opinar sobre a política nacional e os perigos do federalismo adotado pelos oligarcas republicanos em caso de uma invasão. A síntese histórica dos elementos naturais e humanos que compõem o Brasil desde a chegada dos portugueses fazia parte tanto de uma comemoração quanto um diagnóstico político-econômico do país e do mundo naquele período, tornando-se o “chefe venerável do nacionalismo brasileiro”.

Católico fervoroso, conde papal, membro da Cruz da Honra, tradutor de *A imitação de Cristo*, testemunha do milagre da filha Maria Eugênia antes acometida por uma paralisia e a sua cura nas grutas de Nossa Senhora de Lourdes... São muitos aspectos que conectam Afonso Celso e a Igreja Católica. Com todas essas ligações, sua escrita da história não fugiria ao providencialismo. Celso foi fortemente influenciado pelo Ultramontanismo, movimento que representou uma reação ao mundo moderno e a todo o conjunto de novas ideias que, começando a se esboçar nos séculos XV e XVI, adquiriram contornos definitivos após a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, como a separação entre Igreja e Estado. Afonso Celso se apresentou como crítico ao crescimento dos avanços técnico-científicos como motor do mundo, reafirmando o papel da Providência como esse motor do desenvolvimento humano. Segundo Lúcia Guimarães, “a Providência nessa concepção de história faz-se presente em toda a parte. E mais, sempre se mostrando diligente e operosa. Causa primeira e última pode ser invocada como razão de ser de todos acontecimentos e situações”³²⁸.

Ultramontano, ufanista, monarquista, nostálgico... Essas características não eram reprovadas pelos lugares em que Afonso Celso circulou. Em alguns casos, muito pelo contrário: essas características faziam parte das práticas adotadas pelas instituições. Exemplo disso é o alinhamento entre a memória de Pedro II como patrono do Instituto mesmo na república e o discurso político de Afonso Celso como crítico da república e a favor de uma restauração monárquica no Brasil.

Ultramontano, ufanista, monarquista, nostálgico e patriótico, características de um intelectual que presidiu ao longo de mais de duas décadas uma instituição dedicada à escrita da história. Essa função da presidência exercida por Afonso Celso marca a história do IHGB, assim como, marca as delimitações do ser historiador neste lugar e os vários usos, sobretudo, políticos, que essa escrita da história terá nas décadas seguintes.

³²⁸ GUIMARÃES, 2003, p. 10.

Referências

Fontes

CELSO, Afonso. Bicentenário de Ouro Preto. **RIHGB**, Rio de Janeiro, T. 75, v. 125, p. 207-216, 1912.

CELSO, Afonso. D. Pedro II e os Lusíadas: dádiva régia, traço significativo. **RIHGB**, Rio de Janeiro, T. 97, v. 151, p. 457-460, 1927a.

CELSO, Afonso. Glória ao magnânimo. **RIHGB**, Rio de Janeiro, T. 98, v. 152, p. 786-789, 1927b.

CELSO, Afonso. **Guerrilhas**. Rio de Janeiro: Typographia Moraes, 1895.

CELSO, Afonso. Isabel: a redentora. **RIHGB**, Rio de Janeiro, T. 98, v. 152, p. 212-216, 1927c.

CELSO, Afonso. **O Imperador no Exílio**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, Nova edição aumentada, segundo milheiro, s/d.

CELSO, Afonso. **Oito anos de Parlamento**: reminiscencias e notas. São Paulo: Comp. Melhoramentos, Nova edição augmentada, s/d [1901].

CELSO, Afonso. **Porque me ufano de meu paiz**. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1901.

CELSO, Afonso. Sexta These Official do Congresso Nacional de Historia de 1914: Poder pessoal do Imperador - Inversão das Situações Politicas - Os Programmas dos Partidos - Agitação Democratica - Addendum. In: **Oito anos de Parlamento - Poder Pessoal de D. Pedro II**: reminiscencias e notas. Rio de Janeiro: Companhia Melhoramentos, 1928.

CELSO, Afonso. **Visconde de Ouro Preto**: excerptos biographicos. Rio de Janeiro: Livraria do Globo, 1935.

CELSO, Afonso. **Vultos e factos**. Rio de Janeiro: Domingo de Magalhães Editor, 1896 [1892].

CELSO, Maria Eugênia. Afonso Celso e o Instituto Histórico. **RIHGB**, Rio de Janeiro, nº 247, abr./jun., 1960. p. 351-355.

RIHGB. Atas das sessões de 1892. Tomo LV - Parte II. Rio de Janeiro, 1893, pp. 261-424.

RIHGB. Atas das sessões de 1893. Tomo LVI - Parte II. Rio de Janeiro, 1894, pp.

RIHGB. Atas das sessões de 1894. Tomo LVII - Parte II. Rio de Janeiro, 1895, pp.

RIHGB. Atas das sessões de 1895. Tomo LVIII - Parte II. Rio de Janeiro, 1896, pp.

RIHGB. Atas das sessões de 1896. Tomo LIX - Parte II. Rio de Janeiro, 1897, pp.

RIHGB. Atas das sessões de 1897. Tomo LX - Parte II. Rio de Janeiro, 1898, pp.

RIHGB. Atas das sessões de 1898. Tomo LXI - Parte II. Rio de Janeiro, 1899, pp.

- RIHGB. Atas das sessões de 1899. Tomo LXII - Parte II. Rio de Janeiro, 1900, pp.
- RIHGB. Atas das sessões de 1900. Tomo LXIII - Parte II. Rio de Janeiro, 1901, pp.
- RIHGB. Atas das sessões de 1901. Tomo LXIV - Parte II. Rio de Janeiro, 1902, pp.
- RIHGB. Atas das sessões de 1902. Tomo LXV - Parte II. Rio de Janeiro, 1903, pp.
- RIHGB. Atas das sessões de 1903. Tomo LXVI - Parte II. Rio de Janeiro, 1904, pp.
- RIHGB. Atas das sessões de 1904. Tomo LXVII - Parte II. Rio de Janeiro, 1905, pp.
- RIHGB. Atas das sessões de 1905. Tomo LXVIII - Parte II. Rio de Janeiro, 1906, pp.
- RIHGB. Atas das sessões de 1906. Tomo LXIX - Parte II. Rio de Janeiro, 1907, pp.
- RIHGB. Atas das sessões de 1907. Tomo LXX - Parte II. Rio de Janeiro, 1908, pp.
- RIHGB. Atas das sessões de 1908. Tomo LXXI - Parte II. Rio de Janeiro, 1909, pp.
- RIHGB. Atas das sessões de 1909. Tomo LXXII - Parte II. Rio de Janeiro, 1910, pp.
- RIHGB. Atas das sessões de 1910. Tomo LXXIII - Parte II. Rio de Janeiro, 1911, pp.
- RIHGB. Atas das sessões de 1911. Tomo 74 - Parte II. Rio de Janeiro, 1912, pp. 473-722.
- RIHGB. Atas das sessões de 1912. Tomo 75 - Parte II. Rio de Janeiro, 1913, pp. 221-584.
- RIHGB. Atas das sessões de 1913. Tomo 76 - Parte II. Rio de Janeiro, 1914, pp. 471-690.
- RIHGB. Atas das sessões de 1922. Tomo 92 - vol. 146. Rio de Janeiro, 1926, pp. 339-625.
- RIHGB. Atas das sessões de 1923. Tomo 94 - vol. 148. Rio de Janeiro, 1927, pp. 467-900.
- RIHGB. Atas das sessões de 1924. Tomo 96 - vol. 150. Rio de Janeiro, 1927, pp. 305-537.
- RIHGB. Atas das sessões de 1925. Tomo 97 - vol. 151. Rio de Janeiro, 1927, pp. 335-556.

Bibliografia

AGUIAR, Alexandra do Nascimento. Afonso Celso Junior: um jovem republicano conservador. **Intellèctus**, ano XVI, n.2, 2017, p. 169-189.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA, Tânia Regina de. (orgs). *O Historiador e suas fontes*. 1ª edição. São Paulo: Contexto, 2017.

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALONSO, Angela. O abolicionismo como movimento social. **Novos Estudos - CEBRAP** [online]. 2014, n. 100, pp. 115-127. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/CrVbxyNKtm7vCZWxXgRz6qg/?lang=pt#>. Acesso em: 20 dez. 2021.

ARAÚJO, Gilvan Charles Cerqueira de. **Do ufanismo edênico ao saudosismo heroico:** ideologia e discurso geográfico no ideário nacional brasileiro. 2013. 247f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia, 2013.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. **Varia Historia**. v. 31 n. 56 Belo Horizonte May/Aug. 2015.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. Sobre a permanência da expressão *historia magistra vitae* no século XIX brasileiro. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAÚJO, Valdei Lopes de (Org.). **Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 131-147.

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, 3. ed., tomo 1, n. 1, p. 9-17, 1839.

BASTOS, Maria Helena Câmara. Amada pátria idolatrada: um estudo da obra *Por que me ufano do meu país*, de Affonso Celso (1900). 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n20/n20a18.pdf>.

BENTIVOGLIO, Julio; CUNHA, Marcelo Durão Rodrigues da. Dipesh Chakrabarty: subalternidade e des europeização da História. In: BENTIVOGLIO, Julio; AVELAR, Alexandre de Sá. (orgs.). *O Futuro da História: Da crise à reconstrução de teorias e abordagens*. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

BOYM, Svetlana. Mal estar na nostalgia. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 23, abril/2017, p. 153-165

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas:** o imaginário da República no Brasil. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. vol. 13, n. 38, São Paulo, Out./1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091998000300004&script=sci_arttext

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CEZAR, Temistocles. **Ser historiador no século XIX:** o caso Varnhagen. 1 ed. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2018. Coleção História da Historiografia.

CHAKRABARTY, Dipesh. Postcoloniality and the artifice of history. In: **Provincializing Europe**. Postcolonial thought and historical difference. Princeton: Princeton University Press, 2008, p. 27-46.

COMMERCIO DE S. PAULO. São Paulo: Cezar Ribeiro. [1893-1909]. Diário.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República:** momentos decisivos. 6a ed. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999.

DETONI, Piero. A História ilustrada e diligente de Olegário Herculano de Aquino e Castro (1892-1906). **Oficina do historiador**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 1-14, jan.-dez. 2021. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/39444/26706>. Acesso em: 06/01/2022.

DETONI, Piero. **“Pacifica Scientiae Occupatio”**: a experiência historiográfica no IHGB na Primeira República. 2021. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. São Paulo, 2021. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-18102021-223425/publico/2021_PieroDiCristoCarvalhoDetoni_VCorr.pdf. Acesso em: 18 abr. 2022.

ENDERS, Armelle. **Os vultos da nação**: fábrica de heróis e formação dos brasileiros. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

GOMES, Amanda Muzzi. Monarquistas restauradores e jacobinos: ativismo político. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro) [online]. 2008, v. 21, n. 42 [Acessado 6 Agosto 2021], pp. 284-302. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21862008000200009>.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial**: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1997.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Limites políticos de um projeto intelectual para a integração dos povos do Novo Mundo: o Primeiro Congresso Internacional de História da América (1922). **Topoi**, v. 6, n. 10, jan.-jun. 2005, pp. 192-212.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. **Tempo** [online]. 2005, v. 9, n. 18 [Acessado 27 Julho 2021], pp. 147-170. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042005000100007>.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

HANSEN, Patrícia Santos. “Sobre o Conceito de ‘País Novo’ e a Formação de Brasileiros Nas Primeiras Décadas Da República.” *Iberoamericana* (2001-), vol. 12, no. 45, 2012, pp. 7-22. JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/41677555>. Acesso em 05 Jul. 2022.

HARTOG, François. **Crer em história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. Coleção História da Historiografia.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**: Presentismo e experiências do tempo. 1. ed. 3a reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. Coleção História da Historiografia.

IHGB, Anais do Primeiro Congresso de História Nacional. Rio de Janeiro, IHGB, Imprensa Nacional, 1915-1917, v. 1, pp. 1-134.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LAGO, Pedro Corrêa do (org.). *Brasiliana IHGB*. Rio de Janeiro: Editora Capivara, 2014.

MACHADO, Marina Monteiro; MARTINS, Monica de Souza Nunes. A modernidade nas teias da floresta: o Brasil na exposição Universal da Filadélfia de 1876. **Geosul**, Florianópolis, v. 32, n. 65, p. 68-86, nov. 2017. ISSN 2177-5230. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2017v32n65p68>>.

MALEVAL, Isadora. **Entre a arca do sigilo e o tribunal da posteridade**: o (não) lugar do presente nas produções do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 2015. 350 f. Tese (Doutorado em História Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MALEVAL, Isadora. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como receptáculo do presente (1838-1850). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 42, p. 627-650, set/dez. 2019.

OLIVEIRA, Maria da Glória. Biografia e historia magistra vitae: sobre a exemplaridade das vidas ilustres no Brasil oitocentista. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 22, n. 42, p. 273-294, dez. 2015.

OLIVEIRA, Natália Cristina de; NETTO, David Antonio de Castro; VIEIRA, Andreza da Silva. “Trajetória intelectual: contribuições na perspectiva bourdieusiana”. **Intelligere**, Revista de História Intelectual, nº 11, pp. 94-110. 2021. Disponível em: <http://revistas.usp.br/revistaintelligere>. Acesso em 09 abr. 2023.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. Imagens da nação, do progresso e da tecnologia: a Exposição Universal de Filadélfia de 1876. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Ser. v.2 p.151-167 jan./dez. 1994.

PETTER, Augusto Castanho Maia; ARMANI, Carlos Henrique. No Eclipse da História: Afonso Celso e o Pensamento Monarquista no Brasil em Fin-de-Siècle. **Revista Expedições**, Morrinhos/GO, v. 8, n. 3, set./dez. 2017 – ISSN 2179-6386, pp. 278-295.

PIROLA, Ricardo F. O castigo senhorial e a abolição da pena de açoites no Brasil: Justiça, imprensa e política no século XIX. **Revista História (São Paulo)**, n. 176, 2017, pp. 1-34.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. Barricadas em rodapés de jornais: revolta popular e cidadania política na Gazeta de Notícias (1880). **Revista História (São Paulo)**, n.179, a11118, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rh/a/TrjQC8xXmS4tcXjTzSQfNWq/?lang=pt#>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial**: Escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Ponteio, 2013.

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 2, n. 2, p. 12–28, 2009. DOI: 10.15848/hh.v0i2.4. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/4>. Acesso em: 31 jan. 2022.